



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



Hugo Luiz Cordovil de Freitas

**Colonialidade e reprodução social da saúde: o caso dos expropriados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**

Rio de Janeiro

2022

Hugo Luiz Cordovil de Freitas

**Colonialidade e reprodução social da saúde:** o caso dos expropriados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública, área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas.

Coorientadores: Profa. Dra. Rosely Magalhães Oliveira e Prof. Dr. Gil Sevalho.

Rio de Janeiro

2022

Título do trabalho em inglês: Coloniality and social reproduction of health: the case of those expropriated by the implementation of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Catálogo na fonte  
Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

F866c Freitas, Hugo Luiz Cordovil de.  
Colonialidade e reprodução social da saúde: o caso dos expropriados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí / Hugo Luiz Cordovil de Freitas. — 2022.  
125 f. : il. color. ; tab.

Orientador: Carlos Machado de Freitas.  
Coorientadores: Rosely Magalhães Oliveira e Gil Sevalho.  
Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2022.

1. Determinação Social da Saúde. 2. Saúde Pública. 3. Centrais Hidrelétricas. 4. Meio Ambiente. 5. Decolonialidade. 6. Colonialidade. 7. Reprodução Social da Saúde. 8. Movimentos Sociais e Saúde.  
I. Título.

CDD – 23.ed. – 363.7

Hugo Luiz Cordovil de Freitas

**Colonialidade e reprodução social da saúde: o caso dos expropriados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública, área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e Direitos Humanos.

Aprovada em: 07 de junho de 2022.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jax Nildo Aragão Pinto  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira  
Universidade do Estado do Pará

Profa. Dra. Jussara Rafael Angelo  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Profa. Dra. Marize Bastos da Cunha  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Gil Sevalho (Coorientador)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Profa. Dra. Rosely Magalhães Oliveira (Coorientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas (Orientador)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2022

Dedico este trabalho a todas as pessoas que foram oprimidas pelo processo violento que foi a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Faço uma calorosa dedicatória também ao meu grande e eterno amigo/irmão de todas os momentos, da infância a vida adulta, Antônio Augusto Rodrigues Figueiredo Junior (Gago) (*in memoriam*). Que esteve aguardando a finalização da minha tese para que retomássemos nossa banda e demais projetos artísticos, sempre que conversávamos sobre o término nossas ideias fervilhavam, foi por tão pouco meu amigo, mas prometo que seguirei até onde conseguir com nossos sonhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer por todas as contribuições para a realização do presente trabalho, ao professor Gil Sevalho e professora Rosely Magalhães, por todas as conversas, ensinamentos e incentivos, são eles eu não teria conseguido chegar até aqui, ao professor Carlos Machado de Freitas, por também aceitar embarcar em minha empreitada e pelos conhecimentos, e a todos os demais professores e amigos do DINTER em Saúde Pública, bem como a todos os professores que de diversas formas fizeram parte de minha jornada acadêmica.

Devoto meus agradecimentos também a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

As pessoas que contribuíram com os movimentos de resistência e sua memória coletiva, que foram fundamentais para a apuração das informações presentes, em especial ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ao site “Memória dos Atingidos de Tucuruí”, e aos envolvidos no projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí, bem como todos os colegas pesquisadores que contribuíram com a construção coletiva do conhecimento acerca do tema abordado.

A minha família e amigos, em especial aos meus pais Luis Freitas, Sônia Cordovil, por terem sempre incentivado e fortalecido meu processo educacional, minha filha Laís Maitê Freitas, meu sobrinho Kaio Freitas, por me motivarem a mostrar as possibilidades que a educação pode proporcionar, e minha parceira de muitos momentos Janaína Souza por todas as conversas e o apoio incondicional.

*Quase sempre*

Onde se esconde o liberal covarde?

Na neutralidade

Seu maior desejo é negociar identidades

Reciclar, as minorias representar

Transformar e modernizar

Lucrar em cima dos que a muito tempo são

Mercadorias

Eu sei quem você é

Eu sei como pensa

Se apropriar de pautas sociais não faz tão mal

Se o mercado aprova a “mudança” virtual

Sem mexer na estrutura

Não faz mal a esta altura

Pois tendo tão pouco qualquer resto soa bem

Liberal covarde eu sei

Por onde você está...

Essa máscara de radical

Não cai tão bem nesse seu rosto angelical

Faz discurso “ponderado”

Que mais parece pendurado

E pendendo para o lado do opressor

Quase sempre para o lado do opressor

Hugo Freitas, 2020.

## RESUMO

A exploração da Amazônia brasileira historicamente tem sido alvo de incursões pautadas em uma lógica desenvolvimentista, em função dos interesses do capital internacional, algumas destas ações foram acentuadas durante o período da ditadura militar, como é o caso da implantação da UHE – Tucuruí. Tais processos foram momentos de extremas mudanças no contexto local e ajudaram a redefinir toda a realidade da região, pressionando diversos aspectos relacionados à reprodução social das populações camponesas. Nesse sentido, buscando trazer o diálogo entre dois pensamentos importantes para a ciência latino-americana, a determinação social da saúde e o pensamento decolonial, o presente estudo objetivou compreender em que medida a implantação da UHE – Tucuruí apresentou elementos de colonialidade, e tencionou os processos de resistência e reprodução social da saúde das populações impactadas. A pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa, assumindo um caráter exploratório e descritivo, fazendo uso de estudos bibliográficos e documentais. Os dados foram tratados pela análise de conteúdo. A organização dos expropriados como movimento de luta organizado foi fundamental como elemento de resistência, e dentre os maiores resultados conquistados merece destaque a memória social estabelecida como instrumento de luta contra os processos de vulnerabilização, sendo importante ressaltar que mesmo frente a intensas pressões o papel das populações camponesas foi ativo e de resistência. A temática de saúde não foi um tema central no processo de implantação da usina, figurou em segundo plano como outros aspectos que afetavam diretamente as vidas dos camponeses, tendo tais posições severas repercussões sobre a reprodução social da saúde. O estudo revelou uma matriz colonial fortemente estabelecida, manifestando-se a colonialidade em sua tríade, poder, saber e ser. A colonialidade do poder foi evidenciada de forma mais clara nos aspectos relacionados ao controle da economia, da natureza, da autoridade, e do conhecimento e subjetividade. Os fatos ocorridos no caso de Tucuruí mostram a relação entre a determinação social da saúde e a colonialidade, evidenciando-se nos elementos da estrutura social que sustenta os processos desencadeados pelos interesses do capital internacional, nas pressões sobre a reprodução social, nas vulnerabilidades que culminam nos processos de adoecimento.

Palavras-chave: Decolonialidade, Colonialidade e Saúde; Determinação Social da Saúde; Reprodução Social da Saúde; Movimentos Sociais e Saúde; Implantação da UHE - Tucuruí; Saúde Coletiva.

## ABSTRACT

The exploration of the Brazilian Amazon has historically been the target of incursions based on a developmental logic, due to the interests of international capital, some of these actions were accentuated during the period of the military dictatorship, as is the case of the implementation of the UHE – Tucuruí. Such processes they were moments of extreme change in the local context, which touched and helped to redefine the entire reality of the region, with many negative impacts, putting pressure on various aspects related to the social reproduction of peasant populations in the place. In that regard, seeking to bring dialogue between two important thoughts for Latin American science, the social determination of health and disease, and decolonial thinking, the present study aims to understand to what extent the project for the implementation of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant presented elements of coloniality, and stressed the resistance processes and health social reproduction of the communities impacted. The present research can be characterized as qualitative, assuming an exploratory and descriptive character, making use of bibliographic and documentary studies. The data were treated by content analysis. The organization of the expropriated as a struggle movement was very important, among the greatest results achieved by the organization of expropriated peasants was the social memory established as an instrument to fight against the processes of vulnerability, even in the face of intense pressure, the role of peasant populations was active and resistant. The theme of health was not a central during the process of implantation of the plant, it figured in the background, like other aspects that directly affected the peasants lives, with such positions having severe repercussions on their health social reproduction. The study revealed a colonial matrix strongly established, and propagated by the coloniality, and its triad, power, knowing and being, the coloniality of power was more clearly evidenced in aspects related to the control of the economy, nature, authority, and knowledge and subjectivity. The facts that occurred in the case of Tucuruí, show the relationship between the social determination of health and coloniality, evidencing itself in the elements of the social structure that sustains the processes triggered by the interests of international capital, in the pressures on social reproduction, in the vulnerabilities that culminate in the processes of illness.

Keywords: Decoloniality, Coloniality and Health; Social Determination of Health; Social Reproduction of Health; Social Movements and Health; Implementation of the UHE - Tucuruí; Collective Health.

## RESUMEN

La exploración de la Amazonía brasileña ha sido históricamente objeto de incursiones basadas en una lógica desarrollista, debido a los intereses del capital internacional, algunas de estas acciones se acentuaron durante el período de la dictadura militar, como es el caso de la implementación de la UHE - Tucuruí. Dichos procesos fueron momentos de cambios extremos en el contexto local y ayudaron a redefinir toda la realidad de la región, ejerciendo presión sobre diversos aspectos relacionados con la reproducción social de las poblaciones campesinas. En ese sentido, buscando traer el diálogo entre dos pensamientos importantes para la ciencia latinoamericana, la determinación social de la salud y el pensamiento decolonial, el presente estudio tuvo como objetivo comprender en qué medida la implantación de la UHE - Tucuruí presentó elementos de colonialidad, y tensionó los procesos de resistencia y reproducción social de la salud de las poblaciones impactadas. La investigación puede caracterizarse como cualitativa, asumiendo un carácter exploratorio y descriptivo, haciendo uso de estudios bibliográficos y documentales. Los datos fueron tratados por análisis de contenido. La organización de los expropiados como movimiento de lucha organizada fue fundamental como elemento de resistencia, y entre los mayores resultados alcanzados, merece destacarse la memoria social instaurada como instrumento para luchar contra los procesos de vulnerabilidad. Es importante destacar que aún frente a una intensa presión, el papel de las poblaciones campesinas fue activo y resistente. El tema de la salud no fue un tema central en el proceso de implantación de la planta, figuró en un segundo plano como otros aspectos que afectaron directamente la vida de los campesinos, teniendo tales posiciones severas repercusiones en la reproducción social de la salud. El estudio reveló una matriz colonial fuertemente establecida, manifestando la colonialidad en su tríada, poder, saber y ser. La colonialidad del poder se evidenció con mayor claridad en aspectos relacionados con el control de la economía, la naturaleza, la autoridad, el conocimiento y la subjetividad. Los hechos ocurridos en el caso de Tucuruí muestran la relación entre la determinación social de la salud y la colonialidad, evidenciándose en los elementos de la estructura social que sustenta los procesos desencadenados por los intereses del capital internacional, en las presiones sobre la reproducción social, en la vulnerabilidades que culminan en procesos de enfermedad.

Palabras-clave: Decolonialidad, Colonialidad y Salud; Determinación Social de la Salud; Reproducción Social de la Salud; Movimientos Sociales y Salud; Implementación de la UHE - Tucuruí; Salud Pública.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Modelo de determinação social da saúde proposto por Dahlgren e Whitehead (1991)	43
Figura 2 -	Modelo de determinantes sociais elaborado por Solar e Irwin e adotado pela OMS em 2010	44
Figura 3 -	Capa da publicação informativa produzida pelo movimento de luta dos expropriados	57
Figura 4 -	Foto da visita do presidente Ernesto Geisel no início do canteiro de obras da UHE Tucuruí	67
Figura 5 -	Primeira parte de carta endereçada a ELETRONORTE por um grupo de expropriados	74
Figura 6 -	Segunda parte de carta endereçada a ELETRONORTE por um grupo de expropriados	75
Figura 7 -	Terceira parte de carta endereçada a ELETRONORTE por um grupo de expropriados	76
Figura 8 -	Folheto elaborado pelo movimento dos expropriados anunciando ato público contra a barragem	93
Figura 9 -	Linha do tempo com os passos da luta do movimento dos expropriados	95
Figura 10 -	Representação das reivindicações trazidas nas faixas durante o acampamento	97
Figura 11 -	Foto da marcha durante o acampamento	97
Figura 12 -	Foto da marcha pelas ruas de Tucuruí	98
Figura 13 -	Foto do ato final durante o acampamento a SPI da ELETRONORTE	99
Figura 14 -	Ocupação do SPI da ELETRONORTE	106

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Barragens planejadas e em operação na Amazônia brasileira sob coordenação da ELETRONORTE	33
Tabela 2 - Adaptação do quadro realizado por Borghi et al. (2018) sobre os modelos de explicação dos processos saúde-doença	45
Tabela 3 - Compilação dos documentos analisados na pesquisa	55
Tabela 4 - Linha do tempo de eventos relevantes no processo de implantação da UHE – TUCURUÍ	70
Tabela 5 - Aspectos de manifestação da colonialidade	102
Tabela 6 - Estruturas que compõe a colonialidade do poder	103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBRAS	Alumínio Brasileiro S.A.
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S.A.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Norte II
REGIONAL	
NORTE II	
CPI DAS	Comissão Parlamentar de Inquérito das Barragens
BARRAGENS	
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
ELETOBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
ENERAM	Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia
EUA	Estados Unidos da América
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEC	Instituto Evandro Chagas
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPPUR/UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MCP	Matriz Colonial de Poder
M/C	Modernidade/Colonialidade
NAAC	Nippon Amazon Aluminium CO. LTD
OMS	Organização Mundial da Saúde

OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIN	Programa de Integração Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
SPI	Escritório de Serviço de Patrimônio Imobiliário da ELETRONORTE
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
UHE-TUCURUÍ	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	20
2.1	MODERNIDADE E COLONIALIDADE: APROXIMAÇÕES PARA PENSAR PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS ESPECÍFICOS E REPERCUSSÕES NA VIDA DE GRUPOS SOCIAIS LOCAIS .....	20
2.1.1	<b>Considerações sobre a teoria pós-colonial</b> .....	21
2.1.2	<b>Considerações sobre as teorias decoloniais</b> .....	22
2.2	O CONTEXTO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E DA IMPLANTAÇÃO DA UHE-TUCURUÍ.....	29
2.3	A POPULAÇÃO NA REGIÃO .....	36
2.4	DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTISMO.....	37
2.5	COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE COMO ELEMENTOS PARA PENSAR A REPRODUÇÃO SOCIAL DA SAÚDE .....	40
3	<b>OBJETIVOS</b> .....	49
3.1	OBJETIVO GERAL.....	49
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	49
4	<b>TRAJETO METODOLÓGICO</b> .....	50
4.1	EXPROPRIADOS PELA BARRAGEM .....	51
4.2	ESTUDO DOCUMENTAL .....	51
4.3	ESCOLHA DOS DOCUMENTOS .....	53
4.4	A ANÁLISE DOS DADOS .....	57
4.5	ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	58
4.6	FOCO TEÓRICO DA ANÁLISE .....	59
5	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	61
5.1	O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DA UHE – TUCURUÍ.....	61
5.2	O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO .....	71
5.3	PRINCIPAIS QUESTÕES ATRELADAS ÀS SITUAÇÕES DE SAÚDE NA IMPLANTAÇÃO DA UHE – TUCURUÍ .....	80
5.4	CAMPONESES, TERRA, TRABALHO E COMPLEXIDADE: COMPREENDENDO OS IMPACTOS SOBRE A VIDA E A REPRODUÇÃO SOCIAL DE SAÚDE NO CASO DA UHE – TUCURUÍ.....	88

5.5	MOVIMENTO ORGANIZADO: VULNERABILIZAÇÕES X RESISTÊNCIA.....	92
5.6	COLONIALIDADE NA IMPLANTAÇÃO DA UHE - TUCURUÍ.....	100
5.6.1	<b>Colonialidade do poder</b> .....	103
5.6.2	<b>Colonialidade do saber</b> .....	107
5.6.3	<b>Colonialidade do ser</b> .....	109
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113

## 1. INTRODUÇÃO

Se é possível de maneira simplista situar-me em algum enquadramento mais geral adotaria a classificação de homem preto e amazônida, com raízes indígenas, fruto de miscigenação e apagamento. Penso em me colocar antes que o façam por mim de uma forma hierarquizada como tem sido o usual, partindo do questionamento sobre se é possível existir senão em função do “outro”.

Mesmo acreditando que definições como esta são deveras mais complexas e por vezes problemáticas, que o diga o humanismo de Fanon (2008), ainda penso ser estrategicamente necessário em determinados momentos um enfoque taxativo no momento de “jogar sob as regras do jogo”, a meu ver sem perder o intento de contorná-las ou na melhor das hipóteses transformá-las, sem perder de vista que os processos de oposição, luta, resistência e tensões são compreensíveis nas disputas em qualquer campo, no sentido mais bourdieusiano da palavra.

Nesse sentido, é importante enfatizar que dentre as regras de produzir um texto de cunho científico está a de facilitar a vida do interlocutor através de um processo de contextualização e uma breve apresentação de onde se coloca o autor, política, social, conceitual e culturalmente. Tal demarcação possui grande relevância e merece atenção de quem deseja transmitir uma ideia, sendo este elemento fundamental no meio acadêmico.

Buscar ouvir e conhecer as diferentes “Amazônias” sempre me soou como um desafio instigante, prazeroso e sobretudo necessário, pois sempre reflito sobre os desafios da “pesquisa caseira”. Dentre as várias questões, aquela com que mais me deparo é justamente o quão próximo devo estar para “sentir-me em casa” se já estaria interpretando outro papel. Obviamente não desejo aqui tomar a questão epistemológica como central, busco apenas situar o leitor em relação ao meu olhar na presente pesquisa, a de alguém que guarda certo conhecimento sobre o contexto, pela vivência e pelo estudo.

Os grandes projetos de ocupação da Amazônia brasileira, que se acentuam durante o período da ditadura militar, foram momentos de extrema mudança no contexto local, que tocaram e ajudaram a redefinir toda a realidade da região, com muitos impactos negativos, é importante ressaltar.

Entendo que para determinadas áreas da ciência pode parecer passível de críticas, sob o ponto de vista hegemônico, uma afirmação que pode ser tomada como um juízo de valor, no entanto a realidade pode sustentar tal afirmação muito mais do que suas representações, sendo importante, sobretudo, compreendermos que todas as ações humanas estão balizadas

por interesses, pelo que é plenamente palpável e admissível entender a ciência a partir de tal lógica, vista sua existência enquanto produção/reprodução humana, afastando-se essencialmente da neutralidade.

O “conhecimento pelo conhecimento” sempre servirá aos interesses de quem norteia e subsidia a busca por tais conhecimentos: aquele que tem o poder faz suas escolhas para mantê-lo, e em termos práticos a “verdade” está nas mãos do opressor.

Partindo desta posição, afirmo que se faz necessário compreender as realidades de grupos vulnerabilizados, a exemplo dos camponeses expropriados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE – Tucuruí), e compreender as transformações pelas quais passaram, bem como os discursos institucionais, os poderes envolvidos em tal processo. Pesquisar sobre os problemas enfrentados por tais populações se configura como uma ação de resistência, como compromisso daqueles que se importam com as condições às quais as populações subalternizadas estão submetidas, o que permite disponibilizar ferramentas que muitas vezes não se encontram facilmente acessíveis para estas populações, pela própria construção histórica e social de sua realidade.

É importante ressaltar que diversos autores têm se debruçado sobre questões advindas do processo de implantação da UHE – Tucuruí, e aqui podemos destacar Acselrad (2010; 2019a; 2019b), Magalhães (1988; 1992), Santos (2007), Weitzman (2018; 2019), Liberatori (2018), Campos (2019), Fearnside (1999), o que proporciona um acentuado acúmulo de conhecimentos e experiências, na abordagem das transformações sofridas pelas populações com a implantação da usina sob diversos aspectos, sociais, econômicos, culturais entre outros.

Neste sentido, o presente trabalho olha para os resultados de tais impactos e da reconfiguração da realidade, e a partir do arcabouço teórico propõe uma abordagem diferenciada, levantando e problematizando questões, inerentes à colonialidade e à reprodução social da saúde.

De acordo com Samaja (2000) a reprodução da saúde é o resultado sobretudo do processo histórico, bem como das relações que compõem a estrutura da realidade em questão. Cabe ressaltar que parto do princípio de que os limites da base na determinação da superestrutura, e por consequência na realidade, podem ser flexíveis, porosos e permutáveis do que parece conceber o marxismo ortodoxo.

Quando Boaventura de Sousa Santos (2008) bem define o Sul como a própria representação do sofrimento por consequência do capitalismo, denota a importância de olhar para o Sul como processo de aprendizagem e, quiçá, como ponto de partida para uma

reparação histórica. Nesse sentido, se torna fundamental o questionamento de que se é importante olhar para o Sul para aprender, tão ou mais relevante será construir o conhecimento a partir do Sul.

Cabe ressaltar a importância de se compreender o papel histórico da América Latina para o desenvolvimento do capitalismo mundial, que de acordo com Ballestrin (2013) possui a peculiaridade de ser submetida a diversos tipos de violência decorrentes da ordem colonial/imperial moderna.

A afirmativa de Coronil (2005) de que “dar voz” aos distintos atores, se é que de alguma forma seria possível tal feito sem incorrer em uma postura também colonizadora, pode ser tomada como um posicionamento de contribuição com o processo de resistência, podendo revelar uma perspectiva descentralizada da narrativa histórica hegemônica. Outro argumento do autor que proporciona reflexão sobre o debate acerca da colonialidade é o de que “desde tempos coloniais, a ‘periferia’ tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato. A questão agora é ver se esta situação deixou de existir como tal, ou se se manifesta através de condições distintas” (CORONIL, 2005, p. 52).

A partir da abordagem dos estudos decoloniais ainda há muito a ser estudado em toda a América-Latina, incluindo a Amazônia brasileira. Neste sentido Santos e Neves (2014) trazem uma afirmativa providencial:

Estudar a Amazônia sob a perspectiva do pensamento liminar significa ouvir, mesmo que seja através de discursos colocados em circulação na mídia, as vozes que ficaram silenciadas nas grandes obras como as estradas Belém-Brasília e Transamazônica, e que nos ajudarão a trilhar um caminho para a compreensão destes processos de intervenção na Amazônia. Processos estes que têm o nome de colonialidade do poder, mas que ao longo do tempo se mascararam como ‘ocupação’, ‘integração’, ‘progresso’ e agora de ‘desenvolvimento sustentável’ (SANTOS e NEVES, 2014, p.4).

Sendo assim, a compreensão do controle da vida exercido nos corpos é fundamental para a tentativa de compreensão da realidade sob a perspectiva de colonialidade, qualquer que seja o cenário, quando pensamos que o processo colonizador possui como característica hierarquizar, segregar e controlar.

Foucault (1998) nos mostra que os corpos são marcados pela história e combatidos por ela, ao passo que são forçados a abandonar o caráter de unidade, caminhando para a construção de um corpo social a partir do exercício do poder sobre eles enquanto indivíduos.

Como sempre, nas relações de poder, nos deparamos com fenômenos complexos que não obedecem a forma hegeliana da dialética. O domínio e a consciência de

seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, metucioso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a ideia da união livre ou do aborto. Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua (FOUCAULT, 1998, p.83).

Tomando esta afirmação como ponto de partida, a presente pesquisa vem destacar a relevância da compreensão da região amazônica a partir de seus vários aspectos e relações, traçando uma análise sobre os processos relacionados à época da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, considerando documentos e fatos estabelecidos, buscando os elementos presentes nas narrativas e ações institucionais por parte da empresa responsável pela instalação da Usina, bem como por parte das populações camponesas afetadas, e como o contexto se relacionou com as estratégias de resistência de tais populações e tocaram suas condições de vida e saúde.

Cabe ressaltar que a proposta busca trazer o diálogo entre dois pensamentos importantes para a ciência latino-americana, a determinação social da saúde, que de acordo com Breihl (2008) é um aspecto/categoria central para a Medicina Social e para a Saúde Coletiva Latino-Americana, e o pensamento decolonial, desenvolvido por autores sul-americanos que a partir da radicalização do pensamento pós-colonial.

A presente proposta se debruça sobre os processos de colonialidade e tentativas de decolonização relacionando estes aspectos com a ideia de determinação social da saúde, e para tanto é importante observar que colonialidade e decolonialidade até então não foram categorias de análise da medicina social e da saúde coletiva, demonstrando a necessidade de aprofundamento na questão, em busca de possíveis contribuições da teoria decolonial para a compreensão da produção social da saúde.

Para além de olhar para a reprodução social tal como estabelecida na teoria usual é necessário falar de limites impostos pelos diferentes aspectos da colonialidade (ser, saber e poder) e como estes recaem na reprodução social da vida e especificamente da saúde. A decolonialidade necessária para transpor o colonialismo e buscar produzir uma vida socialmente mais justa também passa por descolonização da própria ciência e,

principalmente pelo ato de incorporar as expressões culturais dos colonizados nas análises de situação de saúde destes grupos sociais específicos.

A tese agora apresentada tem como objetivo maior compreender de que forma a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí trouxe consigo elementos de colonialidade, e como foi capaz de influenciar os processos de resistência e reprodução social da saúde das comunidades impactadas pelo projeto. De que forma o processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí tensionou a reprodução social da saúde das comunidades impactadas? Como estas comunidades construíram os processos de resistência a um processo de vulnerabilização? Como se deu a colonialidade no processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí?

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A partir da problematização trazida na introdução, apresentamos um referencial teórico que parte de uma breve discussão sobre o projeto de modernidade ocidental e suas implicações em países periféricos.

Para tanto, buscamos suporte nas críticas trazidas por autores pós-coloniais e decoloniais, que mais à frente denominaremos descoloniais. Num segundo momento, são apresentados apontamentos relativos ao processo de ocupação da Amazônia e de implantação da UHE-Tucuruí, buscando destacar elementos de colonialidade presentes nos “projetos de desenvolvimento” desenhados para esse território, e suas possíveis repercussões sobre as vidas das comunidades tradicionais amazônicas, em especial a de pescadores artesanais afetados por esse “empreendimento”.

No último item do referencial, buscamos trazer conceitos do campo da saúde coletiva que podem permitir reflexões sobre processos sociais de produção da saúde nos territórios. Assim, apresenta-se uma breve explanação sobre a abordagem da determinação sócio-histórica das situações de saúde, dando destaque ao conceito de reprodução social da vida e da saúde. Tal abordagem, proposta por autores latino-americanos do campo da saúde coletiva, podem trazer, ao lado dos autores decoloniais<sup>1</sup>, possibilidades de análise do processo saúde-doença-cuidado que vão para além dos números fascinantes de óbitos e doenças. Pois, como aponta Juan Samaja é necessário buscar compreender esses processos “como uma instância de sentido, que é significativa para sujeitos de cultura” (SAMAJA, 1998 p.33).

Propomos voltar nossas lentes, principalmente, para os contextos de vida, os ambientes e os mecanismos pelos quais se reproduzem e são renegociados, constantemente, os processos de produção de proteção e/ou desproteção da vida. (OLIVEIRA e VALLA, 2001).

### 2.1. MODERNIDADE E COLONIALIDADE: APROXIMAÇÕES PARA PENSAR PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO EM TERRITÓRIOS ESPECÍFICOS E REPERCUSSÕES NA VIDA DE GRUPOS SOCIAIS LOCAIS

---

<sup>1</sup>. Chamaremos de *descoloniais*, abordagens trazidas por autores pós-coloniais e decoloniais.

### 2.1.1. Considerações sobre a teoria pós-colonial

Tratando da contraposição da visão colonial é importante ressaltar a contribuição do pós-colonialismo, e para tanto alguns esclarecimentos se fazem necessários.

Quando discute sua teoria de transição do pós-moderno ao pós-colonial, Boaventura de Sousa Santos (2008), na construção de uma perspectiva pós-colonial, pontua:

Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que tem em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo (SOUSA SANTOS, 2008, p.18).

Para Ballestrin (2013) o termo “pós-colonialismo” permite dois entendimentos: o de marcação de um tempo histórico, aproximadamente a partir da metade do século XX, onde estaria situado processo de descolonização do “terceiro mundo”; o segundo entendimento faz referência às teorias que ganharam força a partir dos anos 1980 em algumas universidades americanas e inglesas, desenvolvidas principalmente por autores oriundos de países colonizados.

Para Hall (2003), o pós-colonialismo não está posto como representação de alguma sociedade específica, tão pouco se limita a marcar apenas um período na história da sociedade ocidental, possui sim o compromisso central de compreender a colonização como elemento constitutivo de um processo global, se colocando como alternativa à forma hegemônica de narrativa fundada na perspectiva da modernidade ocidental.

Como caracterização Hall (2003) aponta que a visão a partir do termo pós-colonial permite compreender que a colonização não é exclusividade daqueles que foram colonizados, também marca os colonizadores, obviamente de distintas formas, e que os efeitos negativos desta relação teriam fortalecido a base conceitual e política para um posicionamento anticolonial e de retomada de perspectivas culturais outras, que não as manchadas pelo processo colonial. O autor aponta que a total desvinculação e chegada a um conjunto puro de origens é impossível por conta do “transculturalismo” que marca a colonização.

A perspectiva pós-colonial possui como característica geral a de colocar em lugar comum vários povos vítimas da colonização europeia, trazendo à tona a discussão sobre estes enquanto sujeitos produzidos e reproduzidos em meio a tal processo e as relações estabelecidas no processo colonial, de forma não invisibilizada como em outras abordagens,

evidenciando o que Memmi (1967) coloca como o estabelecimento de uma imagem do colonizado que de certa forma suaviza, justifica e retoca as ações do colonizador para que estas não pareçam escandalosas. É importante destacar, então, que a abordagem pós-colonial permite a compreensão da relação do “eu” e do “outro” e do estranhamento entre estes elementos que garante o discurso colonial, como aponta Bhabha (1998):

O que permanece profundamente não resolvido, até rasurado, nos discursos do pós-estruturalismo é aquela perspectiva de profundidade através da qual a autenticidade da identidade vem a ser refletida nas metáforas vítreas do espelho e suas narrativas miméticas ou realistas. Mover o enquadramento da identidade do campo de visão para o espaço da escrita põe em questão a terceira dimensão que dá profundidade à questão do eu e do outro – aquela profundidade de perspectiva que os cineastas denominam a quarta parede e que os teóricos literários descrevem como a transparência das metanarrativas realistas (BHABHA, 1998 p.81).

Os estudos pós-coloniais possuem relevantes contribuições, sobretudo ao levantar questões como a continuidade do processo colonial e seu impacto sobre os povos colonizados, bem como trazem à tona um olhar crítico ao mito da modernidade. Obviamente, nos contextos onde foram produzidos acabam carecendo de uma visão mais ampliada, para além de sua realidade eurocentrada.

Outras relevantes contribuições foram dadas por Fanon (2008) com relação ao conceito de racismo, mostrando que este pode se pautar em uma série de outras características além da cor, em função da construção histórica de onde surge. Esta é perspectiva que contribui para compreensão de diversas questões em diversos contextos sociais, como acentua a tempestuosa abordagem de Césaire (1950) quando traz à tona de forma impactante os horrores da colonização.

Ballestrin (2013) aponta que mesmo com abertura para várias críticas o pensamento pós-colonial possui o mérito de perceber a diferença colonial e sair em defesa da parte oprimida, o colonizado. É importante ressaltar, porém, a crítica feita à perspectiva pós-colonial de que apesar de se colocar em favor dos oprimidos, não faz o rompimento com autores e teorias eurocêntricas como centrais, ou seja a crítica ao eurocentrismo parte de uma visão também eurocêntrica, o norte apontando as falhas do norte, mantendo ligações com a perspectiva pós-modernista.

### **2.1.2. Considerações sobre as teorias decoloniais**

De acordo com Dussel (2005) há uma visão hegemônica de modernidade, que parte da presunção da exclusividade do desenvolvimento do ser humano em um contexto de

fenômenos intra-europeus, a exemplo da revolução francesa, ou seja, a Europa na vanguarda do desenvolvimento. Seria, portanto, uma visão eurocentrada. Enrich et al. (1998), a partir de uma análise da obra de Max Weber, descrevem a modernidade como resultado de um processo de desenvolvimento a partir do ocidente, o que revela a unilateralidade de uma perspectiva com pretensão de universalidade.

Dussel (2005, p.27) aponta que modernidade possui um sentido mundial e está relacionada à expansão portuguesa a partir do século XV, culminando no “descobrimento” da América hispânica, proporcionando o que o autor denomina de “o lugar de uma só história mundial”. A Europa, assim, passa a ser caracterizada como o ponto central da história mundial, culminando no estabelecimento de uma posição periférica das demais culturas. De acordo com esta perspectiva a modernidade possui um segundo momento, no século XVIII, marcado pela Revolução Industrial e pela substituição da Espanha como potência hegemônica pela Inglaterra.

A Espanha, como primeira nação “moderna” (com um Estado que unifica a península, com a inquisição que cria de cima para baixo o consenso nacional, com um poder militar nacional ao conquistar Granada, com a edição da Gramática castelhana de Nebrija em 1492, com a Igreja dominada pelo Estado graças ao Cardeal Cisneros, etc.) abre a primeira etapa “Moderna”: o mercantilismo mundial. As minas de prata de Potosi e Zacatecas (descobertas em 1545-1546) permitem o acúmulo de riqueza monetária suficiente para vencer os turcos em Lepanto vinte e cinco anos depois de tal descoberta (1571). O Atlântico suplanta o Mediterrâneo. Para nós, a “centralidade” da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de “Modernidade”: são efeito, e não ponto de partida. A Holanda (que se emancipa da Espanha em 1610), a Inglaterra e a França continuarão pelo caminho já aberto (DUSSEL, 2005, p.27).

Mignolo (2017) aponta que a modernidade está relacionada ao estabelecimento da colonialidade, e que a “descoberta da América” foi uma grande empreitada de exploração se valendo da perspectiva cristã. O autor aponta que existem entre 1500 e 2000 três fases da modernidade que irão culminar em uma nova ordem global.

Durante o intervalo de tempo entre 1500 e 2000, três fases cumulativas (e não sucessivas) da modernidade são discerníveis: a fase ibérica e católica, liderada pela Espanha e Portugal (1500-1750, aproximadamente); a fase “coração da Europa” (na acepção de Hegel), liderada pela Inglaterra, França e Alemanha (1750-1945); e a fase americana estadunidense, liderada pelos Estados Unidos (1945- 2000). Desde então, uma nova ordem global começou a se desenvolver: um mundo policêntrico e interconectado pelo mesmo tipo de economia. (MIGNOLO, 2017, p.4).

O lugar periférico onde foram colocadas outras culturas que não a europeia, predispõe o estabelecimento de uma violenta relação, que permitiu o desenvolvimento econômico europeu através da expropriação de suas periferias, garantindo a expansão da modernidade ocidental. Para Boaventura de Sousa Santos (2008), a relação estabelecida que permitiu este processo de desenvolvimento europeu foi o colonialismo.

Em meio ao processo de imposição de uma visão hegemônica da modernidade ocidental, que coloca a Europa como a “natural” condutora do desenvolvimento no mundo, há um véu que se estabelece com a função de mascarar as nuances e vicissitudes do processo. Para Coronil (2005) há a criação de uma narrativa de uma Europa merecedora de seu desenvolvimento em contrapartida a uma periferia atrasada culturalmente.

Dentro da relação hierarquizada e colonizadora estabelecida entre a Europa e as periferias um fator de suma importância, que muito contribuiu para manutenção da dominação, foi a invenção do discurso de raça que de certa forma validava o que de mais marcante existia no colonialismo, a violência (HALL 1992, QUIJANO, 2000). Pois juntamente com a visão de raças distintas surge convenientemente sua classificação hierárquica.

Como bem afirma Mário de Andrade, em prefácio de sua autoria na obra *Discurso Sobre o Colonialismo* de Aimé Césaire (1950 p.7), o colonialismo acentua dois aspectos, é um regime de exploração que tem por base a violência e somente por esta se sustenta, e é “uma forma moderna de pilhagem”, sendo ainda totalmente imbuído de racismo.

A ideia de raça, para além de uma classificação, pode ser caracterizada como um discurso de dominação, ou seja, uma construção tanto usada para unificação quanto para segregação, por mais paradoxal que isso possa parecer. Stuart Hall (1992, p.63) em sua obra *A Identidade Cultural na Pós-modernidade* classifica a raça como uma categoria discursiva e não como uma categoria biológica, como corriqueiramente é entendida, determinando que a visão de diferença genética é “o último refúgio das ideologias racistas”.

Para Quijano (2005) podemos tomar a modernidade como ponto de partida para o processo de afirmação do discurso de raça. É a partir deste que temos nas américas o surgimento de novas identidades sociais dos povos colonizados, redefinindo a identidade dos colonizadores como o “surgimento do europeu”, elemento que é de fundamental importância para justificar o processo de colonização e se mostra como o mais eficiente mecanismo para tanto, pois permite a naturalização do processo de hierarquização por conta de diferenças fenotípicas, como a cor, que se convertem em “raça”.

Para autores como Ballestrin (2013) e Maldonado-Torres (2007), no processo de dominação das Américas, na distinção entre raças e no estabelecimento da raça branca como superior há um ineditismo que foi de fundamental importância para que fosse estabelecida a dominação do capitalismo mundial.

Para Quijano (2000) a lógica da relação onde o poder capitalista recebe força da exploração a partir da distinção étnico-racial, após se originar na conquista da América, torna-se presente em vários âmbitos da existência social e ganha uma proporção mundial.

Com a constituição da América (latina), ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico, o poder capitalista emergente se torna global, seus centros hegemônicos estão localizados nas áreas localizadas no Atlântico - que mais tarde serão identificadas como Europa - e como os eixos centrais de seu novo padrão de dominação também estabelecem a colonialidade e a modernidade. Em suma, com o capitalismo latino-americano, globalizado, eurocentrado, a colonialidade e a modernidade estão associadas como eixos constitutivos de seu padrão específico de poder, até hoje (QUIJANO, 2000, p.342).

Ballestrin (2013), ao citar Quijano (2000), pontua a formação do que ela determina como “capitalismo mundial colonial/moderno” no século XVI, tendo a influência de três elementos fundamentais, as categorias de gênero, raça e trabalho fundamentando as relações de “exploração/dominação/conflito”.

Sobre o desafio de se contrapor ao construto da modernidade ocidental, Dussel (2005) propõe o rompimento do “mito da modernidade”. Para o autor, apenas a negação do manto civilizatório e de inocência que acoberta a modernidade permite a visualização de sua culpa e sua responsabilização:

Por tudo isso, se se pretende a superação da “Modernidade”, será necessário negar a negação do mito da Modernidade. Para tanto, a “outra-face” negada e vitimada da “Modernidade” deve primeiramente descobrir-se “inocente”: é a “vítima inocente” do sacrifício ritual, que ao descobrir-se inocente julga a “Modernidade” como culpada da violência sacrificadora, conquistadora originária, constitutiva, essencial. Ao negar a inocência da “Modernidade” e ao afirmar a Alteridade do “Outro”, negado antes como vítima culpada, permite “des-cobrir” pela primeira vez a “outra-face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (as “vítimas” da “Modernidade” como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade” (DUSSEL, 2005, p.29).

Em uma perspectiva crítica a determinados aspectos do pós-colonialismo, a discussão decolonial, de acordo com Ballestrin (2013), ganha corpo a partir do grupo de intelectuais latino-americanos denominado Modernidade/Colonialidade -M/C, que possui grande importância nas ciências sociais latino-americanas no século XXI, tensionando o

pensamento pós-colonial a partir da ideia de “giro decolonial”, que foi um termo apresentado por Maldonado-Torres (2007; 2008), em referência a uma posição de resistência à lógica da modernidade/colonialidade.

Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial”. Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (BALLESTRIN, 2013, p.89).

De acordo com Mignollo (2017) o conceito de colonialidade foi lançado por Quijano entre o fim dos anos 1980 e começo dos anos 90, trazendo um novo olhar sobre as ideias de colonialismo e de descolonização. O autor denomina a colonialidade de “o lado mais escuro da modernidade”, enfatizando a relação teórica central entre colonialismo, modernidade e colonialidade que permeia a discussão do pensamento subalterno latino-americano.

Maldonado-Torres (2007, p.131) diferencia colonialidade e colonialismo, determinando que colonialismo trata de uma relação política e econômica, onde a soberania de um povo está sob o poder de outro, ou de uma nação, e por sua vez a colonialidade é posterior ao colonialismo moderno. Mais especificamente é resultado deste, se refere as novas relações entre países e nações, que não se limita a uma relação formal de poder, “se refere a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista global e da ideia de raça”.

Grosfoguel (2008) afirma que o termo “colonial” não se limita ao colonialismo ligado à modernidade ocidental, “colonialismo clássico”, ou ao que ele denomina de “colonialismo interno”, ou a um modelo de “administração” e pode ser aplicado a “situações coloniais” em uma perspectiva atual. Segundo o autor, “por situações coloniais entendo a opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais” (GROSFOGUEL, 2000, p.126-127).

Quijano (2000) coloca a colonialidade como um dos elementos fundamentais do poder capitalista mundial. De forma mais específica o poder é fundamental no debate entre modernidade/colonialismo/colonialidade.

Após a constituição da América Latina, o capitalismo toma uma proporção mundial e eurocentrada, relacionado com a modernidade e a colonialidade, assumindo um novo padrão de poder, pressionando e moldando novas identidades sociais:

Tal como o conhecemos historicamente, em uma escala social, o poder é um espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflitos articulados, basicamente com base e em torno da disputa sobre o controle das seguintes áreas da existência social: (1) o trabalho e seus produtos; (2) dependendo da anterior, a "natureza" e seus recursos de produção; (3) sexo, seus produtos e a reprodução das espécies; (4) a subjetividade e seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo conhecimento; (5) a autoridade e seus instrumentos, em particular de coerção, para garantir a reprodução desse padrão de relações sociais e regular suas mudanças." (QUIJANO, 2000, p.76).

Quijano (2000) desenvolveu a ideia de “colonialidade do poder”, onde emprega a noção de continuidade da colonialidade nas relações políticas econômicas entre dois povos, mesmo após o fim do colonialismo, ou seja, mesmo com o fim das administrações coloniais, um status de submissão é mantido. Para Mignolo (2003) uma característica fundamental do colonialismo é mantida e reproduzida pela colonialidade do poder, a classificação dos povos, a partir de determinadas características, o que ele chama de suas “faltas ou excessos”, e tais diferenciações possibilitam a hierarquização em benefício da figura dominante. O autor afirma que a colonialidade do poder é um lugar epistêmico onde o poder é legitimado e escrito.

Para além de identificar a continuidade da colonialidade, Grosfoguel (2008) determina que a colonialidade do poder possui ainda a capacidade de atualizar e explicar em uma perspectiva atual mecanismos que teriam sido suprimidos de alguma forma pela modernidade. O autor afirma que há uma passagem do colonialismo “clássico” a partir da descolonização jurídico-política para uma colonialidade global:

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da ‘colonialidade global’ imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN (GROSGOQUEL, 2008, p.126).

Um elemento fundamental para o entendimento da lógica colonial e por conseguinte da perspectiva decolonial é apontada por Mignolo (2017) quando percebe que a colonização do tempo e do espaço formariam a espinha dorsal do processo de expansão da civilização ocidental. A colonização do espaço é fruto das narrativas e das ações realizadas durante a

colonização do “novo mundo”, enquanto a colonização do tempo é resultado da construção do renascimento na idade média, que foi um momento de intensas mudanças sobretudo nos aspectos políticos, culturais e econômicos com a transição do feudalismo para o capitalismo, posicionando na narrativa a Europa como o centro do desenvolvimento ocidental.

Quijano (2009) aponta que a partir do século XVII todos os padrões ocidentais hegemônicos de disseminação do conhecimento, de caráter eurocêntrico, partem de um interesse comum, dar conta das demandas do capitalismo. Seguindo tal padrão outros aspectos das relações construídas no mundo ocidental também foram direcionadas, como a naturalização de experiências, identidades, da distribuição geocultural do poder capitalista, se configurando como o centro da racionalidade, influenciando não só os europeus ou os segmentos que dominam o capital internacional, mas também todos aqueles que se encontraram sujeitos a esta construção, naturalizando tal padrão de poder sobre a vida dos que são afetados por ele a nível cognitivo.

Mignolo (2017 p.5) afirma que a matriz colonial de poder – MCP pensada originalmente por Quijano possui quatro domínios inter-relacionados que sustentam a administração e o controle da ordem mundial: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. O autor afirma que os elementos de sustentação desta perspectiva ficam por conta de dois aspectos o fundamento racial e patriarcal do conhecimento:

Explicarei que o fundamento histórico da MCP (e conseqüentemente da civilização ocidental) foi teológico: a teologia cristã é responsável por marcar no “sangue” a distinção entre cristãos, mouros e judeus. Apesar da disputa entre as três religiões ter uma longa história, esta foi reconfigurada desde 1492, quando os cristãos conseguiram expulsar os mouros e os judeus da península ibérica e forçar a conversão daqueles que queriam permanecer. Simultaneamente, a configuração racial entre o espanhol, o índio e o africano começou a tomar forma no Novo Mundo. No século XVIII, o “sangue” como marcador de raça/racismo foi transferido para a pele, e a teologia foi deslocada pela filosofia secular e pelas ciências. O sistema lineano de classificação ajudou a causa. O racismo secular chegou a ser baseado na egopolítica do conhecimento; entretanto, aconteceu que os agentes e as instituições que incorporavam a egopolítica secular do conhecimento eram, como aqueles que incorporavam a teopolítica do conhecimento, principalmente homens europeus e brancos (MIGNOLO, 2017 p.5)

Conectando as contribuições dos autores citados, especialmente Quijano, Mignolo e Maldonado-Torres, Ballestrin (2013) aponta que o conceito de colonialidade ganha outras expressões, reproduzindo-se em três dimensões, a do poder, a do saber, a do ser.

Um importante aspecto que permeia o debate acerca da colonialidade, e central para a presente proposta de pesquisa, é levantado por Cajigas-Rotundo (2007). O autor formula

criticamente o “ecocapitalismo”, partindo do princípio de que o capitalismo possui como base os regimes biopolíticos pós-modernos, que têm o controle das dimensões das vidas como marco de seu padrão de sociedade, humanas e não humanas. Para o autor é possível identificar uma representação da natureza vinculada a tal padrão de sociedade e seus mecanismos biopolíticos, que acabam por homogeneizar os corpos humanos e os corpos inorgânicos.

Nesse sentido, a partir do olhar da colonialidade, podemos perceber que a Amazônia e, particularmente as culturas locais dos distintos povos que a habitam, são representadas a partir de muitos imaginários, enxarcados por visões criadas pela perspectiva da modernidade e impressas em narrativas que funcionam de modo a justificar a colonização na perspectiva do contexto do capitalismo global. Segundo Cajigas-Rotundo (2007):

O outro lado colonial do ‘último Dorado’ é o "inferno verde", ou seja, novas formas de escravização e destruição dos povos indígenas. Essa metáfora apresenta a Amazônia, não mais como um lugar idílico, cheio de riqueza natural, mas como local de assassinato, barbárie e morte, tanto para os colonizadores quanto para os colonizados. Minha tese é que a biocolonialidade do poder configura na Amazônia novos “infernos verdes”, em consonância com a atual fase do capitalismo global. Vou citar três "exemplos infernais": o patenteamento do yagé, a história do *cortacabezas* e a tomada de amostras de sangue, feitas pela Pontífice Universidade Javeriana em seu Projeto ‘Expedição Humana (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p.181).

Como forma de balizar a compreensão sobre a discussão da Amazônia no contexto da geopolítica mundial é importante localizar temporalmente o período colonial recente da América Latina, que de acordo com o que apresentou Mignolo (2017, p.4) se encontra na fase americana estadunidense, liderada pelos Estados Unidos (1945- 2000). Tal contexto guarda algumas características como a o mundo se apresentar como policêntrico e interconectado pelo mesmo tipo de economia (MIGNOLO, 2017, p.4).

## 2.2. O CONTEXTO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E DA IMPLANTAÇÃO DA UHE-TUCURUÍ

Os projetos de ocupação da Amazônia sempre estiveram alinhados a questões geopolíticas, que, de acordo com Becker (2005b) é o campo responsável por analisar as relações entre poder e espaço geográfico. A autora afirma que o processo de povoamento da Amazônia durante a colonização foi fundamentado nessa perspectiva, visto que a Coroa portuguesa não gozava de recursos suficientes para cobrir a área por conta de sua extensão continental, valendo-se de estratégias de controle do território. O processo de ocupação

passou por diversas fases, cabendo ressaltar que os projetos desenvolvimentistas sempre foram os mais presentes marcando a região até os dias atuais, e a acelerada ocupação do território amazônico estimulada pelo Programa de Integração Nacional - PIN de 1965 a 1985 foi responsável por marcar a região com muitos impactos sociais e ambientais, de acordo com Becker (2005a).

O modelo de ocupação e exploração da Amazônia expressou grande contradição, pois mesmo quando gerou alto impacto econômico aumentou a concentração de renda, tornando evidente que tais impactos econômicos não refletem resultados positivos para a sociedade de maneira geral, pelo contrário, muitas vezes trazem muito mais problemas sociais ou acentuam os já existentes. Tal como evidenciado por Viana et. al (2015), que, ao estudarem indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários na Amazônia, demonstraram um resultado completamente antagônico no Pará, quando ao Estado couberam o maior PIB da Amazônia legal e um índice de desenvolvimento humano – IDH desfavorável.

A implantação da UHE – Tucuruí figura como mais uma dentre as grandes obras de engenharia engendradas durante a ditadura militar, que estavam inseridas nos chamados grandes projetos de “colonização” e “integração” da Amazônia. A instalação e funcionamento da UHE-Tucuruí visou atender principalmente a demanda energética capitaneada pelo Programa Grande Carajás, que teve grande importância no cenário estudado, e o projeto ALBRÁS-ALUNORTE, passando a ser um importante vetor de ocupação e organização do espaço na Amazônia, e mais particularmente na região sudeste do Estado Pará. Atendendo interesses de grandes projetos agropecuários e minerais em implantação na região, a construção e geração de energia pela UHE ancorava-se no discurso de modernidade e progresso a ser levado para uma região “atrasada” e com enormes “vazios populacionais”.

O Programa Grande Carajás surge na tentativa de fomentar a exploração de grandes reservas minerais. Busca garantir principalmente infraestrutura para a exploração mineral por meio da construção de usinas hidrelétricas para fornecimento de energia, do escoamento, como por meio da implantação da estrada de ferro Carajás, trazendo ainda incentivos a diversos projetos, como a exploração florestal e agropecuária (BRASIL, 1980; CAMPOS, 2019).

O programa foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980, abrangendo áreas do Pará, Maranhão e Goiás, que hoje se encontram no estado do Tocantins. Pelo mesmo decreto foi instituída a Secretaria de Planejamento da Presidência da República,

que se configurou como um Conselho Interministerial, com a finalidade de coordenar, promover e executar, de forma integrada, as medidas necessárias à viabilidade do Programa e à concessão dos incentivos necessários para sua execução.

Almeida (1993) aponta que o estado brasileiro pavimentou uma base para o Programa Grande Carajás, através de diversos órgãos. Foram desenvolvidas ações controle territorial, organizando territorialmente a região de abrangência do Programa de forma arbitrária, como se houvesse homogeneidade entre as distintas áreas, de modo a garantir o ato jurídico que viria instituir o programa, a fim de atender demandas administrativas, fiscais e financeiras.

O Programa Grande Carajás teve importante participação na reconfiguração da realidade na região, como enfatiza Acselrad (2010):

As transformações do espaço físico, social e econômico da região do Programa Grande Carajás associaram-se à emergência de novos vetores de ocupação materializados na mobilização de fluxos crescentes de recursos e populações. As escalas assumidas pela implantação regional das atividades de mineração, de exploração madeireira e agropecuária e de transformação minerosiderúrgica nucleadas, na Amazônia Oriental, pela construção da Estrada de Ferro Carajás – Ponta da Madeira e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí deram suporte a transformações sociais de equivalente relevância, alterando significativamente a natureza das relações sociais que as populações locais estabeleceram no curso da produção de sua existência. Intensificaram-se, conseqüentemente, os processos de desestruturação do tecido que articula os distintos sistemas de trabalho prevalentes na região (ACSELRAD, 2010 p.171).

Os projetos citados conformam ações de controle político que se sustentam por meio de um discurso desenvolvimentista focado na ideia de modernidade, e atende interesses do capital nacional e internacional e colonizando territórios e vidas. Subjugaram-se, e subjugam-se, populações tradicionais a graves injustiças sociais, desconsideram-se conhecimentos locais e acirram-se conflitos socioambientais no território. Tais situações podem ser evidenciadas por diversos estudos e relatórios produzidos por instituições públicas e movimentos sociais, sendo denunciadas nacional e internacionalmente.

Na prática há um comprometimento com o sistema capitalista e suas demandas, e no caso em questão a necessidade era atender empresas estrangeiras do setor de mineração que têm seu período de implantação na Amazônia em meados da década de 1970 (BECKER, 2001; BECKER, 2005a; CORRÊA, 2009).

No período do domínio militar os diversos interesses do capital internacional foram amplamente atendidos por ações estatais, sobretudo por meio de incentivos fiscais. No caso da UHE-Tucuruí houve ainda um grupo de empresas de capital doméstico que foram bastante beneficiadas por meio de políticas seletivas de proteção do Estado que atendiam

interesses das elites brasileiras e garantiram a formação de “monopólios caseiros” (MORAES e MANTEGA, 1980).

Neste contexto, diversas situações foram construídas com o sentido de beneficiar o capital estrangeiro, sobretudo empresas japonesas, que visavam a extração de bauxita. Além de vislumbrarem a possibilidade de transferência de seu parque industrial após a crise do petróleo de 1973, grandes empresas, entre as quais um seletivo grupo do capital nacional, foram expressivamente beneficiadas, alcançando outros patamares econômicos, políticos e de campos de atuação. Cabe ressaltar que durante este processo alguns elementos foram marcantes, como a falta de transparência no uso dos recursos públicos, nos processos administrativos como licitações e contratos, nas movimentações de capital e na própria condução da obra *in loco*, bem como erros do ponto de vista operacional no projeto. Todos estes fatores foram fundamentais para a compreensão do projeto de implantação da UHE-Tucuruí (SANTOS, 2007; CAMPOS, 2019).

No caso da UHE-Tucuruí, Santos (2007) aponta que a implantação da usina foi marcada por uma série de erros e/ou equívocos em seu aspecto operacional. A autora pontua que a área tomada como de utilidade pública, pelo Decreto Federal nº 78.659 de 1976, que iria receber o reservatório formado pelo barramento do rio, bem como o canteiro de obras da usina e das vilas residenciais, foi superdimensionada, havendo um subdimensionamento da área que seria efetivamente alagada.

Pensar a ocupação da Amazônia é vislumbrar a lógica desenvolvimentista em ação. De acordo com Ravena et al. (2019) olhar este processo sob uma perspectiva decolonial é de grande relevância para compreendermos a situação paradoxal de que desenvolvimento em tal contexto escapa de seu sentido benéfico, constituindo elemento fundamental para acentuar grandes problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais.

É importante destacar que a construção de hidrelétricas no território amazônico é intensificada a partir de 1960, de acordo com Pinto (2021) em grande parte por conta da articulação com os grandes projetos incentivados na época, a partir do discurso desenvolvimentista enunciado pelo governo ditatorial militar. A autora reforça a existência de uma visão da Amazônia como uma fonte inesgotável de potencial hídrico.

Em um estudo publicado na revista *Nature*, Latrubesse et al. (2017) apontaram a existência de 140 hidrelétricas funcionando ou sendo implantadas ao longo de toda a bacia amazônica, e 428 que estariam sendo planejadas. Os autores reforçam que apesar de muitas apresentarem estudos de impactos ambientais individuais, em uma perspectiva global os impactos para toda a Amazônia podem ser extremamente catastróficos.

De acordo com o relatório anual de 2022 da Agência Nacional de Energia Elétrica, toda energia elétrica oriunda de fontes hídricas representou no ano de 2021 um total de 362,818 GW/h, representando um percentual de 53,4% do abastecimento do Brasil. O país conta hoje com 425 centrais hidrelétricas de pequeno porte e 219 usinas hidrelétricas de grande porte. (BRASIL, 2022).

Fearnside (2015) aponta que, em 2015, existiam na Amazônia brasileira um total de 79 barragens, entre planejadas e em operação, sob a coordenação da ELETRONORTE (Tabela 1). Se estivessem todas instaladas as hidrelétricas coordenadas pela ELETRONORTE seriam capazes de inundar áreas que cumulativamente representariam 3% da floresta amazônica nacional.

Tabela 1: Barragens planejadas e em operação na Amazônia brasileira sob coordenação da ELETRONORTE

<b>Estado</b>	<b>Nome</b>	<b>Rio/bacia</b>
AM	São Gabriel	Uaupés/Negro
AM	Santa Isabel	Uaupés/Negro
AM	Endimari	Ituxi
AM	Preto RV-6	Roosevelt
AM	Vila do Carmo AN-26	Aripuanã
AM	Jacaretinga AN-18	Aripuanã
AM	Umiris SR-6	Sucunduri
AM	Barra São Manuel	Tapajós
AM/MT	Santo Augusto	Juruena
AM	Balbina	Uatumã
AM	Fumaça	Uatumã
AM	Onça	Jatapu
AM	Katuema	Jatapu
AM	Nhamundá/Mapuera	Nhamundá
AP/PA	Jarí I	Jarí
AP	Jarí II	Jarí
AP	Jarí III	Jarí
AP	Jarí IV	Jarí
AP	F. Gomes	Araguari 10
AP	Paredão	Araguari 10
AP	Caldeirão	Araguari 10
AP	Arrependido	Araguari 10
AP	Santo Antônio	Araguari 10
MA/TO	Santo Antônio	Tocantins
MT	Muiraquitã RV-27	Roosevelt
MT	Roosevelt RV-38	Roosevelt
MT	Aripuanã AN-26	Aripuanã
MT	Barra do Madeira (Juruena)	Juruena

---

MT	Barra do Apiacás	Teles Pires
MT	Talama (Novo Horizonte)	Teles Pires
MT	Barra do Caiapó	Araguaia
MT	Torixoréu	Araguaia
MT	Barra do Peixe	Araguaia
MT	Couto de Magalhães	Araguaia
MT	Noidori	Mortes
PA	Itaituba	Tapajós
PA	Curuá-Una	Curuá-Una
PA	Belo Monte (Cararaô)	Xingu
PA	Babaquara	Xingu
PA	Ipixuna	Xingu
PA	Kokraimoro	Xingu
PA	Jarina	Xingu
PA	Iriri	Iriri
PA	Cachoeira Porteira	Trombetas
PA	Tajá	Trombetas
PA	Maria José	Trombetas
PA	Treze Quedas	Trombetas
PA	Carona	Trombetas
PA	Carapanã	Erepecuru
PA	Mel	Erepecuru
PA	Armazém	Erepecuru
PA	Paciência	Erepecuru
PA	Curuá	Curuá
PA	Maecuru	Maecuru
PA	Paru I	Paru
PA	Paru II	Paru
PA	Paru III	Paru
PA	Tucuruí	Tocantins
PA	Marabá	Tocantins
PA	Itacaiúnas I	Itacaiúnas
PA	Itacaiúnas II	Itacaiúnas
PA/TO	Santa Isabel	Araguaia
RO	Madeira/Caripiana	Mamoré/Madeira
RO	Samuel	Jamarí
RO	Tabajara-JP-3	Ji-Paraná
RO	Jaru-JP-16	Ji-Paraná
RO	Ji-Paraná-JP-28	Ji-Paraná
RR	Caracaraí-Mucajaí	Branco
RR	Maracá	Uraricoera
RR	Surumu	Contigo
RR	Bacarão	Contigo
RR	Santo Antônio	Contigo
TO	Carolina	Tocantins
TO	Lajeado	Tocantins
TO	Ipueiras	Tocantins
TO	São Félix	Tocantins
TO	Sono I	Sono
TO/DF	Sono II	Sono

---

TO	Balsas I	Balsas
----	----------	--------

Fonte: Adaptado de Fearnside (2015).

Anote-se que a bacia Araguaia-Tocantins é apontada como tendo grande potencial para implantação de hidrelétricas, o rio Tocantins abriga sete hidrelétricas, Tucuruí (PA), Cana Brava (GO), Mesa (GO), Estreito (MA), Lajeado (TO), Salvador (TO) e Peixe Angical (TO) (PINTO, 2021).

O barramento do rio Tocantins proporcionado pelo fechamento da barragem de Tucuruí foi responsável por alagar uma extensa área de terra, proporcionando uma severa divisão entre a montante, que é compreendida como a área anterior a barragem, onde ocorreu o alagamento, e a jusante, que é a área posterior ao barramento, modificando e descaracterizando a região em vários aspectos físicos e sociais, promovendo o que Acsegrad (2010) apontou como processos de destruição e criação de novas relações sociais e quebra das condições espaciais que mantinham as formas originais, o que é marca de grandes projetos como o da UHE - Tucuruí.

Corrêa (2009) relaciona a implantação da UHE - Tucuruí a um modelo conservador de modernização desenvolvido durante a ditadura militar, que foi de certa forma elemento catalisador de processos de resistência e de luta por parte daqueles que foram impactados. Nesse contexto o Movimento dos Atingidos por Barragens se instalou na região, movimentando diversos grupos como a Comissão Pastoral da Terra e sindicatos de trabalhadores rurais.

Weitzman (2018) aponta os processos de resistência no contexto da UHE - Tucuruí como uma mobilização continuada, sendo alterada e reconfigurada ao longo do tempo e do espaço, em função da busca da melhor estratégia face à situação enfrentada, como mudanças de nomes dos grupos, estratégias de mobilização e formação de pessoas. O que expressa a presença ativa dos grupos oprimidos mesmo ocupando um papel subalternizado, demonstrando um importante elemento de análise, denotando seu protagonismo nos processos de resistência e reprodução social.

A visão de protagonismo dos movimentos sociais é algo que Sigaud (1988) enfatiza ao estudar as transformações da realidade desencadeadas por conta da implantação de projetos de hidrelétricas e a pressão exercida sobre populações camponesas. Para a autora há uma simplificação dos resultados de tais processos, onde os impactos seriam tomados de uma forma vulgar, estando no lugar do comum e usual, onde as populações afetadas estariam

de certa forma estáticas, reduzidas a resultados das pressões sofridas, não figurando também como elemento de transformação de sua própria realidade.

### 2.3. A POPULAÇÃO NA REGIÃO

Em meio aos processos de colonização e ocupação de seu território, a dinâmica da população amazônica foi historicamente influenciada pelos movimentos migratórios aos quais a região foi submetida, proporcionando um cenário extremamente complexo, tensionado por diversos interesses e atores sociais, que ajudaram e reconfigurar o campesinato amazônico.

As visões míticas sobre um paraíso intocado, repleto de riquezas a serem descobertas, expressam uma visão de relação homem-natureza de separação, exploração e contemplação, permearam os discursos de incentivo a ocupação da Amazônia. Souza (2020) descreve que a busca pelas Amazonas e pelo Eldorado foram elementos de um imaginário social extremamente utilizados desde o período da colonização até o período de 1970 durante o incentivo das migrações de populações nordestinas.

Nesse contexto, iniciam-se as obras da Transamazônica que era tomada como a ponte de ligação entre a Amazônia e uma ideia de progresso representada pelo restante do país. Ribeiro e Leopoldo (2003) enfatizam que havia um grande interesse com fins econômicos relacionados com a expansão da fronteira agrícola, visando a produção de grãos, produtos vegetais exportáveis, pecuária, exploração de minérios, bem como de outros recursos naturais.

Apesar da obviedade da influência de poderes econômicos, o governo tentava afastar tal imagem, buscando como elemento central a ocupação para integração. Tal é apontado por Souza (2020) ao trazer uma fala de Eliseu Resende, o então diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, que afirmou que a despeito dos benefícios econômicos o foco seria viabilizar o deslocamento populacional de nordestinos para a região.

A ocupação do sudeste paraense por migrantes foi um processo extremamente penoso. Weitzman (2018) aponta que os migrantes eram em sua maioria nordestinos, porém havia pessoas oriundas dos Estados do sul do país, que possuíam afinidades com o trabalho rural e foram motivados pelas diversas propagandas promovidas pelo governo.

Ao descrever algumas características dos migrantes que compunham o cenário de ocupação do sudeste paraense Pereira (2013) descreve que:

Muitos desses trabalhadores já vinham durante anos se deslocando rumo ao Norte do Brasil, trabalhando, de fazenda em fazenda como meeiros, agregados, vaqueiros ou como peões em serviços temporários, como derrubada da floresta, limpeza de pastagens, fabricação de cercas de arame etc. (PEREIRA, 2013 p.2).

Sob a pressão de movimentos desenvolvimentistas permeados por um manto de misticismo, e de interesses diversos, a região amazônica se tornou palco de muitos conflitos, botando em cheque as condições de vida das populações nativas e de migrantes. Loureiro e Pinto (2005), ao analisarem a questão fundiária na Amazônia, enfatizam que os direitos humanos sofreram pressão de interesses exógenos, gerando um acúmulo de tensões e barbáries.

Pereira (2013) exemplifica a complexidade da situação apontando que os conflitos fundiários no estado do Pará envolvem diferentes atores, bem como instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, os aparelhos de repressão policial do Estado, o poder judiciário representações de classes de trabalhadores rurais e a igreja católica.

A partir das considerações expostas é importante enfatizar que discutir os aspectos relacionados à ideia de desenvolvimento da Amazônia é tocar em diversas feridas abertas, feridas estas que existem no cerne das populações vulnerabilizadas, não permitindo que pensemos tais questões de forma isolada. E considerando os aspectos violentos do processo é fundamental o diálogo com o campo da saúde a partir de postura crítica, como proposto por Pinto (2020).

#### 2.4. DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTISMO

Um ponto central para avançar na leitura do presente trabalho é a compreensão das perspectivas de Desenvolvimento e desenvolvimentismo que norteiam diversas ações no contexto dos países subdesenvolvidos.

Para Siedenberg (2006) no período compreendido entre Antiguidade e grande parte da Idade Moderna, desenvolvimento é um conceito com bases antropológicas e teológicas, também dialogando com fenômenos biológicos graduais, como por exemplo o nascimento e crescimento de uma planta a partir de uma semente. Com o avanço temporal e mudanças na sociedade ocidental no sentido da modernidade, grosso modo marcadas pela transição de sociedades agrárias para urbano-industriais em meio ao violento processo de modernização, a ideia de desenvolvimento passou a ser associada a processos, movimentos, mudanças e transições de ordem social.

Oliveira (2002) aponta que a partir da segunda guerra mundial, principalmente por conta das mudanças ocorridas nos padrões de consumo e da indústria, o debate sobre a influência dos aspectos econômicos nas vidas das diversas sociedades tem sido intensificado, culminando em discussões como a do desenvolvimento sustentável que eclode nos anos de 1990. Para o autor, desenvolvimento é um conceito amplamente disputado nas ciências sociais, sendo o debate principalmente ancorado no diálogo entre este tema e a ideia de crescimento econômico.

Para Scatolin (1989) existe uma amplitude de entendimentos acerca do tema, acarretando na utilização de diversos outros conceitos como sinônimos de desenvolvimento, a exemplo de modernização, crescimento e progresso. O autor enfatiza que apesar de existirem diferenças entre estes, tais conceitos se prestam à tentativa de compreensão das realidades e dos fenômenos que elas apresentam.

O avanço da modernidade ocidental e a pressão exercida sobre as diferentes culturas a partir de suas definições levou, de acordo com Latouche (1996), diversas sociedades, sobretudo de países com menor grau de desenvolvimento no atual contexto das economias urbano-industriais, a uma situação problemática: se adequar ao contexto atual e abraçar a sua perspectiva de desenvolvimento ou lutar para garantir os aspectos de suas culturas que poderiam ser subjugadas no processo.

Apesar do que apresenta Oliveira (2002) acerca da existência da grande diversidade nas discussões sobre desenvolvimento, com ênfase na diferenciação entre este e crescimento econômico, é importante perceber que a visão hegemônica de desenvolvimento é pautada fortemente na aproximação destes dois aspectos. O próprio autor enfatiza que diversos autores consideram apenas os incrementos econômicos como meios para o desenvolvimento, sem o devido cuidado de considerar a distribuição de tais incrementos.

Oliveira e Trindade (2016), ao aproximarem a obra de Milton Santos do contexto amazônico no mundo globalizado, apontam que a despeito da ideia de uma região com baixas densidades, sejam elas demográficas, econômicas e técnicas, a Amazônia possui papel fundamental nas relações de desenvolvimento da economia moderna global. Enfatiza-se, assim, a importância da compreensão de desenvolvimento e ordem econômica.

Um elemento fundamental na ocupação da Amazônia foi o aspecto desenvolvimentista das incursões, que estiveram presentes nas ações e discursos executados pelo Estado. Neste sentido Fonseca (2015) apresenta uma breve definição:

“Desenvolvimentismo” pertence à mesma família de termos como “ortodoxia”, “neoliberalismo” e “keynesianismo”, os quais servem para designar alternativamente duas coisas por certo indissociáveis, mas que não são exatamente o mesmo nem do ponto de vista epistemológico nem, tampouco, na prática cotidiana: (a) um fenômeno do “mundo material”, ou seja, um conjunto de práticas de “política econômica” propostas e/ou executadas pelos policymakers, ou seja, fatos concretos ou medidas “reais” que compartilham um núcleo comum de atributos que os caracteriza como tal; e (b) um fenômeno do “mundo do pensamento”, ou seja, um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo (FONSECA, 2015 p.15).

Segundo Fonseca (2015, p. 15), desenvolvimentismo é algo amplo, podendo ser expresso como discurso político, e de forma mais usual é tomado como ideologia, podendo ainda ter o sentido de “escola” ou “corrente de pensamento”, ao se aproximar e incorporar teorias e produções científicas.

Salomão (2017) relaciona desenvolvimentismo principalmente às políticas econômicas brasileiras implementadas após a década de 1930, em especial nos governos realizados por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, estabelecendo o fenômeno desenvolvimentista como nascido no século XX. Há que se considerar, porém, que esta visão é produto construído ao longo do tempo que não se restringe ao que é descrito como “uma simples oportunidade histórica resultante da Grande Depressão da década de 1930” (SALOMÃO, 2017 p.438). Para Salomão, o Estado brasileiro após 1930 assume como discurso e função a responsabilidade de implementar o desenvolvimentismo, visando alcançar um crescimento do país a longo prazo, realizando transformações estruturais que em teoria ofereceriam a sociedade melhores condições de bem-estar, e que todos estes aspectos somados permitiriam o alcance de um status de desenvolvimento.

Para Dathein (2015) por mais que alguns autores entendam que o desenvolvimentismo está superado conceitualmente, este ainda é elemento presente para tratar o contexto brasileiro. E, como tal, merece atenção, pois sua utilização para explicação da realidade continua usual, já que a realidade vigente é resultado de diversas questões estruturais da formação do país.

O desenvolvimentismo está intimamente relacionado com a ideia de política industrial, e, segundo Cunha (2015, um estado desenvolvimentista deve apresentar as seguintes características:

Estado desenvolvimentista é aquele que alinha suas políticas e instrumentos no sentido da busca de transformação qualitativa e quantitativa da base produtiva de um país. Tais políticas precisam ser (I) coerentes, à medida que não é suficiente haver políticas seletivas (a promoção de setores específicos) sem as horizontais (qualificação da infraestrutura, formação de recursos humanos etc.) e ambas podem não ser suficientes se os preços macroeconômicos retirarem incentivos para

o incremento da produção, inovação e internacionalização; (II) efetivas, com mecanismos que induzam o setor privado na direção da eficiência produtiva e que evitem o rent-seeking; e (III) coordenadas entre as diversas instituições governamentais e não governamentais. Nesta perspectiva, o desenvolvimento deve ser uma prioridade que perpassa todas as esferas da sociedade e que se legitima à medida que é compartilhado por toda a sociedade (CUNHA, 2015 p.93).

Vale dizer que a categoria “decolonialidade”, produzida no contexto do pensamento decolonial, tem relação com correntes de pensamento como a teoria do sistema mundo e a teoria da dependência, onde a questão do desenvolvimentismo é tema de debate.

## 2.5. COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE COMO ELEMENTOS PARA PENSAR A REPRODUÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

Considerando o histórico de implantação da UHE-Tucuruí pode-se inferir que as questões de saúde, como tantos outros aspectos da vida das populações impactadas, certamente foram influenciadas pelo avanço do capital internacional, nacional e local e pelo modelo de desenvolvimento, de forma geral. A partir de uma lógica “colonial”, no sentido do uso da palavra por Grosfoguel (2008).

Ravena et al. (2019) apontam que as diversas ações que permeiam a história do uso e ocupação de áreas na Amazônia, como o extrativismo vegetal, agropecuária, exploração mineral, e implantação de hidrelétricas estão relacionadas ao papel de subordinação que a região desempenha na agenda nacional com relação à divisão social do trabalho e à valorização do crescimento econômico acelerado. Esta dinâmica do contexto nacional não é capaz de gerar os benefícios tidos como parte do processo de desenvolvimento, gerando em sua maioria problemas sociais e ambientais e acentuando as desigualdades resultantes da colonização.

No caminho para efetivar a busca por esta perspectiva de desenvolvimento a partir da modernidade ocidental muitas populações têm seus seres e saberes negados. Para Alves e Acioli (2020) o pensamento decolonial e os conceitos de colonialidades do poder, do ser e do saber, são fundamentais para compreender e combater as condições impostas pela visão eurocêntrica que fundamenta nossa sociedade e oprimem sobremaneira as populações tradicionais, lhes negando direitos e sua própria identidade e, por consequência, produzindo vulnerabilizações.

Para Sevalho (2018) vulnerabilidade é um termo interdisciplinar que se aplica a um contexto de fragilidade. Para a educação em saúde, sob uma perspectiva de análise do

contexto social, o termo está ligado aos processos de luta, resistência e busca por autonomia por determinados grupos diante das condições de opressão enfrentadas por eles. Para o autor, o conceito de vulnerabilidade difere do de risco epidemiológico porque, diferente desta, ganha complexidade ao abranger também as formas de enfrentamento das questões de saúde.

As vulnerabilizações são processos que devem ter sua complexidade reconhecida e devem figurar nas análises de situação de saúde, não no sentido de criar visões estigmatizadas do oprimido como vítima estática no processo, e sim tendo em vista que o reconhecimento e a alocação dos diferentes fatores que as compõem permitem que os grupos retomem o protagonismo de seu enfrentamento, busquem aberturas na estrutura e demonstrem suas próprias potencialidades frente ao desafio imposto (DIMENSTEIN e CIRILO NETO, 2020).

As questões ambientais se encontram estreitamente relacionadas com as respostas coletivas de determinadas sociedades frente a diversas questões. No que diz respeito à saúde, tal relação é fortemente atravessada pelo modelo desenvolvimentista da sociedade capitalista, constituindo elemento que demanda especial atenção da perspectiva da saúde coletiva. É no processo coletivo de relação com o ambiente que muitos grupos em condições de vulnerabilização se tornam cada vez mais fragilizados diante de processos de adoecimento (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2017).

Vicentin e Minayo (2003), com relação às transformações havidas no processo saúde doença a partir da influência do capital internacional, afirmam:

A unidade do desenvolvimento desses, quando referenciada ao desenvolvimento do processo saúde-doença, configura um padrão expresso num perfil epidemiológico, ou perfil de saúde, como a expressão fenomenológica daquele processo. Dessa forma, a história do padrão epidemiológico de uma dada população é a própria história de sua reprodução social e de seus componentes essenciais de produção: o trabalho concreto e a reprodução da força de trabalho. (VICENTIN e MINAYO, 2003, p.1072).

Nesse sentido, como forma de dar robustez e buscar respostas as questões de pesquisa propostas é importante retomar a noção de reprodução social da saúde. Samaja (2000) define esta como sendo produto em grande parte do processo histórico, bem como das relações estabelecidas. Castellanos (1997), por sua vez, traduz reprodução social como o processo de reprodução biológica das pessoas, suas relações ecológicas, suas formas de consciência e conduta e suas relações econômicas mediadas pelo processo de trabalho.

Para Castellanos (2004) as condições de saúde podem ser entendidas como um importante elemento dentre os que compõem o grupo de processos denominados como

reprodução social, tal conjunto de processos propicia a existência de indivíduos e populações tendo como base condições naturais e hierarquia social em um determinado tempo. Com base em tal perspectiva torna-se imperativo um olhar diferenciado sobre o objeto de estudo desta pesquisa para que seja possível compreender os processos ocorridos.

De acordo com Paim e Almeida-Filho (1998) a saúde coletiva se apresenta como uma releitura a saúde pública, tendo o termo como berço a América Latina, e vem responder aos anseios da sociedade por um novo caminho na saúde. Os autores afirmam que mesmo carecendo de algumas características para ser apontada como um novo paradigma, a saúde coletiva guarda a característica de ser um campo científico interdisciplinar de práticas e conhecimento que está em constante processo de mudanças.

A discussão acerca do conceito de saúde determina que este pode ser tão amplo quanto impreciso, de acordo com Sabroza (2005). O autor traz uma reflexão sobre o quão distante um indivíduo saudável pode estar da compreensão puramente objetiva trazida pelo processo saúde/doença, ou seja, o estado de bem-estar, ou ausência dele, pode estar relacionado a um emaranhado de elementos e processos sociais.

Barata (2001) interpreta as desigualdades em saúde como resultado da organização social. O papel do indivíduo na organização social é fator determinante de sua situação de saúde, em detrimento de outras variáveis como acesso a serviços de saúde e hábitos individuais saudáveis. A autora exemplifica sua posição salientando o aumento das desigualdades sociais em “países que possuem sistemas nacionais de saúde gratuitos, universais e de qualidade”, ressaltando a necessidade de um enfoque estrutural para a compreensão do fenômeno (BARATA, 2001).

Tomando por base estes questionamentos, a presente pesquisa procura compreender aquilo que é apontado por Breilh (2008) a partir da ótica da Medicina Social e da Saúde Coletiva Latino-americana, ao refletir sobre a determinação social da saúde:

a) o que é inerente à sociedade capitalista em termos de suas formas de propriedade, poder e divisão do trabalho, assim como as formas através das quais a produção e a reprodução próprias do capitalismo produzem as diferenças abismais na qualidade de vida das diferentes classes sociais, gêneros e etnias ... às iniquidades por classe social devem se somar as iniquidades geradas pelo patriarcado; expressas nas diversas formas de discriminação de gênero e o eurocentrismo expressado nas diversas relações coloniais de racismo que se tecem entre povos originários e/ou culturas subalternas com as culturas hegemônicas; b) as formas através das quais as iniquidades de classe, gênero e etnia - com que se nutre a sociedade capitalista -, produzem grandes diferenças nas condições de vida, o que, por sua vez, se expressa nos distintos perfis de saúde, doença e atenção à saúde. (BREIHL, 2008).

É importante trazer à luz esta perspectiva da determinação social da saúde, considerando a capacidade de discutir o processo da coletividade e sua complexidade no que tange às questões de saúde, ou seja, importa refletir sobre o processo saúde-doença considerando a relevância de se pensar o contexto sociopolítico e histórico onde o debate se ancora. Tendo em vista que a retomada e a sistematização da produção latino-americana na perspectiva dos contextos sociopolíticos de sua produção e do pensamento brasileiro não tem sido frequente na discussão sobre o tema (BORGHI et al., 2018, p.892).

Para a melhor compreensão da proposta se faz necessária uma breve explicação acerca dos conceitos de determinantes sociais e de determinação social como forma de direcionamento teórico, pois de acordo com a crítica de Borghi et al. (2018) os dois termos tem figurado como sinônimos.

A perspectiva de determinantes sociais surge em meio a uma demanda levantada pela questão da desigualdade social e como esta influencia a saúde das populações, de acordo com a Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde da Organização Mundial da Saúde – OMS (2010) criada em 2005 como forma de combater os baixos índices na saúde em países pobres estão diretamente relacionados a distribuição desigual do poder e conseqüentemente de recursos. Assim, a perspectiva de determinantes adotada pela OMS (2008) seguia o modelo proposto por Dahlgren e Whitehead que para explicar o processo saúde-doença consideram os fatores em uma estrutura de camadas, com aspectos individuais ao centro, seguidos por aspectos mais contextuais gerais a cada camada subsequente (Figura 1).

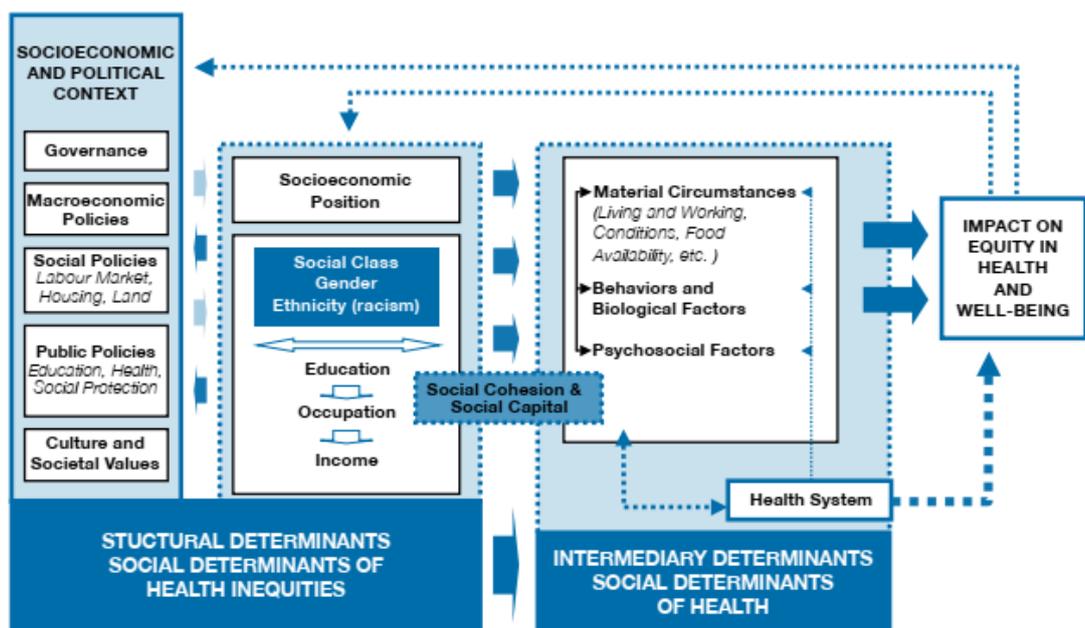
Figura 1: Modelo de determinação social da saúde proposto por Dahlgren e Whitehead (1991)



Fonte: Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (2008).

De acordo com Garbois et al. (2005), a partir de 2010 a OMS adota um novo marco conceitual para nortear sua compreensão de determinantes sociais em saúde, este elaborado por Solar e Irwin (2010). Neste modelo os determinantes estruturais interferem na saúde a partir de determinantes intermediários que estão relacionados aos aspectos das circunstâncias materiais que formam o contexto da vida. Há no modelo um olhar para a estrutura que apresenta uma separação do sujeito ou grupo analisado a partir de condições socioeconômicas, que se relacionam com as condições de saúde sobre determinadas características como vulnerabilidades e exposições que refletem o local desses sujeitos em uma hierarquia social (Figura 2).

Figura 2: Modelo de determinantes sociais elaborado por solar e Irwin e adotado pela OMS em 2010



Fonte: Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (2010).

Para Garbois et al. (2017) a determinação social da saúde, por sua vez, tem sua origem na medicina social latino-americana, com o intuito de se pensar uma nova leitura da saúde pública, com sólidas raízes no pensamento materialista histórico, pautada no pensamento social e na crítica da perspectiva positivista da história natural da doença, reforçando a diferença existente entre determinação social e determinantes sociais em saúde.

De acordo com Borghi et al. (2018), para compreender a determinação social da saúde baseada na reflexão latino-americana é importante entender que ao longo dos anos

foram formulados diversos modelos de explicação do processo saúde-doença, como mostra o quadro adaptado de Arredondo (1992) (Tabela 2).

Tabela 2: Adaptação do quadro realizado por Borghi et al. (2018) sobre os modelos de explicação dos processos saúde-doença

Modelos teóricos de explicação do processo saúde-doença, de acordo com arredondo (1992), adaptado de Borghi et al. (2018)			
Modelo	Aspectos teóricos/ variáveis	Época	Principais autores
Modelo Mágico Religioso	Forças, espíritos, castigo divino	Sociedades primitivas até a atualidade	Sem autores no campo científico
Modelo Sanitarista	Condições insalubres (sociais)	Revolução industrial europeia	Smith e Pettenkofer
Modelo Social	Condições de vida e de trabalho	Século XIX	Frank, Virchow e Ramazzini
Modelo Unicausal	Agentes externos	Século XIX- XX	Pasteur e Koch
Modelo Multicausal	Agente, hospedeiro e ambiente	Década de 1950	Leavell e Clark
Modelo Epidemiológico	Rede de causalidade fatores de risco	Década de 1960	MacMahon e Pugh
Modelo Ecológico	Agente, hospedeiro e ambiente e relações entre eles	Década de 1970	Susser
Modelo Histórico-Social	Contexto social, modo de produção, classe social	Década de 1970	Berlinguer, Laurell e Breilh
Modelo Geográfico	Interação entre fatores patológicos e fatores próprios do ambiente geográfico	Década de 1950	Jaques May e Voronov
Modelo Econômico	Renda, padrão de consumo, estilo de vida, nível educacional, riscos ocupacionais	Décadas de 1970 e 1980	Anne Mills, Gilson e Muskin
Modelo Interdisciplinar	Hierarquizados, diferentes níveis de determinação	Década de 1990	Frenk

Fonte: Borghi et al. (2018).

De acordo com Arredondo (1992), em sua maioria, as mudanças de um modelo para o outro não realizavam grandes rompimentos intermodelos, apenas ocorrendo inserção de novas variáveis, com exceção dos modelos Mágico Religioso e Histórico Social. Para Arredondo (1992) o modelo histórico-social possui como característica marcante o olhar para o processo histórico, bem como agrega a análise os modelos de produção e as classes sociais. No entender de Borghi et al. (2018) o modelo histórico-social é fundamental para o estabelecimento do conceito de determinação social do processo saúde-doença, visto que este ao estabelecer um rompimento com os outros modelos explicativos contribuiu para o avanço teórico na discussão da questão. Os autores ainda propõem que mesmo sem um consenso na literatura é relevante denominar de determinação social do processo saúde-doença a ideia resultante do modelo histórico-social.

Fleury-Teixeira (2009) aponta que a cultura da economia liberal considera as escolhas e ações do indivíduo como resultados de simples opções pessoais negligenciando aspectos como personalidade e comportamento, ligando-os a “natureza” dos indivíduos. A visão crítica da determinação social busca considerar além dos aspectos biológicos, os determinantes históricos, comportamentais e sociais, com seus devidos pesos na análise.

De acordo com Breilh (2010) a determinação social da saúde parte da contestação do causalismo, apontando o processo dialético como fundamental para sua compreensão, afastando-se assim de uma perspectiva determinista dos processos históricos e biológicos, dando a devida atenção para as relações sociais e biológicas e da sociedade e natureza. Cabe ressaltar que o distanciamento da perspectiva determinista é o ponto chave para a diferenciação entre as propostas de determinação social e de determinantes sociais em saúde (BORGHI et al., 2018).

Borde et al. (2015) apontam que a diferenciação teórica entre determinantes e determinação social da saúde se dá de forma aparentemente sutil. Para os autores a determinação social guarda em comum com os determinantes sociais a característica de reconhecer a relevância dos aspectos sociais sobre as condições de saúde. A perspectiva do reconhecimento das iniquidades sociais como condições sistemáticas, evitáveis, injustas e desnecessárias e seu apontamento como fundamento para o surgimento das desigualdades, central na proposta crítica da determinação social, traz a interpretação crítica dos processos sociais relacionados com a saúde.

Considerando que o desafio maior para se obter uma sociedade mais igualitária é a transposição do colonialismo, a superação da colonialidade, que é o grande espaço de

gestação da modernidade que se mantém com base nas relações de iniquidades, é possível tensionar a perspectiva da determinação social da saúde ao avançar na reflexão decolonial. Ao se reconhecer as iniquidades como processos sistemáticos, injustos e evitáveis, é importante pensar na busca por mecanismos que ajudem a superá-las, o que as vincula estruturalmente à superação da colonialidade. Cabe ressaltar que as iniquidades, como processos sistemáticos e injustos, só serão evitáveis com a superação do colonialismo, e, como tal, só poderão ser tomados como processos desnecessários em uma realidade descolonizada.

Reconhecendo, como Quijano (2000), que o modelo vigente é “capitalismo mundial colonial/moderno”, devemos inferir que as iniquidades são fatores inerentes à coesão social neste espaço assim definido, sendo desenvolvimento e iniquidade elementos constitutivos do sistema, duas faces da mesma moeda. Quando tomamos as iniquidades como simplesmente evitáveis e desnecessárias podemos incorrer em um grave erro se pensarmos que estas serão superadas sem que seja alcançada a descolonialidade. Tal posição pode fomentar a falsa impressão de que existe a possibilidade de superação das iniquidades sem a superação do próprio modelo que as gera e delas se alimenta, e no qual estão inseridas as relações neoliberais contemporâneas. Talvez esse seja um ponto importante para radicalizar a visão da determinação da saúde em contraposição à ideia de determinantes sociais.

Poucas são as abordagens que integram a reflexão decolonial e a epidemiologia. Deve ser mencionado, então, o apontamento de Sevalho (2021) sobre a relevância do pensamento decolonial para a crítica da episteme epidemiológica, onde o autor, ao considerar uma “colonização do saber epidemiológico”, examina os conceitos de transição epidemiológica e determinação social da saúde.

Partindo da compreensão da categoria reprodução social como elemento fundamental para analisar as situações de saúde, e identificando que o modelo proposto pela determinação social da saúde busca compreender diferentes aspectos históricos, comportamentais e sociais, relacionando sociedade e natureza de forma a contrapor-se ao determinismo, podemos inferir que o grau de atenção dados aos diferentes aspectos e os direcionamentos dos fluxos na relação entre base e superestrutura podem ser um ponto chave para estabelecer a relação entre reprodução social da saúde e colonialidade/decolonialidade.

Williams (2011), em sua obra *Cultura e Materialismo*, no capítulo *Base e Superestrutura na Teoria da Cultura Marxista*, apresenta uma crítica à visão estática da base influenciando a superestrutura em análises culturais marxistas. Para o autor é central a ideia de se pensar a base não enquanto um estado, mas enquanto processo, e apenas é possível

compreender uma cultura a partir da apreensão do seu processo social real, que está relacionado a seus processos de incorporações. Para o autor, ao passo que a base influencia a superestrutura esta também contribui para a conformação da base.

Pensar a saúde na América Latina é pensar seu processo histórico, mas é fundamental pensar nas especificidades de tal processo. Desta forma, para compreender os processos de saúde-doença no contexto latino americano é crucial trazer a questão do colonialismo, da colonialidade e também da decolonialidade, compreendendo que, como afirma Quijano (2000), o racismo, bem como as categorias de gênero e trabalho foram e continuam sendo estruturantes da realidade em questão, e conduziram ações de opressão por parte dos dominadores, mas também tiveram respostas daqueles que sofriam a opressão. O quadro é, portanto, um processo de movimento, dinâmico.

Como visto anteriormente, Quijano (2000) denomina um emaranhado de relações sociais de exploração/dominação/conflitos articulados como “poder”, elemento este que permeia a reprodução social e busca controlar os vários aspectos da existência social, dentre eles, trabalho e aquilo que ele capaz de produzir, a subjetividade, a intersubjetividade e o conhecimento e demais elementos inseridos na cultura.

Ao falarmos de poder, é imperativo considerar criticamente os efeitos resultantes de das estruturas sociais emaranhadas à cultura, onde, por exemplo, se constituem os processos de vulnerabilização do ponto de vista da saúde coletiva. Mais importante ainda é pensar formas de sobrepujar tais estruturas, de garantir apoio e instrumentos de luta para aqueles que se encontram fragilizados, a fim de contribuir com seu processo de emancipação frente aos processos produtores/reprodutores de vulnerabilidades (PORTO et al., 2014).

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. OBJETIVO GERAL

Compreender em que medida o projeto da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí apresentou elementos de colonialidade, e tensionou os processos de resistência e reprodução social da saúde por parte das comunidades impactadas pela criação do reservatório.

#### 3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender em que medida as condições de vida e saúde foram tensionadas pela implantação da UHE – Tucuruí;
- Descrever os processos e estratégias de resistência mobilizados por parte dos desapropriados frente a implantação da UHE – Tucuruí;
- Considerar em que medida a colonialidade se apresenta na implantação da UHE – Tucuruí.

#### 4. TRAJETO METODOLÓGICO

A presente pesquisa pode ser de forma sintética caracterizada como qualitativa, assumindo um caráter exploratório e descritivo, fazendo uso de estudos bibliográficos e documentais (MINAYO, 2002).

Penso que dentre os grandes desafios da presente proposta está o posicionamento epistemológico teórico. Se pudesse descrever tal aspecto de forma taxativa o faria como a tentativa de um trabalho que transita entre o pós-colonialismo dos estudos culturais e a perspectiva decolonial, mais próximo da segunda “pela própria natureza”, parafraseando o grande artista e compositor brasileiro Belchior (1976), quando expressa que “por força desse destino um tango argentino me vai bem melhor que um blues”. Cabe ressaltar ainda a tentativa do diálogo entre visões diferentes na perspectiva teórica latino-americana da determinação social da saúde. Neste sentido, é importante destacar que absorvo de bom grado muitos pensadores pós-coloniais e suas contribuições no debate acerca do colonialismo, sem perder de vista a radicalização do pensamento descolonial presente no “Giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013; MALDONADO-TORRES, 2005).

Como anteriormente citado, a vontade de pesquisar o tema em questão surgiu a partir de experiências anteriores com o público estudado, seja por interesse na área do ponto de vista profissional, seja pelo interesse enquanto posicionamento ideológico que me movem a levantar hipóteses críticas. Deixo claro que não me posiciono entre os crentes de uma pesquisa neutra, pois sendo a pesquisa fruto da produção humana e sendo todas as relações humanas políticas, penso como pode a criatura não trazer ao menos um traço de seu criador.

O objetivo inicial da presente pesquisa seria debruçar-se sobre a colonialidade em torno do projeto de implantação da UHE - Tucuruí e as influências sobre a reprodução social da saúde com foco na categoria “pescadores artesanais”. Os documentos, no entanto, dialogam com o pesquisador, apontando novos significados, e tal escopo precisou ser revisto.

Um elemento fundamental para a decisão anteriormente posta foi que a partir da percepção de informações levantadas dos documentos seria impossível estabelecer o recorte específico pensado inicialmente, pois o olhar da pesquisa fez ver que o grupo de interesse teria que ser ampliado, com a participação de agricultores familiares, extrativistas, entre outras categorias. Os processos de mobilização e resistência que concatenaram diferentes grupos do ponto de vista do exercício do trabalho, unidos no movimento de “expropriados pela barragem de Tucuruí”, revelaram a nova conformação.

#### 4.1. EXPROPRIADOS PELA BARRAGEM

A lógica de ocupação da região amazônica tem sido historicamente pautada em uma visão desenvolvimentista. Os grandes projetos refletem todos os elementos da lógica de subserviência da Amazônia aos interesses do capitalismo global pressionando diretamente as populações locais afetadas, e a implantação da UHE - Tucuruí não foi diferente.

Como apontado por Corrêa (2009) o modelo de implantação da UHE - Tucuruí ao seguir um viés conservador da ideia de modernização figura também como gerador de muitos problemas que servem como elemento de união para aqueles que os enfrentam. E é nesse contexto que o movimento dos atingidos por barragens passa a atuar na região, tendo forte influência na mobilização de grupos de pescadores artesanais, trabalhadores rurais, pessoas ligadas a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Tal confluência ocorre pelo fato do processo de implantação da UHE-Tucuruí ter sido impactante para diferentes populações residentes, representando elemento catalisador de muitos processos de resistência e gerando relativa unidade em grupos até então distintos por questões culturais, geográficas, econômicas e de organização social. De acordo com Weitzman (2018) os processos de resistência gerados no caso da UHE Tucuruí guardam a característica de se estender até os dias atuais, assumindo rostos, estratégias e movimentos de acordo com ocasiões e contextos específicos.

“Desapropriados pela barragem” é nomenclatura apresentada pelos próprios envolvidos, que aponta a pluralidade de composição do grupo pesquisado. O material estudado mostrou a mobilização de agricultores, trabalhadores rurais, pescadores artesanais, distintos atores unidos por estratégias de resistência, em uma luta comum.

#### 4.2. ESTUDO DOCUMENTAL

Considerando que o estudo documental é fundamental do ponto de vista da coleta de dados para a pesquisa, deve ser feita uma breve explanação acerca do delineamento da investigação.

É importante, então, a apresentação de algumas considerações sobre o conceito de documento. Le Goff (1990) descreve que o documento pode ser compreendido como um material que detém a memória coletiva em sua forma científica. O autor é representante

expoente da Nova História francesa, que desde meados do século XX transformou profundamente fontes e objetos da ciência da História.

Segundo Le Goff (1990), para uma historiografia positivista predomina a visão de que os documentos seriam fontes de informações por si só, e o papel do bom historiador seria lê-los sem ideias preconcebidas, extraindo apenas aquilo que estivesse no texto. A influência da História Nova, no entanto, destaca o papel do documento na pesquisa histórica dando ao seu conteúdo mais riqueza e diversidade, promovendo debates acerca de releituras da noção de documento, indo além da ideia de existir apenas em forma de texto e passando a existir em outras essências que podem ser absorvidas pelos historiadores para pensar a história: como por exemplo, signos, palavras, paisagens e vários outros produtos da ação humana. A partir dos anos 1960 a ampliação da compreensão do documento como fonte ganhou força de modo a permitir a transposição da visão positivista, apontando uma nova perspectiva aos historiadores, qual seja a de uma visão crítica sobre o documento, olhando-o como resultado da sociedade que o produziu (LE GOFF, 1990).

Os estudos documentais de uma forma geral se assemelham aos estudos bibliográficos. O estudo documental se vale de fontes de dados de primeira mão que não foram analiticamente tratados, tal como documentos oficiais, entrevistas, contratos, e de segunda mão que receberam alguma forma de tratamento não necessariamente científico como relatórios técnicos, tabelas estatísticas (GIL, 2008).

Para May (2004) a utilização de documentos na pesquisa se configura tanto como questão de cunho teórico e metodológico quanto como tecnicidade que cerca o método, pois podem ser geradas informações carregadas de história.

Partindo da importância que os documentos possuem para a compreensão da história, é cabível atribuir relevância também para a compreensão das diferentes realidades e conformações sociais em seus devidos tempos e espaços, visto que, de acordo com Minayo (1997), o objeto das ciências sociais é histórico, guardando as especificidades de seus contextos.

A organização e análise de documentos deve ser feita de forma minuciosa e criteriosa no intuito de responder às questões da pesquisa e, como apontam Sá-Silva et al. (2009), permitir a possibilidade de compreensão dos fenômenos estudados. Os autores reforçam que os fatos ajudam a constituir os objetos de pesquisa, embora, por si só não consigam explicá-los.

Há um grande desafio na compreensão dos fenômenos através dos fatos expressos pelos documentos analisados, e, para tanto, é necessário esforço no sentido de sua

interpretação. Para que tal etapa seja realizada May (2004) aponta que deve ocorrer um olhar a partir de uma estrutura teórica para que os dados obtidos façam sentido. É preciso que o pesquisador trate os dados de modo a relacioná-los como significados que, presentes no documento, expressem entendimentos culturais.

#### 4.3. ESCOLHA DOS DOCUMENTOS

A seleção do que serve como base para responder as questões enfrentadas na pesquisa foi um dos maiores desafios. Foi ação de reunir elementos que trouxessem visões contraditórias, porém que fossem complementares, como a armação de um quebra-cabeça, um painel que contasse uma grande história apresentando os diferentes núcleos de personagens, que quando postos em uma perspectiva ampliada pudesse ajudar a desvendar a trama. A arte da pesquisa se realiza tanto na descoberta de documentos quanto na revelação dos conteúdos.

Após intensas leituras e buscas por materiais, alguns chamaram bastante atenção, por cumprirem importante papel de trazer informações sobre o processo de implantação a partir da visão de técnicos da Eletrobras responsáveis pela condução do processo.

Foram utilizadas como importantes fontes de dados duas publicações da Eletronorte que retratam a visão da empresa sobre seu histórico de atuação, denominadas “Eletronorte 30 anos de pura energia brasileira”, de 2004 e “Eletronorte 25 anos”, de 1998.

Outro documento analisado foi um compilado de 156 páginas que traz transcrições de uma série de entrevistas realizadas por uma empresa de consultoria ambiental do Rio de Janeiro, contratada no ano de 1992 pela Eletrobras para a realização de um estudo de caso sobre a implantação da UHE - Tucuruí. Hoje o material encontra-se disponível para consulta no acervo da biblioteca da própria Eletrobras, sob o título “Usina Hidreletrica Tucuruí” de autoria da Eletrobras/Arquitetura Ambiental, apenas em formato digital, tendo suas cópias físicas sido extraviadas, de acordo com informações do próprio sistema da biblioteca.

Considerando que as entrevistas foram realizadas apenas oito anos após a finalização das obras, a riqueza de detalhes e memórias dos atores é de uma consistência muito interessante para a pesquisa, elemento primordial para a sua eleição como material a ser analisado. É importante ressaltar que não foi possível o acesso ao material já tratado, ou seja, o estudo de caso finalizado, visto que tais registros foram inacessíveis.

Como forma de traçar um panorama acerca dos impactos ocorridos durante o processo de implantação da usina foram analisados relatórios que se debruçaram sobre a

questão, sendo eles: o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, constituída pela Resolução de 08 de abril de 1991, que teve como objetivo “Investigar e propor providências em relação à agressão ambiental, os danos econômicos e à queda da qualidade de vida causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí”; o relatório realizado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, instituída pela Resolução nº 26 de 15/08/2006, após o recebimento de denúncias documentais e orais realizadas por membros do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB; o Estudo de Caso realizado pela Comissão Mundial de Barragens - CMB, com a finalidade de coleta de informações, denominado, “Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)”

A riqueza de informações encontrada nos supracitados materiais foi de grande relevância, embora os elementos para compor o quadro analítico devessem surgir da interpretação. Na discussão sobre colonialidade um forte elemento é a negação das vozes daqueles que sofrem a opressão, e foi possível vislumbrar tal aspecto como resultado das análises, pautadas na coerência com as falas das populações impactadas.

Como poderia um estudo de caso versar sobre “um caso” onde aqueles mais impactados são apenas fruto das narrativas de outros, e não narradores de suas próprias verdades. Neste sentido, a busca das representações das vozes do grupo de interesse conduziu o estudo ao acervo de documentos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e ao acervo publicado no site “Memória dos Atingidos de Tucuruí”, que consiste em um endereço eletrônico encontrado nas pesquisas realizadas pelo projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”, aprovado no Edital nº. 12 de 2015 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, coordenado pelo Professor Henri Acselrad do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ (WEITZMAN, 2018).

A Tabela 3 apresenta a relação dos documentos referidos.

Tabela 3: Compilação dos documentos analisados na pesquisa

<b>Documentos analisados</b>	<b>Fontes</b>
“Eletronorte 25 anos”	Acervo da ELETRONORTE
“Eletronorte 30 anos de pura energia brasileira”	Acervo da ELETRONORTE
Relatório realizado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” - instituída pela resolução nº 26 de 15/08/2006	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH
“Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)”	Comissão Mundial de Barragens - CMB
Entrevistas par estudo de caso sobre a implantação da UHE Tucuruí. “Usina Hidreletrica Tucuruí”. ELETROBRAS/ARQUITETURA AMBIENTAL	Acervo da ELETRONORTE
Arca dos moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí”	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
Ata de reunião de negociações ocorridas na SPI da ELETRONORTE – Tucuruí. 1982.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. II assembleia dos Lavradores do município de Itupiranga. 1979.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”
Manifesto do povo do Repartimento e das áreas inundadas. 1980.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”
Carta dos expropriados a ELETRONORTE. 1980.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”
Documento de Denúncias e reivindicações da população de Repartimento e adjacências, atingida pelo projeto do Reservatório da UHE Tucuruí. 1981.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”

---

Documento de Denúncias e reivindicações dos trabalhadores rurais relocados da área do reservatório da UHE Tucuruí para a colônia do Mojú PA 263, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE. 1982.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”
Esclarecimento a população atingida pela hidroelétrica de Tucuruí - Pará. 1982.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”
Documentos de protestos e exigências dos trabalhadores rurais e famílias expropriadas pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE. Documento nº IV dos expropriados. 1983	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”
Ata da reunião entre a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE e a Comissão Representativa dos Colonos Expropriados da Área de Influência do Reservatório de Tucuruí. 1984.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”
Relatório de avaliação do Movimento dos Desapropriados pela barragem de Tucuruí. 1984.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”
Documento de Denúncias e reivindicações dos três municípios atingidos pela construção da barragem de Tucuruí. 1984.	Movimento dos Expropriados, In: Acervo do projeto “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí”

---

Fonte: Compilação do pesquisador.

No material apresentado pelo MAB destaca-se uma publicação sugestivamente denominada a “Arca dos moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí” (Figura 3), produzida durante o início da implantação do projeto, que traz relatos detalhados sobre o processo de mobilização, as pautas e reivindicações fundamentais dos processos de resistência.

Figura 3: Capa da publicação informativa produzida pelo movimento de luta dos expropriados



Fonte: A arca de Tucuruí (MAB)

#### 4.4. A ANÁLISE DOS DADOS

Atendendo às especificidades do estudo e buscando responder aos seus distintos objetivos algumas estratégias de análise de dados foram usadas. Como forma de perceber a manifestação de elementos que garantiriam o processo de colonialidade na implantação da

UHE – Tucuruí foi utilizada a análise de conteúdo, por esta acomodar as demandas postas nas perguntas de pesquisa, permitindo um diálogo eficiente com os documentos analisados.

Na medida em que as questões da pesquisa se ramificavam, outro olhar se fazia necessário, um olhar que permitisse ir além daquilo já vinha sendo interpretado, não apenas pautado fundamentalmente na semântica e na hermenêutica, mas que garantisse observar as nuances gravadas nos documentos, a exemplo dos detalhes de como o processo de implantação refletiu sobre as condições de vida dos desapropriados e como estes respondem a tais processos como forma de resistência.

#### 4.5. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Um elemento que merece destaque é a forma de análise dos dados contidos no material pesquisado. Para tanto foi utilizada a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (1977).

Campos (2004) define a análise de conteúdo como um método muito utilizado na análise de dados qualitativos. De forma mais específica como um conjunto de técnicas de pesquisa ligadas à análise da comunicação que buscam encontrar os sentidos em algum documento, decodificando os conteúdos das mensagens. Possuindo grande relevância da semântica para sua utilização, o método encontra-se em meio a duas extremidades: a linguística tradicional e a hermenêutica.

Definitivamente, o terreno, o funcionamento e o objetivo da análise de conteúdo, podem resumir-se da seguinte maneira: atualmente, e de um modo geral, designa-se sob o termo de análise de conteúdo ... um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Na prática de sua execução a análise de conteúdo está dividida em três fases, que divergem em nomenclatura entre muitos autores e aqui são enunciadas segundo Campos (2004):

- 1 Fase de pré-exploração do material:

Selecionado o corpus a ser analisado procede-se às leituras flutuantes de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma não estruturada aspectos importantes para as próximas fases da análise. Na leitura flutuante toma-se contato

com os documentos a serem analisados, conhece-se o contexto e deixam-se fluir impressões e orientações (CAMPOS, 2004 p.613).

## 2 A seleção das unidades de análise (ou unidades de significados):

Uma das mais básicas e importantes decisões para o pesquisador é a seleção das unidades de análise. Nos estudos qualitativos, o investigador é orientado pelas questões de pesquisa que necessitam ser respondidas. Mais frequentemente, as unidades de análises incluem palavras, sentenças, frases, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros ... existem várias opções na escolha dos recortes a serem utilizados, mas percebemos um interesse maior pela análise temática (temas), o que nos leva ao uso de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise. O tema pode ser compreendido como uma escolha própria do pesquisador, vislumbrada através dos objetivos de sua pesquisa e indícios levantados do seu contato com o material estudado e teorias embasadoras, classificada antes de tudo por uma sequência de ordem psicológica, tendo comprimento variável e podendo abranger ou aludir a vários outros temas (CAMPOS, 2004 p.613).

## 3 O processo de categorização e subcategorização:

O processo de categorização pode ser definido como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero. Desta forma, podemos caracterizar as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimir significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos (CAMPOS, 2004 p.614).

### 4.6 FOCO TEÓRICO DA ANÁLISE

A análise levou em consideração a perspectiva decolonial, que aponta que toda a estrutura da sociedade moderna ocidental capitalista é fundamentada em três aspectos raça, trabalho e gênero. Logo podemos apreender que os mesmos elementos são desdobrados em diferentes camadas que permitem processos de classificação e hierarquização, processos estes que são parte constitutivas das ações e podem ser evidenciados nos discursos daqueles que exercem de alguma forma o poder sobre o outro.

O presente estudo faz um esforço no sentido de buscar elementos de hierarquização e estranhamento do outro nos discursos encontrados nos documentos analisados (inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos). Bem como procura reflexos de tais separações no mundo material e na trajetória de vida da população estudada.

Na tentativa de compreender e explicar o fenômeno estudado é fundamental buscar respostas nas estruturas de poder estabelecidas, e propagadas, e para tanto é necessário o tratamento dos documentos com uma lente teórica que seja capaz de analisá-los garantindo a busca de elementos que demonstrem elementos da colonialidade do poder, do saber e do ser. Assim, para responder as questões postas no trabalho foi importante a utilização do que Grosfoguel (2008, p.58) aponta como questões centrais dos processos de colonialidade, “como às formas eurocêntricas de conhecimento, as desigualdades entre os sexos, as hierarquias raciais e os processos culturais/ideológicos que fomentam a subordinação da periferia no sistema-mundo capitalista”.

É importante ressaltar uma vez mais que partimos da premissa de que os documentos devem, com sua carga de informações, ser tomados como representações da realidade. O tratamento analítico dos documentos cumpre o papel de apreender e esclarecer o que dizem seus conteúdos contextualmente inscritos no tempo e no espaço de sua produção, de acordo com a perspectiva de orientação teórica da pesquisa.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como critério de organização da apresentação dos resultados será adotada a estrutura de tópicos, que terão a função de mostrar e discutir diferentes aspectos dos elementos que a pesquisa levantou. Obviamente os tópicos guardam suas especificidades, mas estão intimamente relacionados, formando um corpo coeso e fazendo sentido no contexto apresentado.

Os tópicos estão distribuídos segundo os seguintes aspectos: Contexto de implantação da UHE – Tucuruí; os processos ocorridos nas ações de expropriação; as questões de saúde relacionadas à implantação da UHE – Tucuruí; o debate da relação complexa entre a categoria camponês, a terra, o trabalho, vida e reprodução social da saúde; a organização coletiva e a resistência dos expropriados; e a colonialidade presente no processo de implantação da usina, a partir das estruturas de poder, saber e ser.

### 5.1. O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DA UHE – TUCURUÍ

O Brasil apresentou diversas fases em sua relação com o capital que guardam elementos comuns, o papel subalterno e o caráter violento que moldaram um país que se encontra na periferia do poder mundial. Diversos problemas derivam desta contingência, como concentração de riqueza, desigualdade social, segregação social, racismo.

Uma breve contextualização social, econômica e política deve então ser feita. Com sua industrialização tardia o país sempre guardou a característica de uma intervenção estatal um tanto seletiva, promovendo concentração de capital mesmo no período pré-industrial, com vistas a beneficiar as elites locais. Foi o estado brasileiro quem primeiramente financiou seu processo inicial de industrialização, em meados dos anos 1930, com foco principalmente na produção de bens de consumo não duráveis.

Ianone (2019) aponta que o estado brasileiro se mobilizou para modificar suas estruturas produtivas fortemente agrícolas para um cenário urbano-industrial, tendo como marco temporal a crise de 1929. Mantendo de forma geral tal tendência durante os anos do primeiro governo de Getúlio Vargas, que tomou posse, em um contexto conflituoso, com a retirada de Washington Luis da presidência e o impedimento de Julio Prestes de assumir o cargo, até meados de 1955 ao fim do seu segundo governo.

Em meio a crises políticas que marcam a década de 1950, o processo de industrialização brasileira ganhou mais incentivos a partir de políticas promovidas pelo

governo de Jucelino Kubitschek, que incentivou maiores aberturas ao capital estrangeiro (GOMES, 1994).

A década seguinte foi marcada pela ascensão militar ao poder, marcada pela eleição indireta do Marechal Humberto Castello Branco, após a retirada de João Goulart da presidência por meio de um golpe militar, contexto que proporcionou ao país um período de vinte anos de ditadura que moldaram de forma trágica a história brasileira.

Durante a ditadura, no período compreendido entre 1968 e 1973 foi evidenciado um expressivo e controverso crescimento econômico, o chamado “milagre econômico” que não fugiu a tônica brasileira de concentração de renda, seletividade dos grupos beneficiados, com um aditivo, aumento no cerceamento de liberdades, na violência e opressão por parte do estado.

A Amazônia legal teve suas delimitações geopolíticas estabelecidas no final dos anos 1960, representando aproximadamente mais da metade do território brasileiro, englobando os estados da região de, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Tocantins e Pará, se estendendo ainda sobre parte do território do Mato Grosso e Maranhão (BECKER, 2005a). A nomenclatura Amazônia Legal é instituída por meio da Lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953, fazendo parte de uma perspectiva política com vistas a um projeto econômico para a região. Após tal estabelecimento, as delimitações geográficas foram alteradas para a forma atualmente conhecida, por meio da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, bem como pela Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977.

A partir desta perspectiva desenvolvimentista uma série de movimentos foram desencadeados na Amazônia, a exemplo de processos migratórios para a sua ocupação, bem como os diversos projetos governamentais implantados ao longo de sua história. Cabe ressaltar que a lógica de exploração da Amazônia sob um viés desenvolvimentista e de subserviência aos movimentos do capital internacional é anterior à delimitação da Amazônia Legal, e que as ações desencadeadas pelas políticas a partir dos anos 1960 são na verdade um acúmulo histórico de todos os processos pelos quais a região passou.

A partir do que aponta Becker (2005a) é possível compreender que desde o processo de colonização foi evidenciado o papel subalterno da Amazônia no contexto geopolítico, por meio de diversas estratégias exploratórias de ocupação da coroa portuguesa que marcaram a região como receptora de ações desenvolvimentistas.

Neste sentido, a perspectiva desenvolvimentista que permeia a história de ocupação do território amazônico e suas diferentes fases provocaram muitos impactos até os dias atuais. Traçando uma análise a partir de uma lógica do desenvolvimento econômico

podemos verificar que a ocupação amazônica goza de uma curiosa contradição, com o aumento econômico também houve crescimento na concentração de riquezas e na desigualdade social (VIANA et. al 2015).

A implantação da UHE-Tucuruí foi uma das ações compreendidas no Programa de Integração Nacional ocorrido entre 1965 e 1985, e teve como principal objetivo suprir principalmente as demandas energéticas de dois grandes projetos vinculados ao capital estrangeiro, o programa de Ferro Grande Carajás e o projeto ALBRAS-ALNORTE. A bandeira da modernidade e desenvolvimento são elementos constantes nas justificativas públicas para tais projetos, bem como a alocação da região Amazônia no lugar do atraso, do subalterno e do necessitado de uma visão exógena para que possa gozar de melhores condições.

Para compreender a implantação da UHE – Tucuruí e o contexto no qual está inserida é importante dar o devido destaque para a criação da ELETRONORTE. O papel que deveria ser cumprido pela ELETRONORTE surge como desdobramento do que que já vinha sendo desenvolvido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, empresa de economia mista que existe até os dias atuais sob o controle do governo brasileiro. Por meio de ações, como o a implementação do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia – ENERAM já vinham sendo realizadas incursões na região no intuito de suprir os interesses do setor energético.

A ELETRONORTE teve sua criação no mês de junho de 1973, como uma subsidiária da ELETROBRAS, e seu principal intuito seria o de estudar e desenvolver o potencial hidrelétrico da Amazônia brasileira. O aprofundamento dos estudos do ENERAM apontou a necessidade de implantação de uma estrutura especializada em conduzir os interesses do setor energético na região amazônica.

Como mote principal, e desafio inicial, tal estrutura deveria dar conta de uma situação que era apontada pelos estudos do ENERAM como um grande gargalo da região norte do país, representado pelas grandes demandas energéticas apresentadas principalmente por duas cidades, Belém e Manaus. A energia que atendia a região era integralmente gerada por usinas térmicas, que esbarravam no alto preço do petróleo para operarem. Tal situação era apontada pelo setor energético como insustentável, e, sob pressão do capital internacional e do projeto de desenvolvimento pensado para a região, a busca por soluções assumiu um caráter célere e temerário, que acarretou muitas decisões questionáveis.

O papel do ENERAM era principalmente pensar a viabilidade de hidrelétricas como forma de subsidiar os chamados polos de desenvolvimento, que eram locais que

concentravam alto poder econômico na região amazônica, sendo Belém o maior expoente na época da implantação da UHE - Tucuruí. Colocando de uma forma temporal linear, em um primeiro momento existe um relativo movimento político e econômico que apoia a exploração energética da região em função de demandas das elites regionais, que após o vislumbre da implantação de projetos como Ferro Grande Carajás e ALBRAS se abre para uma nova perspectiva de atender as demandas do capital estrangeiro.

É importante ressaltar que apesar deste movimento de atender as demandas externas por meio de benefícios ao capital estrangeiro através de diversas ações estatais promovidas pelo governo ditatorial civil militar, houve ainda benefícios a determinados grupos e interesses regionais e nacionais, que acessavam políticas protecionistas. Tal acesso era conduzido por uma seletividade construída através de diversas relações entre as elites brasileiras que apoiavam a ditadura proporcionando a formação do que Moraes e Mantega (1980) denominaram de “monopólios caseiros”.

Campos (2019), ao estudar os interesses empresariais relacionados ao projeto da UHE – Tucuruí, identifica o crescimento de muitos grupos de capital brasileiro que foram beneficiados pelo regime ditatorial, o que permitiu a muitos expandir sua atuação pelo território nacional. Algumas empresas até mesmo alcançaram o mercado externo, mostrando que houve benefícios tanto para as multinacionais, quanto para determinados monopólios locais.

Um relevante elemento no atendimento dos interesses do capital internacional foi a chamada “Lei de Participação”, que abria as portas para empresas estrangeiras participarem de empreendimentos nacionais, um movimento justificado por seus apoiadores a partir da ideia de ampliar o processo de industrialização no Brasil. Valendo-se da justificativa de industrialização nacional, as ações do governo ditatorial apresentam distanciamento do que era a tônica vivida pelo país até a metade da década de 1950, onde, de acordo com Leopoldi (1994), os investimentos para a industrialização são em sua maioria estatais com pouca participação do capital privado internacional. Constituem, no entanto, uma clara continuação das políticas de incentivo fortemente praticadas a partir da segunda metade da década pelo governo Kubitscheck, que visavam a intensificação da abertura do país para o capital internacional.

Caputo e Melo (2009) apontam que o setor industrial brasileiro inicialmente era formado em sua maioria pela indústria têxtil nacional, e que a entrada do capital internacional no Brasil possui raízes vinculadas a um momento posterior à primeira guerra mundial, fazendo parte da ideia de financiamento de desenvolvimento do país, em um

contexto de crescimento da influência do capital norte-americano, bem como do europeu e japonês. A ideia de exploração energética na Amazônia foi observada com bastante atenção por estes três atores. Inclusive com a construção da UHE – Tucuruí tendo grande participação do capital japonês, que investia na prospecção e extração de bauxita na região, demandando um grande subsídio energético (CAMPOS, 2019).

O atendimento da demanda energética principalmente para a implantação da ALBRAS foi compreendido como prioridade para o governo, e, como tal, foi acompanhada pessoalmente por Antônio Dias Leite, então Ministro de Minas e Energia, que posteriormente foi substituído por Shigeaki Ueki em 1974 durante a gestão de Ernesto Geisel. A ALBRAS é uma empresa que até os dias atuais está instalada no município de Barcarena no Pará, a uma distância de 29 Km de Belém, em um trajeto que alterna uma parte por terra e uma travessia pelo rio Guamá realizada por diversas balsas comerciais. A empresa demandou em torno de sete anos para sua implantação e vem figurando por muitos anos como uma das maiores em toda a Amazônia

De acordo com informações disponibilizadas pela própria empresa, o capital componente da ALBRAS está dividido em 49% pertencente à multinacional norueguesa Hydro e 51% de posse da Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd. - NAAC, que é um consórcio de empresas japonesas, tradings, consumidores e fabricantes de produtos de alumínio. Tais informações confirmam a relevância do capital japonês na trajetória desenvolvimentista da Amazônia.

Lúcio Flavio Pinto (2010), jornalista paraense, aponta que em 1974 os japoneses tinham um orçamento de 3,3 bilhões de dólares para investir na busca de alumínio na Amazônia. Tal valor estava dividido em 2,2 bilhões de dólares para a implantação de fábricas de alumínio e alumina, 300 milhões para a infraestrutura das fábricas e 800 milhões para contribuir na construção da UHE – Tucuruí, que teve seu valor orçado em torno de 2,1 bilhões de dólares. O jornalista informa que em vinte e quatro anos de operação a empresa alcançou em torno de 9 milhões de toneladas de alumínio, que em sua maioria foram destinadas ao mercado externo, principalmente ao Japão que foi o comprador de aproximadamente metade deste quantitativo, acumulando uma receita de 13 bilhões de dólares.

Havia pressa para a definição de como atender as necessidades específicas deste projeto, visto que, após a equipe da ELETROBRAS ser convocada, foi dado aos técnicos menos de um mês para apresentação de um relatório sobre o tema. O relatório indicava o ponto na região de Tucuruí que seria capaz de atender as necessidades supracitadas.

Existia a informação de que para atender a ALBRAS seria necessária uma usina capaz de produzir 1 milhão e 300 mil Kilowatts, algo em torno de 1.300 MW de potência firme, e que o projeto pensado para Tucuruí poderia gerar em torno de 3.500 MW com capacidade de ampliação para 7.000 MW. Após a acelerada aprovação do relatório foi realizado um contrato com uma empreiteira chamada ENGEVIX, que já estava contratada para realizar o estudo do Inventário da Bacia do rio Tocantins, de forma a subsidiar um estudo de viabilidade para o projeto.

Ao iniciar suas ações, a ELETRONORTE se apropriou de várias informações acerca da utilização de hidrelétricas em toda a Amazônia brasileira, assumindo a responsabilidade em vários projetos. No ano de 1975 a região dispunha de duas usinas Hidrelétricas em processo de construção, Coaracy Nunes no estado do Amapá, e Curuá-Uma em Santarém no Pará. É importante destacar que a ELETRONORTE teve papel em várias frentes relacionadas às hidrelétricas na região amazônica, enquanto acompanhava com muito interesse a situação da de Tucuruí, tida como um projeto extremamente benéfico do ponto de vista de seus interesses, sendo o empreendimento onde os maiores esforços eram realizados.

Foi neste contexto que em 1977 foi iniciada a construção da UHE – Tucuruí. A imagem a seguir da agência O Globo, disponibilizada em publicação da ELETRONORTE (2004), é bastante simbólica (Figura 4), porque traz personagens em visita ao canteiro de obras em seu início, em cena que ilustra os interesses envolvidos no projeto. Da esquerda para direita estavam Sebastião Camargo, fundador da Camargo Corrêa, Antônio Carlos Magalhães, presidente da ELETROBRAS, o presidente Ernesto Geisel, Shigeaki Ueki que havia sido nomeado Ministro de Minas e Energia e Aloysio Chaves, governador do Estado do Pará (ELETRONORTE, 2004).

Figura 4: Foto da visita do presidente Ernesto Geisel no início do canteiro de obras da UHE Tucuruí



Fonte: ELETRONORTE (2004).

De acordo com informações observadas no estudo de caso sobre a implantação da UHE Tucuruí. Realizada pela empresa ARQUITETURA AMBIENTAL (1992), foi possível perceber que as ações aceleradas das obras da usina faziam parte de uma estratégia do governo, o estado brasileiro buscava, com o andamento acelerado das obras, mostrar ao capital japonês que havia um grande interesse na concretização dos acordos firmados. Cabe ressaltar, que ao privilegiar o investimento japonês o governo militar desconsiderou importantes elementos do contexto econômico internacional, gerando grandes problemas.

Dentre os problemas ocorridos nas obras de instalação da usina aquele apontado pelos técnicos como de maior impacto foi o atraso na construção em função da falta de recursos, sobretudo dos recursos oriundos dos investidores japoneses, que demonstraram um menor interesse na obra em função da crise internacional no mercado de alumínio. Na prática os japoneses diminuíram pela metade a expectativa de exploração do alumínio, visto que a retração do mercado não permitiria a venda da quantidade antes planejada, ou seja, o processo produtivo demandaria um aporte energético 50% menor do que o previsto. O que popularmente é conhecido como “elefante branco” estava então configurado.

Outro ponto marcante no projeto com relação ao financiamento da obra é o contraste entre a falta de recursos apontada e os diversos aportes financeiros destinados para a obra. De acordo com informações da ELETRONORTE (1998), em 1977, após um processo licitatório, foi estabelecido o maior contrato em termos de valores já realizados por empresas que compunham o grupo ELETORBRAS, no valor de 7,6 bilhões de Cruzeiros, entre ELETRONORTE e a empreiteira Camargo Corrêa, destinado à execução das obras civis de Tucuruí.

A carência de instrumentos efetivos de fiscalização e controle, resultantes da falta de transparência do governo militar, suscitam até os dias atuais diversos questionamentos quanto aos aspectos éticos, morais e mesmo criminais do projeto. Campos (2019) relembra que a Camargo Corrêa foi relacionada a várias denúncias de corrupção, ligadas ao processo licitatório e ao andamento das obras da usina.

Podemos observar, então, que a principal força motriz para a instalação do projeto da UHE – Tucuruí foram os interesses econômicos que estavam no cerne da visão desenvolvimentista implementada, sendo notório que a prioridade era a entrega da obra mesmo em detrimento de aspectos técnicos mais consistentes. Como pode ser evidenciado pela fala do então deputado estadual Gerson Peres, líder do governo na câmara e um dos principais articuladores políticos do projeto, para o Estudo de caso encomendado pela ELETROBRAS à empresa Arquitetura Ambiental S/C LTDA.

A pressa foi fechar a barragem. Mas tínhamos que correr, para poder fazer o empreendimento paralelo, que era o projeto ALBRAS e a ALUNORTE. Eram projetos que necessitavam ser feitos. Os acordos já tinham sido estabelecidos e o País perderia dólares se houvesse o retardamento dos contratos ... a barragem foi feita rapidamente. Poderíamos ter esperado uns 6, 8 meses para eliminar a gama de produtos vegetais que ficaram no lago, e esta inundação gerou o protesto. Na realidade, sujou o rio, contaminou o rio. No primeiro ano criaram-se problemas. Isso deu margens para que os contestadores da hidrelétrica se fundamentassem nisso para mostrar que eles estavam certos (ELETROBRAS, 1992).

A implantação a toque de caixa do projeto, e conseqüentemente a pouca preocupação ambiental e social, abriram margem para uma série de ações, que foram responsáveis por grandes impactos. Um exemplo emblemático foi a inundação da cidade de Jacundá, que não estava prevista no projeto e aconteceu para economizar gastos para sobrevoar a extensa área que poderia ser afetada, não sendo realizado o levantamento de campo que deveria subsidiar devidamente os cálculos do que seria de fato inundado.

É possível compreender os movimentos que impulsionam a implantação da UHE-Tucuruí em um contexto macro, pensando a crise energética internacional e seus efeitos

deletérios a partir do que considera David Harvey (2013, 2006). O autor traz a ideia marxista de produção de superacumulação e como esta movimentada a expansão do capitalismo em um aspecto geográfico, e aponta todos os problemas que então podem ocorrer, quando, por exemplo, não se respeitam as projeções temporais e se inviabiliza o cumprimento de processos de estruturação necessários para a expansão.

Tais crises manifestam-se em excedentes simultâneos de capital e de força de trabalho sem que aparentemente exista nenhuma forma de coordená-los para realizar alguma tarefa socialmente produtiva. Portanto, se a desvalorização (e mesmo a destruição) de capital e de força de trabalho não se seguirem, então devem ser encontradas formas para absorver o excedente. Expansão geográfica e reorganização espacial são a saída possível. Mas isto tampouco pode se dissociar dos ajustes temporais, uma vez que expansão geográfica frequentemente acarreta investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo (redes de transporte e de comunicações, educação e pesquisa, por exemplo) que demorariam muitos anos para realizar seu valor através da atividade produtiva que apoiavam (HARVEY, p.10, 2005).

Santos (2007) aponta que a implantação da usina foi marcada por uma série de erros e/ou equívocos em seu aspecto operacional. A autora pontua que a área que foi tomada como de utilidade pública, pelo Decreto Federal nº 78.659 de 1976, e que iria receber o reservatório formado pelo barramento do rio, bem como o canteiro de obras da usina e das vilas residenciais, foi superdimensionada, enquanto houve um subdimensionamento da área que seria efetivamente alagada. A síntese do Decreto é apresentada a seguir.

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra e benfeitorias de propriedade particular, excluídos os bens de domínio público, totalizando 8.184,3749 Km<sup>2</sup> (oito mil, cento e oitenta e quatro quilômetros quadrados, três mil, setecentos e quarenta e nove decâmetros quadrados) situadas nos Municípios de Bagre, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingos do Capim e Tucuruí, no Estado do Pará, e necessárias à implantação do canteiro de obras, e demais unidades de serviço, bem como à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica e Tucuruí, localizada no rio Tocantins, cuja concessão foi outorgada à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRONORTE, pelo Decreto nº 74.279, de 11 de julho de 1974” (BRASIL, 1976).

Curvina e Moreira (2018), ao estudarem as memórias da população a partir das narrativas dos sujeitos atingidos pelo processo de inundação de Jacundá, descreve o processo como traumático, ditatorial e arrebatador, deixando a população à mercê do interesse de um modelo de desenvolvimento que atende tão somente os interesses do capital.

A invisibilização das populações camponesas afetadas pelo alagamento decorrente da implantação da UHE – Tucuruí concorda com sua pouca presença nos documentos oficiais examinados, e deve ser também responsável pelo fato de serem pouco mencionadas

neste texto até aqui. A contextualização da implantação demanda um mergulho nas informações disponibilizadas, bem como na visão dos operadores do projeto, e para tais olhos as populações fragilizadas são irrelevantes, ou sequer existentes. Esta observação deve ser considerada como resultado de pesquisa que se comprova pelo parco aparecimento das questões sociais no projeto.

O papel subalterno em que foram forçosamente colocadas as pessoas afetadas durante o projeto de implantação da usina é bastante claro, e será devidamente explorado mais adiante. Um exemplo foi a consulta tardia e pouco esclarecedora da população sobre os futuros procedimentos de inundação e realocação, que começou apenas em 1978, um ano após o início das obras, como pode ser observado na tabela que sintetiza os principais movimentos relacionados ao processo (Tabela 4).

Tabela 4: Linha do tempo de eventos relevantes no processo de implantação da UHE - Tucuruí

---

**Linha do tempo dos principais eventos relacionados a implantação da UHE - Tucuruí**

---

<b>1962</b>	Fundação da ELETROBRAS.
<b>1965</b>	Início do Programa de Integração Nacional.
<b>1968</b>	Criação do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia- ENERAM.
<b>1970</b>	Japão se torna o maior importador mundial de alumínio.
<b>07/1973</b>	Criação da ELETRONORTE.
<b>10/1973</b>	Crise petrolífera internacional.
<b>11/1973</b>	O Ministro da Fazenda Delfim Neto assina com o Japão o primeiro memorando de entendimento para a implantação de uma fábrica de alumínio na Amazônia e da UHE – Tucuruí.
<b>1974</b>	O Decreto Federal nº 74.279, de 1974 outorga à ELETRONORTE, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do Rio Tocantins.
<b>1976</b>	O Decreto Federal nº 78.659, de 1976 assinado por Ernesto Geisel declara como sendo de utilidade pública uma área de 8.184 km <sup>2</sup> ,

---

---

	destinada implantação do canteiro de obras, e demais unidades de serviço, bem como à formação do reservatório da UHE - Tucuruí.
<b>1976 - 1977</b>	Crise no mercado internacional de alumínio.
<b>1977</b>	Início das obras de implantação da UHE – Tucuruí.
<b>1977</b>	Dois meses após o início da construção Robert Goodland foi contratado para realizar um relatório ambiental, que viria ser subsidiado por apenas um mês de trabalho de campo.
<b>1978</b>	Início das obras de implantação da ALBRAS.
<b>1978 -1979</b>	Levantamento das comunidades que deveriam ser realocadas.
<b>08/1981</b>	Começo da organização dos camponeses expropriados pela implantação na UHE – Tucuruí.
<b>1983</b>	Realização da realocação da população.
<b>1984</b>	Início da operação da UHE – Tucuruí.
<b>1985</b>	Início da produção da ALBRAS.

---

Fonte: Organização do pesquisador.

## 5.2. O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO

No início da pesquisa a ideia era analisar a relação de um grupo específico frente ao processo de implantação da UHE – Tucuruí, qual seja o dos “pescadores artesanais”, mas o desenvolvimento do estudo mostrou que as informações se referiam e eram produzidas por um contingente populacional mais amplo, o que fez com que o público de interesse fosse revisto. Sendo a diversidade elemento constante no processo de ocupação e exploração da Amazônia e em seus conflitos resultantes, no caso da UHE – Tucuruí não foi diferente, pelo que para compreender os processos de resistência e impactos sobre a reprodução social da saúde deveríamos considerar um coletivo mais complexo. Os afetados pelo projeto, para onde a pesquisa lançava o olhar, se apresentavam como um grupo formado por diferentes pessoas, entre pescadores e agricultores, que pode ser descrito como: moradores que foram desabrigados pela formação da represa resultante da construção da barragem, os expropriados.

De acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito das barragens (CPI das Barragens), instalada na Assembleia Legislativa do estado do Pará em 1991, o represamento

do rio Tocantins foi responsável pelo alagamento de uma área em torno de 2.800 km<sup>2</sup> e isso levou ao desabrigo 25.000 pessoas que, em sua maioria, viviam da prática de agricultura voltada a subsistência e do extrativismo de produtos florestais e pesqueiros.

Um dos grandes desafios encontrados no andamento desta pesquisa foi definir com clareza a origem da população que foi atingida pelo fechamento da barragem e geração do reservatório, visto que o contexto histórico da região já vinha sofrendo com as desastrosas políticas de integração da Amazônia, pertencentes ao PIN. A exemplo das consequências da abertura da estrada transamazônica e do numeroso contingente de trabalhadores migrantes que dela participaram. Ao que se percebe os expropriados formavam um misto de populações camponesa composto de locais e de migrantes.

De acordo com Weitzman (2018), a partir dos registros documentais dos movimentos de atingidos poder-se-ia ter uma ideia da composição das populações que estavam distribuídas em função do barramento do rio. A jusante a área da barragem estaria preponderantemente ocupada por uma população mais “tradicional” que se fazia presente desde a origem da região, enquanto a montante a ocupação seria mais recente, em sua maioria formada por populações oriundas dos movimentos do PIN.

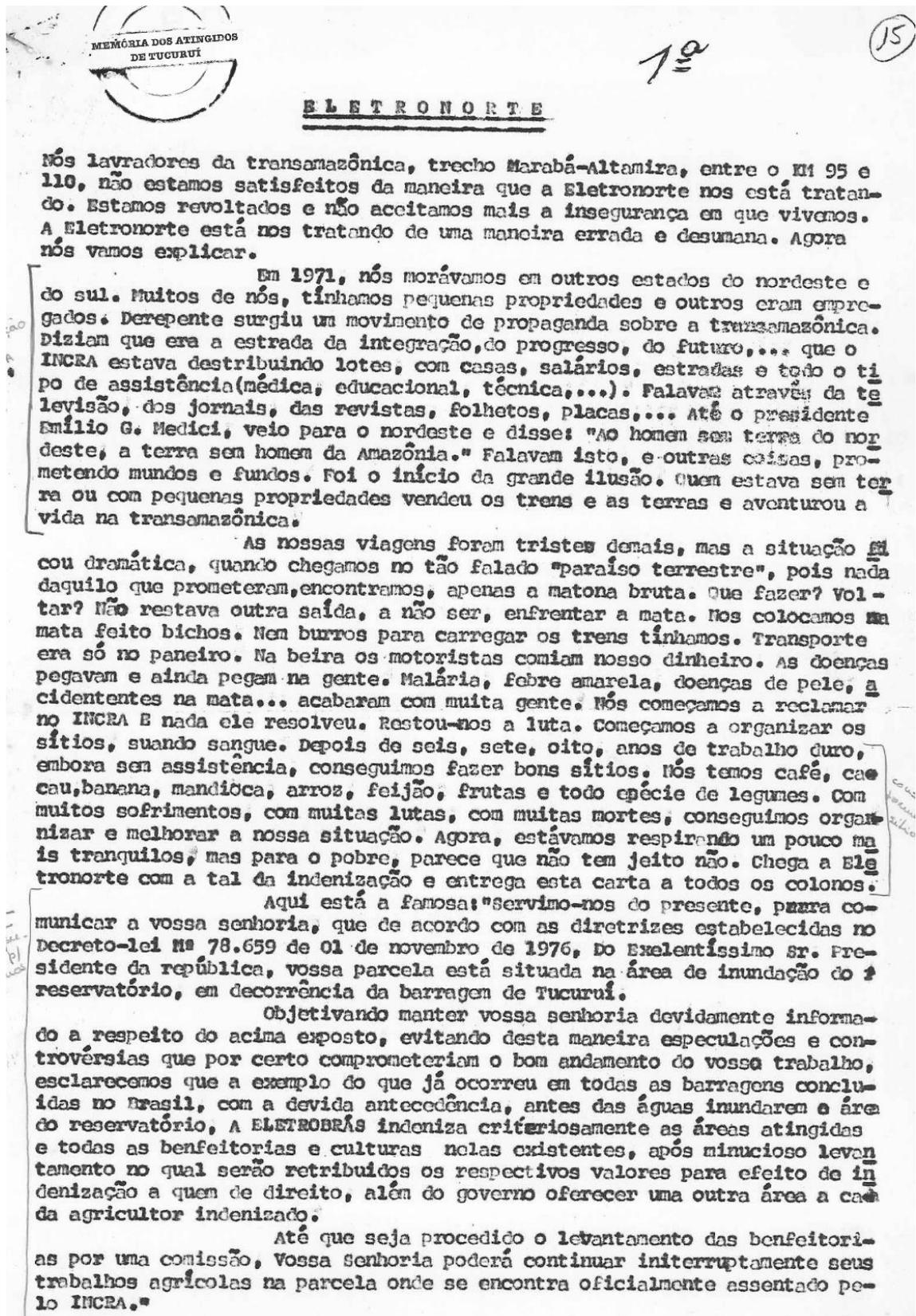
Em entrevista concedida em 1992 a então deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Aida Maria, aponta a separação como duas realidades distintas entre montante e jusante. A população a montante que promoveu a ocupação ao longo da transamazônica era em sua maioria de origem nordestina, tendo ainda a participação de pessoas do Sul e Centro-oeste do país que em grande parte trabalhavam com agricultura, no cultivo de cacau, café, feijão, e criação de gado, porcos, e aves, enquanto a jusante estariam aquelas pessoas com fortes ligações com cidades como Marabá e Cametá.

Obviamente há limitações na generalização de tal divisão, porém ela cumpre um papel didático na compreensão do contexto histórico que envolve os expropriados que constituíram os primeiros processos de enfrentamento organizado ao projeto, e que de certa forma geraram registros de sua vivência e pontos de vista. Uma indagação que pode ser feita ao se olhar para tal divisão com base nas representações dos documentos estudados, é que os danos originados do alagamento foram muito grandes do que pode ser documentado e que há uma invisibilização de muitos afetados, como as populações nativas. Neste sentido, Fearnside (1999) aponta que a área alagada se estendeu por parte das terras da etnia Parakanã, Santos e Nacke (1988) nos falam que além dos Parakanã os Gavião também sofreram com o problema, e Correa (2009) reforça a afirmação da ocorrência da expropriação de populações indígenas e quilombolas.

Os documentos estudados, entretanto, não elucidaram a participação de indígenas e quilombolas entre os expropriados e, portanto, trata-se este de um ponto que merece ser pesquisado em profundidade especialmente quanto ao engajamento destas populações nos movimentos de resistência atuantes no contexto de implantação da UHE – Tucuruí.

Relatos do drama vivido por aqueles feridos no processo de implantação da usina podem ser conferidos no contido nas Figuras 5, 6 e 7, onde em três partes é apresentada a íntegra de uma carta escrita pelos atingidos e endereçada então à ELETRONORTE. Ressalte-se que a expropriação foi iniciada de forma abrupta em 1978 e o primeiro decreto de desapropriação foi emitido em 1976, não havendo no período a participação da população nas decisões sobre as ações. Tudo aponta para a falta de transparência e o desconhecimento concreto da população sobre decisões e ações que conformaram a expropriação, sendo esta uma característica da postura dos governos ditatoriais.

Figura 5: Primeira parte de carta endereçada a Eletronorte por um grupo de expropriados



Fonte: Acervo do projeto Memórias dos atingidos de Tucuruí.

Figura 6: Segunda parte de carta endereçada a Eletronorte por um grupo de expropriados

Além destas placas, folhetos espalharam, dizendo que temos que sair. Sair por que? Em nome do progresso, da integração, da Eletronorte, da hidroelétrica...? Depois disto veio o levantamento das benfeitorias. Funcionários da Eletronorte, Basevi, se espalharam pelas matas. Passavam de barraco em barraco. Quando terminavam o levantamento diziam: "Culturas permanentes, vocês não podem mais fazer, pois será tempo perdido. Só poderão fazer culturas temporárias. Empréstimos nos bancos também vai ser difícil..." Muitos de nós, por falta de maiores esclarecimentos e por causa deste boatos, abandonamos os serviços e não trabalhamos mais nada. Esses funcionários do INCRA da Eletronorte e da Basevi, vem provocando muita confusão. Muitos colonos chegaram a abandonar os lotes e ir nas periferias de Tucuruí e Marabá. Aumenta mais uma vez o êxodo rural e a marginalização, prostituição... nas cidades.

A revista "Veja" no mês de setembro de 1978, diz que só quem tem título definitivo é que vão ganhar outro lote. Outros meios de comunicação falam diferentes maneiras de sermos indenizados. Em fim, não entendemos mais nada. Vivemos na insegurança total. Nós não sabemos QUANTO VAMOS GANHAR. QUANDO VAMOS SER INDENIZADOS. PARA ONDE QUE VAMOS, SE VAMOS GANHAR OUTRO LOTE OU NÃO. Nem INCRA, nem Eletronorte, nos dão resposta exata disto. Por acaso, não somos brasileiros? Quem é que trabalha no pesado? Os barões e políticos?

Ultimamente a Eletronorte está entregando para nós Uma Carta de Anuência, para complicar ainda mais a vida. E parece que há uma série de contradições. Tentam de toda a maneira nos enganar. Fazem tudo, para que permaneçamos nesta situação e de boca calada. Não sabemos o que fazer. Trabalhar ou não trabalhar? Os banifícios que estamos fazendo, depois que o levantamento foi feito serão pagos? E o nosso futuro? Onde iremos construí-lo? Na insegurança? Bem a carta de anuência acontece da seguinte forma: Para aqueles que não estão dentro do perímetro de indenização recebem esta carta: "Sr. gerente. Atendendo o pedido formulado pelo..... ocupante de uma área de .....ha, no local denominado lote Nº..... Caba..... município....., neste estado, portador do título definitivo Nº..... cumprenos informar o seguinte: 1- A área objeto de pedido de financiamento para a aquisição de: GADO? ARREAME, CUSTEIO DE PASTOS,... não encontra-se abrangida pela cota de inundação da usina hidroelétrica de Tucuruí, declarada de utilidade pública, através do decreto Federal Nº 78659 de 01.11.76.

2- Assim sendo nada tem a opção a Eletronorte a que esse estabelecimento bancário conceda financiamento ao interessado, a fim de garantir o sistema de exploração do imóvel supra-citado.

Atenciosamente.  
Luiz Cláudio S. Silva  
Coordenador SPI/TVI "

Perguntamos: Se não estão dentro do perímetro de inundação, por que a Eletronorte tem que entregar a carta de anuência? Aqueles que estão dentro do perímetro de inundação recebem outra carta, a qual diz que só poderão fazer empréstimos de culturas temporárias (arroz, feijão, mandioca...).

Perguntamos: Será que para comer é preciso pedir licença a Eletronorte? Por que uns colonos que estão no perímetro de inundação, recebem autorização de culturas permanentes e outros não? Isto está acontecendo na transamazônica. Por que uns lotes são inundados e outros não? Explicamos: O lote um é inundado, o lote dois não é, o terceiro é... e assim sucessivamente. Será que vai ficar lotes ilhados e esses vão viver de peixes? Por que o Dr. Luiz Cláudio S. Silva, coordenador SPI/TVC, ensina aos lavradores mentirem ao Banco do Brasil? Exemplo: Um lavrador pede carta de anuência, mas tem a terra dentro do perímetro de inundação.

Figura 7: Terceira parte de carta endereçada a Eletronorte por um grupo de expropriados

só pode ser autorizado a fazer empréstimos de culturas temporárias. O lavrador não aceita, pois para comer ele produz o mesmo, sem ajuda do banco. Aí o Dr. Luiz Claudio diz: Deixa de ser bobo. Você faz um empréstimo para plantar seis alqueires de mandioca e depois você compra gado, faz cerca e planta capim." Qual é o significado disto? Dentro da Eletro norte deve existir muita mentira bem planejada. Se este colono vai ser indenizado, por causa da inundação, o capim e a cerca vai ficar para quem? Para o Pirarucú? E se a água não tomar todos os lotes que irão ser indenizados, a terra vai ficar para quem? Para os barões fazerem belas fazendas na beira do lago e poderem andar de lancha entre as ilhas que se formarão? Será bonito demais.

será que tudo isso não é planejado? É, alguma coisa está sendo tramada contra os pobres. Os pequenos lavradores são desbravadores das matas e quando tudo está pronto, lá vem o tubarão e engole tudo. Aí o pobre lavrador vai mais adiante, abrir e limpar novas matas.

Quando colonizaram a transamazônica, já sabiam que ia ser feita a hidrelétrica de Tucuruí e também sabiam que os colonos deviam sair depois de vários anos. Por que fizeram isto? Por que não reservaram logo a terra para o lago? Era preciso fazer uma limpeza, matar os mosquitos, afastar os bichos, derrubar as árvores, abrir estradas, fazer pontes, afimar o solo, ... e nada melhor que fazer uma colonização provisória. Isto é integração, progresso, desenvolvimento? É claro, para os ricos. Por que chefia da Eletronorte não se manifesta? Porq que fica calada e não cumpre com o seu dever?

Diante desta realidade confusa e insegura, pedimos que a Eletronorte nos responda logo e de maneira e xata:

- 1- Quando vamos ser indenizados.
- 2- quanto vamos ganhar.
- 3- Onde estão os outros lotes que vamos ganhar.
- 4- Que diga logo quem vai ser indenizado e quem não vai ser.
- 5- Que dê uma única orientação e q ue mande calar os seus funcionários que só provocam confusão.

Atenciosamente. 09/01/80

Ao que se percebe, o desencontro de informações e a falta de clareza da ELETRONORTE sobre as ações e a forma de tratar as famílias atingidas configuram uma estratégia de desorientação, que impacta seriamente na capacidade de organização, preparo, busca por direitos e resistência destas populações frente à violência do processo, sendo estas dificuldades amplificadas em um contexto governamental totalmente desfavorável ao reconhecimento e à busca por direitos.

Correa (2009) destaca que no discurso dos técnicos da ELETRONORTE que tratavam diretamente com as pessoas expropriadas eram comuns promessas de melhorias na qualidade de vida, no sentido de renda, trabalho e infraestrutura, tudo atrelado a uma ideia de desenvolvimento. Não há, porém, demonstração clara de que maneira tais melhorias seriam operacionalizadas, evidenciando um amontoado de promessas vazias, que hoje percebemos de forma inegável que não se cumpriram.

As populações estavam entregues a uma situação extremamente desfavorável, pois, viam a ELETRONORTE como sendo a fonte operadora das mazelas que se abatiam sobre elas, logo o “inimigo a ser enfrentado”. Os grupos expropriados depositavam confiança e alguma esperança no poder executivo, fazendo diversas incursões e tentativas de mostrar os abusos sofridos, sem efetividade, já que o cenário de sofrimento vivenciado por eles era parte de um projeto deste próprio poder.

Sobre a questão mais uma vez a deputada estadual Aida Maria se expressa em entrevista da época.

A confiança que eles tinham era no poder executivo. Teve comissão de trabalhadores que foi ao quartel de Marabá, denunciar ao comandante o que estava acontecendo em Tucuruí. Eles procuravam como representação. E depois, tinha uma questão da ELETRONORTE dizer para eles o seguinte: Olha isso é o Governo Federal e se você quiser questionar, vai ter que ir à Brasília, o que você tiver que fazer, vai ter que fazer em Brasília. (ELETROBRAS, 1992).

A pressa no avanço da desapropriação para a implantação da usina acompanha os interesses do capital. A urgência é clara nas ações governamentais e a orientação de execução é explícita do Decreto Federal nº 78.659 de 1976 em seu artigo 3º.

Art. 3º. Fica autorizada a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRONORTE a promover a desapropriação das áreas de terra e benfeitoria de que trata deste Decreto, na forma de legislação vigente, com os recursos próprios. Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei número 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência processo de desapropriação, para fins de imissão de posse das áreas de terra e benfeitorias abrangidas por este Decreto (BRASIL, 1976).

O tratamento dado às populações camponesas acarretou diversos problemas e constrangimentos graves. Alguns grupos a montante da barragem foram desapropriados e não foram prontamente realocadas, sendo as indenizações pagas em valores que não garantiam sua sobrevivência, e muitas famílias oriundas do nordeste venderam suas terras que já estavam indenizadas e retornaram para seus estados de origem.

Acselrad (2010, p.164) mostra que antes do alagamento ocorreu uma diversidade de movimentos populacionais, tendo como ponto de partida os processos de levantamento e cadastramento das pessoas pela ELETRONORTE, o que ele definiu como uma “multiplicidade de movimentos populacionais microlocalizados”. Além dos deslocamentos objetivamente executados, o autor identifica também aqueles de famílias realocadas que retornaram para suas áreas de origem que ainda não tinham sido alagadas, o que ele denomina de deslocamentos “espontâneos”. O autor aponta outros movimentos de pessoas que sem esperança de serem indenizadas procuraram outras frentes de expansão camponesa como o garimpo, e ainda grupos populacionais de migrantes que se estabeleceram nas áreas já expropriadas, antes do processo de alagamento ou que não teriam sido efetivamente alagadas com o fechamento da barragem (ACSELRAD, 2010).

Como muitos elementos do acelerado processo de implantação as indenizações foram desordenadas, com valores considerados baixos pelos beneficiários, insuficientes para recomeçar a vida após perderem tudo. Merece destaque uma modalidade extremamente prejudicial e perversa de negociação apresentada pela ELETRONORTE denominada de “desistência”, quando o morador receberia um valor maior do que a indenização prevista ao assinar um termo de desistência de qualquer benefício referente ao processo de realocação.

Santos (2007, p.200) nos mostra que o termo de desistência definido pela ELETRONORTE apontava os valores como “ajuda financeira para locomoção para outra gleba ou localidade fora dos limites declarados de utilidade pública declarados pelo Decreto nº 78.659 de 01.11.76”, e que todos os direitos de ocupação daquela área estariam suspensos em 30 dias, e qualquer permanência além do presente prazo seria por “mera tolerância” da parte da empresa. Considerando a área total de 8.184,3749 Km<sup>2</sup> expressa no Decreto, que abrangia os municípios de Bagre, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingos do Capim e Tucuruí, tal estratégia servia como uma forma muito eficiente de dispersar a população para localidades muito distantes, provocando um intenso processo de deslocamento e evitando a organização de qualquer forma de resistência ou a responsabilização futura do poder público por problemas que pudessem ocorrer.

É importante destacar as condições de entendimento da situação por parte da população. A dificuldade de compreensão dos aspectos legais, a ausência de assistência jurídica, o clima de insegurança e tensão gerado pelas intervenções violentas e ameaçadoras dos agentes estatais, o medo gerado pelo desconhecimento diante da falta de transparência no processo, todos estes elementos colocavam as pessoas em uma situação de vulnerabilização extrema e as submetiam aos propósitos da empresa.

Santos (2007) aponta que de acordo com a ELETRONORTE, entre os anos de 1980 e 1981, o processo de indenização já estava caminhando para seu fim, e que de acordo com falas da própria empresa a “maioria da população” teria aderido à proposta de desistência por meio da assinatura do termo.

A despeito de todos os elementos aqui apresentados, que demonstram a quantidade e intensidade dos problemas durante o processo de implantação da usina, uma percepção recorrente por parte da ELETRONORTE e do governo foi de que o projeto e seus desdobramentos serviram como uma espécie de laboratório e modelo para futuras incursões do setor energético. Ressalte-se então a possibilidade de replicação dos problemas e injúrias.

Sigaud (1992) explica que este é posicionamento hegemônico que constitui os grandes projetos desenvolvimentistas, sendo as hidrelétricas exemplares neste sentido. Analisando o apontamento da autora podemos vislumbrar uma perigosa visão reducionista, que recairá em uma espécie de falácia lógica, onde implantações de grandes projetos impactam o meio ambiente e logo outro projeto semelhante proporcionará resultados semelhantes se tivermos o “mesmo meio ambiente”.

Inexiste nesta perspectiva de desenvolvimento a preocupação crítica com o desgaste ambiental e, sobretudo, em relação ao contingenciamento da realidade local e ao curso da coexistência inscrita nas interrelações entre a natureza e os processos de produção e reprodução social.

Compreender o que houve no projeto da UHE – Tucuruí é compreender o avanço do capitalismo em toda sua extensão, desde a sua operação no centro do poder global, partindo de uma perspectiva marxista de acumulação de capital vinculada à economia clássica, com suas estruturas bem estabelecidas, a exemplo da mais valia, dos elementos jurídicos, da relação burguesia e proletariado, do direito à propriedade privada, até a acumulação primitiva. Rosa Luxemburgo (1970) enfatiza a importância de se pensar esta dualidade do capitalismo que leva em conta a acumulação primitiva como a única forma de estudá-lo e compreendê-lo em sua essência. A autora pontua que é fundamental buscar a compreensão das outras formas de acumulação, como na relação entre capital e as formas de produção não

capitalistas, quando a troca de mercadorias configura exploração e o direito à propriedade assume o caráter de apropriação do que é alheio, pois é aí que mais se evidencia a violência capitalista que encontra abrigo nas relações mundiais e se expressa nas políticas coloniais.

O lugar da violência, expresso além das fronteiras, onde o centro do poder global não se comove com a barbárie, pois, ao contrário, dela se alimenta, é visto no caso de Tucuruí. David Harvey (2006) analisa as lacunas produzidas ao se pensar o capitalismo sem considerar seu aspecto mais violento e visceral, e aponta que um processo que está em curso como o capitalismo não pode ser tomado como algo primitivo. O autor, em sua reflexão, lança mão do conceito de “acumulação por desapossamento”, que serve como uma luva aos elementos aqui apresentados sobre o contexto de implantação da usina.

### 5.3. PRINCIPAIS QUESTÕES ATRELADAS ÀS SITUAÇÕES DE SAÚDE NA IMPLANTAÇÃO DA UHE – TUCURUÍ

Para tratarmos do tema proposto no tópico, é importante destacar que a categoria saúde não foi um elemento que recebeu atenção específica no processo de planejamento e implementação das obras. Não observamos foco na complexidade do que podemos compreender como “saúde”, sendo o tema tratado de forma tangenciada, como mais um dentre tantos aspectos que desde interesses externos as populações locais.

As ações realizadas relacionadas à saúde foram focadas no período posterior à implantação, assumindo um caráter paliativo, de controle dos danos provocados. Conclusão semelhante foi estabelecida por Couto (1999, 2007).

De modo geral, a saúde não é considerada parte fundamental do projeto a ser desenvolvido, sendo reduzida a uma série de providências de última hora para reforçar os serviços para que os mesmos possam lidar com os inevitáveis problemas de saúde. Projetos de desenvolvimento associados a mudanças ambientais agravam o quadro sanitário. Embora se reconheçam os impactos negativos sobre a saúde gerados pelos projetos hidrelétricos, os esforços para minimizar esses efeitos produzidos antes, durante e depois da implantação dos projetos são limitados” (COUTO, 2007 p.2).

Ao longo da pesquisa, a partir dos aparatos científicos e documentais que reverberam as falas das populações afetadas, foi possível observar que o contexto do processo de implantação da UHE – Tucuruí foi um elemento extremamente relevante nas diversas alterações ambientais, sociais e econômicas na região. Sendo também fundamentais para o

estabelecimento de diversos problemas de saúde, que configuraram uma “situação de saúde” extremamente prejudicial para a reprodução social das comunidades.

Inexistiu no processo examinado a atenção aos pontos enfatizados por Castellanos (1990) para o reconhecimento analítico de uma situação de saúde: 1. Uma seleção de problemas, fenômenos que afetam grupos populacionais selecionados; 2. Uma enumeração de fatos, que em seu conteúdo e forma são considerados relevantes (suficiente e necessário) para descrever os problemas selecionados; 3. Uma explicação, isto é, a identificação e percepção do complexo de relações entre os múltiplos processos, em diferentes planos e espaços, que produzem os problemas.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, órgão instituído pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, ao estabelecer no ano de 2006 uma comissão especial para avaliar uma série de denúncias realizadas pelo MAB com relação as informações que traziam elementos sobre o caso de Tucuruí estabeleceu em relatório publicado em 2007 que houve “proliferação de graves epidemias, praga de mosquitos e malária, em decorrência das alterações ambientais promovidas pela barragem, sem conhecimento ou consideração das condições endêmicas específicas da região”. O levantamento realizado na pesquisa identificou que o arcabouço documental e científico dedicado ao tema da implantação da UHE Tucuruí, quando se debruçou sobre a temática da saúde, mostrou algumas situações resultantes do processo que se apresentam como potenciais fontes de problemas de saúde, como veremos a seguir.

A malária foi apresentada como um problema recorrente durante o processo de implantação da usina e mesmo após o fechamento da barragem. Malária é uma doença endêmica na região amazônica. De acordo com o Ministério da Saúde é caracterizada como uma doença infecciosa febril aguda causada por parasitas do gênero *Plasmodium*, que são transmitidos em sua maioria a partir da picada de fêmeas de mosquitos *Anopheles*. Segundo informações da FIOCRUZ, no Brasil, existem três espécies de *Plasmodium* capazes de acometer os seres humanos, sendo eles, *P. malariae*, *P. falciparum*, *P. vivax*.

Tadei e colaboradores (1983, 1991), ao estudarem a distribuição de espécies de *Anopheles* na região de Tucuruí – Marabá, bem como a evolução das populações de *Anopheles* e de *Mansonia*, na área de influência da UHE – Tucuruí, identificaram diversas espécies de mosquitos *Anopheles* distribuídos na região afetada pela implantação da Usina. A alternância da abundância por espécie, antes e após o fechamento da barragem, manteve a circulação da doença intensa ao longo de todo o processo.

De acordo com informações publicadas no relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000) Os registros de casos de malária em Tucuruí tiveram um intenso crescimento entre 1962 até 1998, com a acentuação ocorrendo após o fechamento da barragem. Em 1986 a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM, identificou a incidência de casos de malária em outros municípios também afetados pelo alagamento, como Itupiranga e Jacundá.

No relatório “Atingidos por Barragens” o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) (2007) aponta que os casos de malária foram crescentes durante o processo de implantação da UHE Tucuruí e diminuíram algum tempo após a finalização das obras.

No município de Tucuruí, os primeiros registros oficiais de casos de malária datam de 1962; até 1975 a incidência de malária não ultrapassou o número de 600 casos por ano, registrado em 1973. A partir de 1976 verifica-se a explosão nos casos de malária no município, que ultrapassa a casa dos 1000 casos por ano, alcançando em 1984, o número de 10.126 casos (os dados são da Fundação Nacional de Saúde, coletados pela CMB)” (CDDPH, 2007 p. 94).

A Comissão Mundial de Barragens (2000) apontou ainda que no período posterior ao fechamento da barragem e início do alagamento houve um aumento dos mosquitos *Anopheles* em comparação com as coletas no pré-enchimento. O relatório citado aponta que em um dia de coleta após a formação do lago os pesquisadores foram capazes de capturar perto de dez mil espécimes

O extenso alagamento causado pelo barramento do rio Tocantins foi responsável por uma intensa deterioração de matéria orgânica, bem como severas alterações na dinâmica hídrica, tornando o ambiente aquático lântico, ou seja, com menor fluência da correnteza natural do rio. A ocorrência foi responsável por uma severa proliferação de macrófitas aquáticas, que de acordo com Tadei (1987) serviu de criadouro garantindo uma intensa proliferação de mosquitos do gênero *Mansonia*, que apesar de não serem transmissores da malária podem transmitir arboviroses.

Os mosquitos do gênero *Mansonia* são hematófagos, com preferência por atividade noturna, suas fêmeas apresentam um comportamento mais agressivo do que os machos, e apesar de originalmente terem os ambientes silvestres como habitat principal eles podem se adaptar, desde que encontrem condições favoráveis para seus criadouros, como em corpos de água lânticos e/ou com vegetação extensa (FORATTINI, 2002). A explosão de mosquitos do gênero *Mansonia* foi um grande problema na região afetada e, de acordo com Tadei e

colaboradores (1991), foi identificado uma intensidade de até 600 mosquitos por homem/hora, tendo esta severa intensidade uma tendência de queda à medida que a coleta era realizada em áreas mais afastadas do reservatório. De acordo com Fearnside (1999) os ataques eram tão intensos que foram inclusive responsáveis por deslocamento de alguns grupos afetados nas áreas assentadas para outras menos afetadas.

A partir de uma série de queixas da população, em 1988 foi firmado um convênio entre ELETRONORTE e SUCAM. O ato foi responsável por um processo de controle de pragas que conseguiu atenuar o problema, porém este foi descontinuado, sobretudo por questões financeiras, reforçando o anteriormente citado caráter paliativo, e demonstrando mais ainda o papel secundário do bem estar das populações afetadas nos planos de operação da UHE-Tucuruí.

De acordo com o relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000) o problema voltou a se agravar a partir de 1989 e após pressão popular foi estabelecida uma comissão composta por representantes da comunidade, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI, por técnicos da Universidade Federal do Pará – UFPA, Instituto Evandro Chagas - IEC, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia INPA e ELETRONORTE para tratar da questão. A questão havia tomado proporção tal que a comissão a declarou como uma situação de calamidade pública.

A comissão identificou que a elevada proliferação dos mosquitos estava relacionada com as alterações ambientais proporcionadas pela implantação da UHE – Tucuruí, como o incentivo a proliferação de macrófitas aquáticas e a manutenção de algumas áreas de fragmentos florestais que conseguiram se manter no reservatório. Como forma de controle da situação foi proposta a implementação de um programa com medidas de saneamento ambiental que pudessem atacar as formas imaturas dos mosquitos, bem como ações de estudo, educação ambiental e melhorias nas estruturas de moradia.

Ações de elaboração de comissões especiais e programas setorializados, realizadas de forma efetiva para atender as necessidades específicas de cada grupo afetado pela implantação da usina, não foram uma preocupação presente. Podemos evidenciar uma série de ações genéricas, pautadas em visões errôneas sobre a especificidade dos diversos grupos afetados, que afetaram de forma negativa a condução do processo. Pois como aponta Sigaud (1992) não foram consideradas as relações particulares estabelecidas entre os sujeitos e seu entorno.

Um tema que gerou muitos debates sobre saúde no processo, envolvendo a comunidade científica, e merece breve atenção no presente trabalho foi a questão do

mercúrio. O mercúrio (Hg) tem sido extremamente explorado pela humanidade, possuindo as mais variadas aplicações nas áreas da saúde e da indústria. Quando presentes no meio ambiente, alguns de seus íons possuem a capacidade de se transformar em diferentes compostos orgânicos e inorgânicos, e a forma inorgânica do mercúrio em ambientes aquáticos pode passar por um processo de metilação por conta da ação de microorganismos. Grosso modo, o processo de transformação do mercúrio ocorre pela presença de bactérias, que tentam eliminá-lo, transformando-o em metil-mercúrio (MAURO et al. 1999; LOPES, 2012).

O mercúrio se destaca quando comparado a outros metais pesados no que diz respeito à contaminação de ambientes aquáticos, o que está relacionado a sua toxicidade, e isso tem levado muitos países a adotarem normas rígidas relacionadas a este metal. A alta capacidade de se tornar tóxico está ligada ao fato de não ser degradado no meio ambiente, o que resulta na sua incorporação na cadeia alimentar pelo processo de bioacumulação, o que tem sido demonstrado principalmente por altas taxas de concentração em organismos presentes no topo da cadeia (SILVA e ESTANISLAU, 2015).

A contaminação de humanos por mercúrio tem sido intimamente relacionada às comunidades que possuem sua reprodução social associada ao meio aquático, sobretudo pela ingestão de pescado, considerando que tal alimento é o mais consumido por tais populações, cabendo ressaltar que a maior parte do mercúrio presente em peixes de água doce se encontra na forma orgânica, algo em torno de 75% e a totalidade deste quantitativo é composta por metil-mercúrio (LIMAVERDE e CAMPOS, 1999); KITAHARA et al. 2000). Considerando a relação da ingestão de pescado com a contaminação por mercúrio, deve-se ressaltar a delicada situação das comunidades ribeirinhas. Alguns estudos têm demonstrado significativos níveis de exposição de tais populações ao mercúrio capazes de gerar efeitos danosos, sendo a exposição principalmente relacionada aos hábitos alimentares, Dorea et al. (2006) identificaram a exposição ao mercúrio na bacia do Madeira, enquanto Santos et al. (2003) e Passos et al. (2008) identificaram exposição em ribeirinhos do rio Tapajós, e por Milhomen et al. (2016) em pescadores de imperatriz no Maranhão.

A grande preocupação no caso de Tucuruí seria, então, que as obras do processo de implantação da usina poderiam através do revolvimento do solo, dispersão de sedimentos e estabelecimento do reservatório, desencadear um desequilíbrio na distribuição do mercúrio que se fazia presente naturalmente na região. E, de fato, Fearnside (1999) aponta que as concentrações de mercúrio total encontradas na vegetação no entorno de Tucuruí superavam

os valores estabelecidos em países como o Canadá, que apresentavam casos de contaminação bastante estudadas.

Dentre os diversos estudos que foram realizados após o fechamento da barragem, o relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000) mostra que nos primórdios da década de 1990 pesquisadores da Universidade de Helsinki, em parceria com diversas instituições brasileiras, escolheram Tucuruí para a realização de pesquisas a fim de entender a dinâmica da presença do mercúrio em reservatórios em ambientes tropicais. A escolha foi motivada por diversos estudos anteriores terem apontado altos índices na região, bem como pelo grande porte da área alagada resultante do processo de implantação da usina. As pesquisas apontaram informações importantes, Aula e colaboradores (1995) identificaram na região a presença da espécie de macrófita aquática *Salvinia auriculata*, que é um eficiente bioindicador da situação em áreas tropicais, enquanto Leino e Lodenius (1995) identificaram que os níveis de mercúrio encontrados nos cabelos de pessoas em Tucuruí estavam acima até mesmo dos valores encontrados por outros estudos em pessoas em áreas de mineração do ouro, como em Carajás, sendo estes índices intensos o suficiente para desencadear diversos problemas a saúde humana.

Outra situação que suscitou diversas polêmicas foi a posição da ELETRONORTE frente a possibilidade da utilização de agrotóxicos para facilitar o desmatamento da floresta antes do alagamento. Houve uma recomendação da direção de engenharia da empresa para que fossem utilizados agrotóxicos, como compostos semelhantes ao “Agente Laranja” utilizado pelos Estados Unidos da América – EUA na Guerra do Vietnã, porém a quantidade de dioxina na composição do produto usado na região parecia não representar toxicidade.

A empresa nega que tenha utilizado o composto para tal finalidade, no entanto observa-se que agrotóxicos como Tordon 101 foram usados para controle da vegetação nas linhas de transmissão. Foram identificados problemas de descarte indevido das embalagens do produto, que muitas vezes foram utilizadas pela população como recipientes para o transporte e utilização de água.

Nas áreas onde esses herbicidas foram aplicados houve denúncias de ocorrência de mortes de animais, vegetais e contaminação de poços, riachos, igarapés e pessoas de todas as faixas etárias, com relatos de abortamentos e sintomas compatíveis com intoxicação exógena aguda: cefaléia, vômitos, vertigens, eritema ocular, torpor seguido de hematúria, oligúria e anúria, febre, icterícia, tremores, havendo em alguns casos, o êxito letal” (CMB, 2000 p.65 apud. COUTO, 1983; CASTRO, 1984).

Diversos outros relatos de problemas relacionados a doenças de veiculação hídrica foram encontrados ao longo da presente pesquisa, o que é bastante relevante já que a implantação da usina provocou intensas transformações no ambiente, com forte impacto sobre o meio aquático na região. Apesar de receberem menor ênfase, e não serem tratados de forma direta, apenas como elementos resultantes da falta de infraestrutura e saneamento básico, é possível inferir que tais problemas foram extremamente relevantes no dia a dia da população afetada.

Sobre a questão, Couto (2007), em seu trabalho “Saúde e Hidrelétricas na Amazônia: O caso Tucuruí – PA, apresenta importantes informações do quadro geral vivido na época, citando indicadores de mortalidade infantil.

No âmbito dos impactos desse empreendimento sobre a saúde, chamam atenção, na 1ª fase de construção da usina, os coeficientes de mortalidade infantil para o município de Tucuruí nos anos de 1980 a 1981: 410% e 320% dos nascidos vivos morreram antes de completarem 1 ano de idade, respectivamente. Estes coeficientes eram bem mais elevados que os coeficientes para o Estado do Pará (67%; 53%) e para o Brasil (82%; 76%) nos respectivos anos, conforme se pode inferir de dados coletados junto a Secretaria de Estado de Saúde Pública do estado do Pará e dados analisados por Szwarcwald; Leal; Jourdan, (1992). (COUTO, 2007 p.8).

Após a realização das análises dos processos de implantação da UHE – Tucuruí e das principais questões de saúde relacionadas aos impactos do empreendimento, fica evidente a relação direta entre os interesses do capital internacional e local, intermediados pela ELETRONORTE sobre as transformações ambientais, sociais e econômicas que geraram as diversas situações de saúde apontadas. Vale lembrar que a pressão sobre a população camponesa expropriada é tanto mais grave quando se reconhecem os processos históricos de vulnerabilização pesando sobre seus ombros.

Com base nas evidências apontadas, pensando-se o tema saúde atrelado à implantação da UHE – Tucuruí, dialogando com a literatura científica e com as determinações institucionais documentadas, foi possível a percepção de que existe uma fragilidade, e em muitos casos inexistência na realização de associações entre os problemas de saúde com os aspectos ambientais, culturais, históricos e econômicos em uma perspectiva sistêmica. Ressalte-se, então, que é de extrema importância a acentuação dos processos de vulnerabilização, desde que as ações realizadas foram sempre paliativas, não se inscrevendo na estrutura de políticas públicas que se contraponham de fato às inequidades.

A forma de pensar as questões de saúde no contexto amazônico de forma unilateral é uma constante da visão hegemônica dominante. Sobre esta perspectiva se colocam autores

como Viana e colaboradores (2015) quando enfatizam a raridade de estudos que articulam de maneira multidisciplinar a questão de saúde com temas como ambiente e desenvolvimento, e Confalonieri (2005) quando aponta que há um grande número de produções técnico-científicas tratando de saúde na Amazônia, embora, em sua maioria sejam pautadas em aspectos específicos, como, por exemplo, as doenças tropicais importantes na região vistas de forma pontual.

De modo geral, os artigos disponíveis nesses periódicos sobre a saúde na Amazônia dizem respeito a aspectos epidemiológicos ou clínicos de doenças endêmicas (como a malária, a dengue, a leishmaniose e as hepatites virais) Partindo da hipótese de que o modelo de desenvolvimento econômico adotado na Amazônia brasileira produziu mudanças ambientais significativas e não conseguiu afetar positivamente os indicadores sociais e sanitários, este estudo tem por objetivo discutir os processos de determinação da situação socioambiental nos estados que compõem a Amazônia Legal, a partir de seus indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários disponíveis (VIANA, et al. 2015).

Tendo em vista que a questão do desenvolvimento é central para o estudo, estando entrelaçada aos eventos analisados, é pertinente ressaltar as manifestações de Confalonieri (2005) e Freitas e Giatti (2009) sobre a insistência de artigos científicos enfatizarem em sua maioria, de forma isolada, aspectos como biodiversidade, desenvolvimento sustentável e avanço do desmatamento, ao tratarem de desenvolvimento na Amazônia. No caso da usina de Tucuruí estão fortemente presentes a separação entre a categoria saúde e os contextos gerais que a cercam e influenciam, e por ela também são influenciados na realidade concreta, pois é assim que os movimentos ocorrem no âmbito das relações sociais.

Ao apontar a relação entre as questões de saúde e os distintos aspectos e interesses envolvidos na implantação da UHE – Tucuruí o presente estudo reforça a ideia vista em trabalhos de autores como Barata (2001), Confalonieri (2005), Freitas e Giatti (2009) e Viana et. al (2015). Segundo os autores, para se compreender os processos de saúde doença no contexto amazônico deve-se entender o aspecto estrutural do contexto, buscar sustentação na historicidade dos processos de ocupação.

A partir da investigação documental podemos evidenciar que os violentos processos durante a implantação da usina, como a desapropriação, fortes impactos ambientais e pressões que tensionaram e reconfiguraram relações sociais, afetaram diretamente a existência das populações atingidas, suas vidas, suas relações com a terra, suas relações de trabalho, sua segurança alimentar e social. Importa na investigação enfatizar a complexidade da relação que todos estes elementos têm entre si na conformação de processos de

vulnerabilização, ter um olhar atencioso para as condições de vida e reprodução social das populações.

#### 5.4. CAMPONESES, TERRA, TRABALHO E COMPLEXIDADE: COMPREENDENDO OS IMPACTOS SOBRE A VIDA E A REPRODUÇÃO SOCIAL DE SAÚDE NO CASO DA UHE – TUCURUÍ

As realidades camponesas se mostram constituídas de um emaranhado de categorias que estabelecem interações complexas. Este ponto torna extremamente desafiadora a tentativa de compreensão da realidade local em movimento, para o que precisamos observar a racionalidade capitalista, que apesar de hegemônica e capaz de exercer intensa pressão sobre outros modelos de racionalidades, a fim de extinguí-los ou incorporá-los, não consegue romper as resistências camponesas (AGUIAR, 2011).

Há evidente diferenciação entre trabalho e emprego, enquanto o trabalho está ligado a própria reprodução da humanidade, está historicamente presente em suas ações ao longo da evolução, o emprego está vinculado a uma dinâmica de obtenção de renda e a prática de consumo (ALBORNOZ, 2008; ORGANISTA, 2006 apud AMORIM, et al., 2011). Para Amorim et al. (2011), há um momento na história da humanidade onde emprego e trabalho se confundem, na chamada era moderna, inerente a uma concepção econômica surgida com o aparecimento do capitalismo.

Neste sentido, de acordo com Gorz (2003) a percepção de trabalho e emprego como representações de uma mesma situação está relacionada a uma racionalidade econômica e o trabalho passa a figurar como um dos elementos fundamentais do modelo capitalista, sendo gerador de valores (SILVA, 2014). Dentro do modelo capitalista a valorização do capital é perpetuada pela venda de força de trabalho, o lucro alcançado seria todo o trabalho que não foi pago ao trabalhador assalariado, estabelecendo-se clara relação de exploração (SINGER, 1987 apud OLIVEIRA e DUARTE, 2008).

Definimos o trabalho no sentido econômico moderno como uma atividade desenvolvida tendo em vista a troca mercantil e que é necessariamente objeto de um cálculo contábil. O trabalhador trabalha para ‘ganhar sua vida’, isto é, para obter, em troca de um trabalho cujos resultados não possuem utilidade direta para ele, o necessário para comprar tudo o que precisa e que é produzido por outros que não ele (GORZ, 2003, p.135-136).

Diferentemente, na racionalidade camponesa o trabalho pode ser percebido como modo de vida. Para Aguiar et al. (2011) a flexibilidade de adaptação observada nas

sociedades camponesas está intimamente ligada ao seu processo de reprodução social que está centrado no vínculo familiar na utilização da terra para sua manutenção, a terra como meio de produção. A família é o cerne das decisões, suas necessidades norteiam os processos produtivos, pois ao mesmo passo que esta representa a força produtiva também representa a unidade de consumo, e tal relação faz com que o desempenho do trabalho não seja visualizado como lucro, mas sim como forma de manutenção da reprodução familiar (GARCIA JÚNIOR, 1983).

Para Chayanov (1974) e Amorim et al. (2011), a característica de ter a reprodução familiar como centro das sociedades camponesas garante a estas certo distanciamento de uma racionalidade reduzida ao puramente econômico e elementos como renda, salário ou lucro. Abramovay (1998) considera algumas características como universais nas sociedades camponesas, dentre elas a não capacidade de dissolução entre o empreendimento agrícola e a família. O autor ressalta que esta racionalidade possui alguns pressupostos, como ter a unidade familiar como a base da organização social e do trabalho nos cultivos e criações como meios de vida, e também por suas relações com ambientes externos.

Existe amplo debate acerca do que seria o agricultor familiar no Brasil, sendo enfatizada a questão enunciada por Schmitz et al. (2004). De acordo com o autor, de uma maneira geral, podem ser listadas cinco denominações que tangem à agricultura não patronal de base familiar e irão nortear o entendimento das diferentes particularidades encontradas nas sociedades camponesas, que são: campesinato, pequena produção, agricultura familiar, produção familiar rural, produção familiar coletiva.

A legislação brasileira, através do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 em seu Artigo 4º, inciso II, faz referência ao que seria uma propriedade familiar, tratando-a como um imóvel que está diretamente ligado à exploração pelo agricultor e sua família, sendo a absorção da força de trabalho a forma de garantir sua sobrevivência (BRASIL, 1964). Até os dias atuais o enquadramento dentro da categoria de agricultor familiar é uma maneira das diferentes sociedades camponesas buscarem identificação do ponto de vista institucional, e acessarem políticas públicas, como fomento, crédito entre outras.

Corroborando com tal perspectiva, Wanderley (1997) apresenta o termo agricultura familiar como algo genérico para classificar diferentes situações das sociedades camponesas, visto sua complexidade. Fica evidente que apesar de agrupadas, as diferentes sociedades camponesas guardam suas particularidades, tendo, no entanto, algumas características

comuns, como a família ser o centro das decisões, o que pode ser percebido como um sistema, o Sistema Família - Unidade de Produção (SCHMITZ et al. 2004).

A agricultura familiar pode ser caracterizada como uma unidade complexa, administrada pela família, abrangendo tanto o sistema de produção (com os subsistemas de cultivo, de criação, de extrativismo, de beneficiamento etc.) como o sistema de consumo (reprodução), que são economicamente bem sintonizados. Isso pode ser denominado Sistema Família - Unidade de Produção. A família toma as suas decisões tentando combinar da melhor maneira os recursos disponíveis que dependem, entre outros, das condições do meio ambiente (SCHMITZ e MOTA, 2004 p.276).

Para a compreensão da produção familiar como um sistema, com todos os seus elementos interagindo para garantir seu funcionamento, há a necessidade da utilização de um enfoque adequado, e para tanto surge a necessidade do entendimento do que seria um sistema. Para Pinheiro (2000, p.28 “um sistema é definido como um conjunto de componentes inter-relacionados e organizados dentro de uma estrutura autônoma, operando de acordo com objetivos determinados”.

Figueredo e Miguel (2007) apontam o início das teorias inerentes ao enfoque sistêmico a partir da metade do século XX, como propostas teórico-metodológicas que tentam superar as falhas relativas a visão da ciência moderna. Para Capra (1996, p.23) “a principal característica do pensamento sistêmico emergiu simultaneamente em várias disciplinas na primeira metade do século, especialmente na década de 20”, com os biólogos detendo o título de pioneiros em sua utilização. Capra (1996) enfatiza alguns aspectos como critérios básicos para o pensamento sistêmico, como a mudança das partes para o todo, pois ao considerarmos o sistema como algo total observamos que nenhuma das partes isoladas possui as propriedades essenciais deste todo.

Já para Pinheiro (2000) a visão sistêmica possui alguns elementos que a caracterizam: Visão do todo: a abordagem sistêmica visa o estudo do desempenho total de sistemas, ao invés de se concentrar isoladamente nas partes; Interação e autonomia: sistemas são sensíveis ao meio ambiente com o qual eles interagem, o qual é geralmente variável, dinâmico e imprevisível e a fronteira do sistema estabelece os limites da autonomia interna, a interação entre os componentes do sistema e deste com o ambiente; Organização e objetivos: em um sistema imperfeitamente organizado, mesmo que cada parte opere o melhor possível em relação aos seus objetivos específicos, os objetivos do sistema como um todo dificilmente serão satisfeitos; Complexidade: este enfoque parte do princípio de que, devido as interações entre os componentes e entre o meio ambiente e o sistema como um todo, este é bem mais complexo e mais compreensivo do que a soma das partes individuais;

Níveis: sistemas podem ser entendidos em diversos níveis, como por exemplo uma célula, uma folha, um animal, uma propriedade, uma região, o planeta e assim por diante e um sistema em determinado nível pode ser entendido como um subsistema de outro nível.

A utilização do enfoque sistêmico para entender as organizações camponesas surge a partir dos problemas encontrados com a recorrente utilização de modelos reducionistas para intervenções nessas realidades, geralmente conduzindo a execução de projetos, programas e aplicação de tecnologias de produção fora dos contextos das diferentes realidades desse público (FIGUEREDO e MIGUEL, 2007). Pinheiro (2000, p.28) corrobora tal informação quando afirma que a utilização de um enfoque sistêmico em diversas ações inerentes à produção familiar vem acontecendo “em resposta às crescentes críticas relacionadas aos projetos agrícolas reducionistas e disciplinares direcionados aos pequenos produtores, familiares, os quais não têm se beneficiado dos resultados”.

Em seu trabalho “Tucuruí - uma análise da visão do estado sobre o campesinato” Magalhães (1992) identifica um sentido de negação da condição camponesa das populações expropriadas, já que nas ações de “compensações” a ELETONORTE se vale de modelos que não se adequam às realidades locais, partindo principalmente de uma perspectiva urbana para pensar tais modelos. Devemos admitir que as características de sobrevivência das populações expropriadas foram tensionadas com a perda de vínculos com a terra, seu principal meio de produção/reprodução social, e uma estratégia dos camponeses para manutenção da renda foi a venda de sua produção restante a qualquer preço, muitas vezes por valores que não pagavam sequer os custos de produção, para suprir elementos de manutenção básica e condições de saúde. Podemos perceber que a vida das populações atingidas foi submetida a uma lógica em grande parte alheia a sua própria existência, uma lógica pautada em outros pressuposto e interesses, o que os impediu de “existir enquanto camponeses”, quando foram privados de sua organização social, relações ecológicas, trabalho. Se um indivíduo está privado de “existir” em boas condições, físicas, mentais, ambientais, econômicas e culturais, não estaria ele também privado de saúde? Com certeza sim.

Como observado na pesquisa, as transformações nos modos de vida dos camponeses expropriados impactaram sua reprodução social, reconfigurando suas relações sociais, econômicas, e com o meio ambiente em seu entorno, mostrando que para além do que mostram as condições mais “evidentes” do processo saúde-doença, pautadas na hegemônica perspectiva biomédica, os danos foram muito mais severos.

Pensar os impactos sobre os expropriados pela implantação da UHE-Tucuruí como algo além da visão reducionista do processo de adoecimento, como fruto de um desequilíbrio biológico, é trazer à tona a ideia de reprodução social de saúde. Castellanos (1997; 2004) compreende as condições de saúde como um dos elementos presentes no processo de reprodução social, que por sua vez é baseado na capacidade humana de se reproduzir biologicamente, de estabelecer relações ecológicas, de situar-se no mundo através de uma conduta consciente estabelecendo relações econômicas atreladas ao processo de trabalho.

Tomando como referência Samaja (2000), ao buscarmos uma interpretação da realidade estudada como resultante de um determinado processo histórico e das relações que ali foram estabelecidas, com lentes que permitiram “desmedicalizar a saúde” foi possível atingir um nível de compreensão ampliado, capaz de incluir a desterritorialização, negação de direitos, das condições materiais e culturais de acesso ao trabalho, insegurança jurídica, alimentar, psíquica e física como elementos constitutivos da situação de saúde observada.

Observa-se então que as tensões geradas no processo de implantação da UHE Tucuruí, amplamente ancorado em uma lógica desenvolvimentista, somadas ao histórico da população atingida a montante, onde predomina a condição de migrantes, estimuladas pelo estado com a ideia de ocupação da Amazônia, é não apenas produtora de processos de vulnerabilização como também reprodutora de processos já estabelecidos. Tais elementos tendem a favorecer condições de saúde cada vez mais precárias para os grupos vulnerabilizados. É o que também sustentam Araújo e Oliveira (2017), argumentando que os processos de adoecimento são favorecidos em grupos que se encontram submetidos a processos de vulnerabilização, tornando a fragilização um elemento constante.

##### 5.5. MOVIMENTO ORGANIZADO: VULNERABILIZAÇÕES X RESISTÊNCIA

De acordo com os levantamentos documentais percebemos que o clima de tensão estimulou ações que levaram ao surgimento dos movimentos organizados de resistência por volta de 1970. Se, no entanto, pudermos estabelecer um ponto de maior evidência das movimentações organizadas de resistência podemos identificar o período entre 1979 e 1980, quando as lutas se intensificaram (Figura 8).

Figura 8: Folheto elaborado pelo movimento dos expropriados anunciando ato público contra a barragem



Fonte: A arca de Tucuruí (MAB)

Observamos que algumas organizações se configuraram como o epicentro do movimento dos desapropriados, como a Comissão de Moradores de Repartimento, Comissão de Moradores da Colônia do Mojú, Comissão de Moradores de Itupiranga, Comissão de Moradores de Tajiri, Delegacia Sindical de Repartimento, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá, (MAB ARCA DE TUCURUÍ, 1982). A partir dos acontecimentos e processos de mobilização dos desapropriados, diversas entidades passaram a aglutinar-se em apoio, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, alguns setores mais progressistas da igreja católica representados pela Prelazia de Cameté, Conferência Nacional dos Bispos

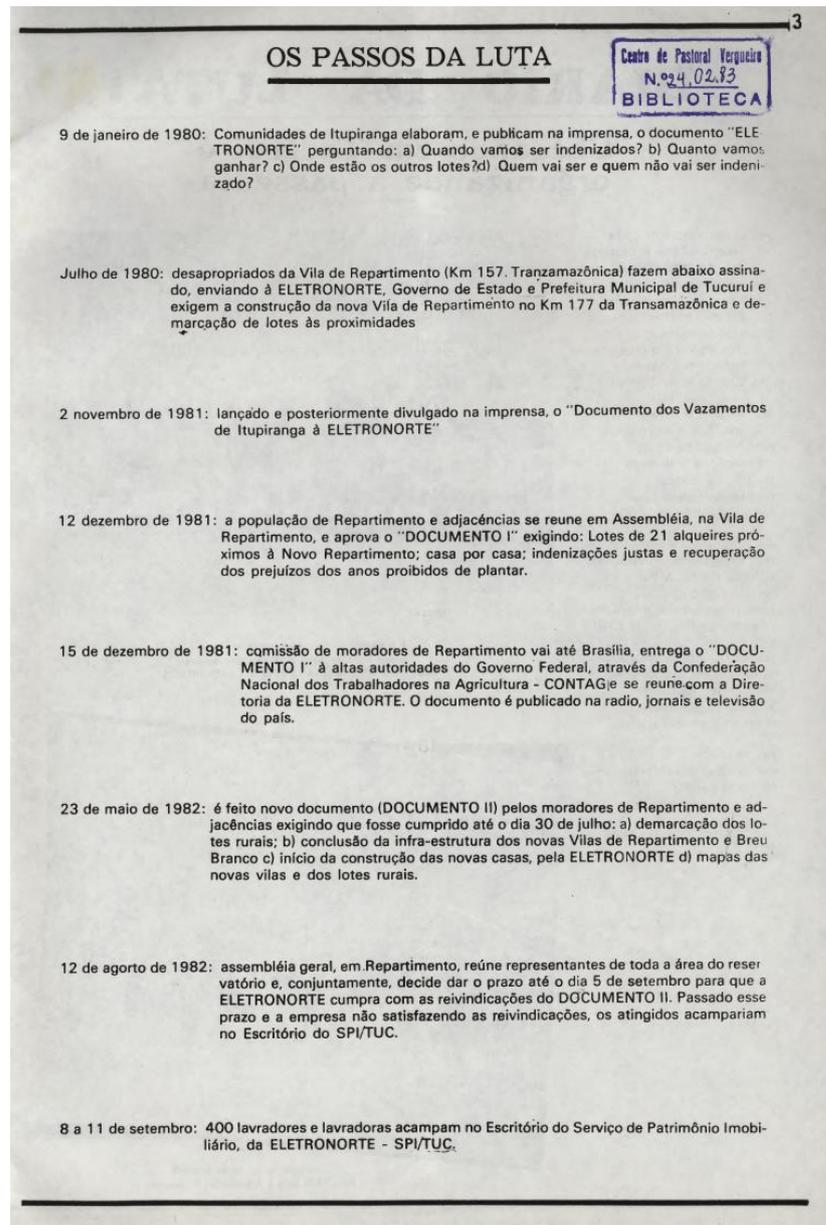
do Brasil Regional Norte II – CNBB Regional Norte II, sobretudo por seu órgão denominado Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Os movimentos catalisaram os anseios e esperanças dos desapropriados, contra e as ações e posturas da Eletronorte. Em um primeiro momento as pessoas guardavam esperanças de que suas aflições fossem sanadas, ao procurar apoio de instâncias de poder que, em sua percepção, estavam acima da empresa, e não diretamente ligados às ações executadas, como o governo ou postos militares, não fazendo maiores associações entre estes agentes. Diante do que ocorreu no projeto da UHE – Tucuruí é compreensível que as populações atingidas tenham toado a ELETRONORTE como seu principal oponente, pois, ao assumir o papel de avatar de interesses do capital estrangeiro e de um Estado submisso, a empresa se torna o símbolo de suas frustrações e o antagonista mais próximo e imediato. Assim a entidade ELETRONORTE pode ser compreendida como um elemento que protege o Estado do confronto imediato e das responsabilidades, sendo por ela que este mesmo Estado opera sua subserviência ao capital internacional.

Ao tratarem individualmente com a Eletronorte os camponeses expropriados não eram ouvidos e nem recebiam informações relevantes sobre a implantação, visto que além dos limites de compreensão sobre a violência da tecnologia e da logística do processo o contexto de ditadura militar era de total falta de transparência. É importante destacar como efeito deletério o contexto histórico de militarização do governo que dificulta os processos de organização popular em várias frentes no país.

Ao estabelecerem ações de aproximação uns com os outros, os camponeses criaram espaços de discussão, que permitiram a troca de pensamentos, experiências, esperanças, elementos que possuem grande relevância no fortalecimento do coletivo. Os espaços de discussão criados pela população constituíram as primeiras formas de estratégias de resistência (Figura 9).

Figura 9: Linha do tempo com os passos da luta do movimento dos expropriados



Fonte: A arca de Tucuruí (MAB)

Dentre as ações de resistência utilizadas, é importante destacar a tentativa de apelos humanitários em sua argumentação, como forma de atingir a opinião pública. Tal linha argumentativa refletida nos documentos produzidos é uma relevante estratégia de enfrentamento, como foi observado por Weitzman (2018).

Diversas foram as formas de resistência identificadas, como a recusa em receber os valores financeiros indenizatórios oferecidos pela ELETRONORTE, bem como a recusa em sair de suas propriedades mesmo tendo recebido algum valor. Magalhães (1922) enfatiza

que uma parcela significativa dos camponeses realizou tais ações de modo a resistir, procurando garantir suas identidades sociais enquanto camponeses.

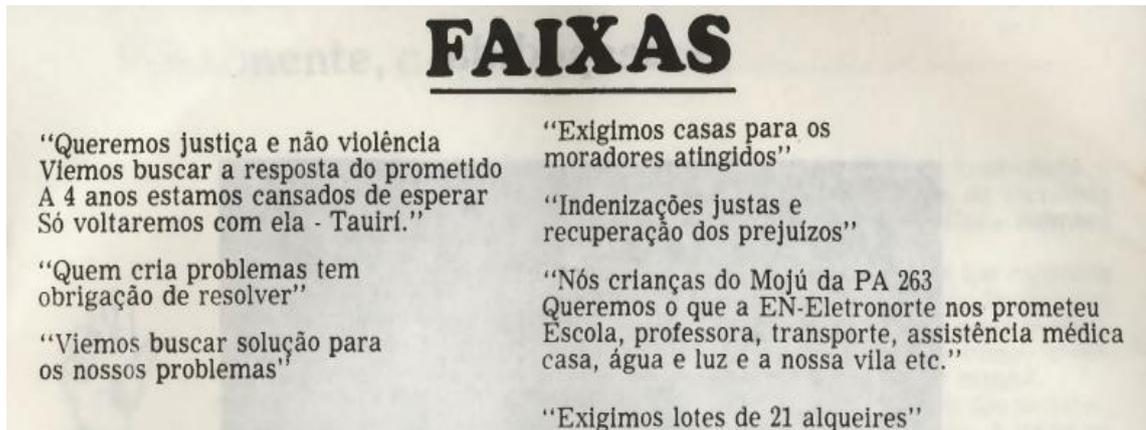
O fato do presente estudo ser documental permitiu com muita clareza a visualização de um dos maiores ganhos das populações camponesas afetadas após os processos de organização. Como também apontado por autores como Liberatori (2018), Weitzman (2018; 2019), Acselrand (2019; 2019), os processos de organização dos expropriados subsidiou um elemento de extrema importância para os processos de resistência a médio e longo prazo, a capacidade de gerar memórias coletivas enquanto instrumentos de luta. Os documentos guardam as visões, reivindicações, críticas e relatos que mantêm viva suas lutas até os dias atuais.

Partindo das mais notórias para as mais suaves, as diferentes estratégias de luta apresentaram um perfil continuado e de grande adaptabilidade, e, neste sentido, foi interessante a adoção de diferentes nomenclaturas e termos que os grupos de resistência dos expropriados criaram buscando diversificar o enfrentamento, como apontado por Weitzman (2018).

Assim, no final dos anos 80, o termo “atingidos” passou a denotar o processo de ampliação do grupo de pessoas que sofreram com o alagamento da região – direta ou indiretamente –, como foi denunciado em alguns documentos produzidos nessa época. Na década de 90, quando os vínculos entre a Comissão dos Atingidos pela Barragem (CAHTU) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) se tornaram mais estreitos, houve uma ressignificação do termo “atingido” a partir da politização de um discurso que tinha como esquema referencial um quadro analítico mais abrangente, no qual as reivindicações foram recontextualizadas dentro de uma linguagem militante que criticava, de forma veemente, as estruturas que sustentam sistematicamente práticas de expropriação material e desestabilização sociocultural das populações direta e indiretamente afetadas. (WEITZMAN, 2018 p.18).

Outra estratégia relevante de organização e elemento de fortalecimento do coletivo foram os atos de mobilização e os acampamentos, a exemplo daquele realizado de 8 a 11 de setembro de 1982, onde cerca de 400 camponeses ocuparam o Escritório de Serviço de Patrimônio Imobiliário da ELETRONORTE – SPI. Durante os dias de acampamento foi possível para o grupo alinhar diversas reivindicações que norteavam as pressões sobre a EETRONORTE (Figura 10).

Figura 10: Representação das reivindicações trazidas nas faixas durante o acampamento



Fonte: A arca de Tucuruí (MAB).

Os diferentes grupos que passavam a compor os “expropriados” conseguiam concatenar diferentes demandas e sintonizar suas lutas a partir de um objetivo comum, e nesta toada marcharam pelas ruas de Tucuruí, com grande comoção, gritando palavras de ordem (Figuras 11 e 12).

Figura 11: Fotografia da marcha durante o acampamento



Agora, nós vamos prá luta  
A terra que é nossa ocupar  
A terra é pra quem trabalha  
A história não falha  
Nós vamos ganhar

Já chega de tanto sofrer  
Já chega de tanto esperar  
A luta vai ser tão difícil  
Na lei ou na marra  
Nós vamos ganhar.

Fonte: A arca de Tucuruí (MAB).

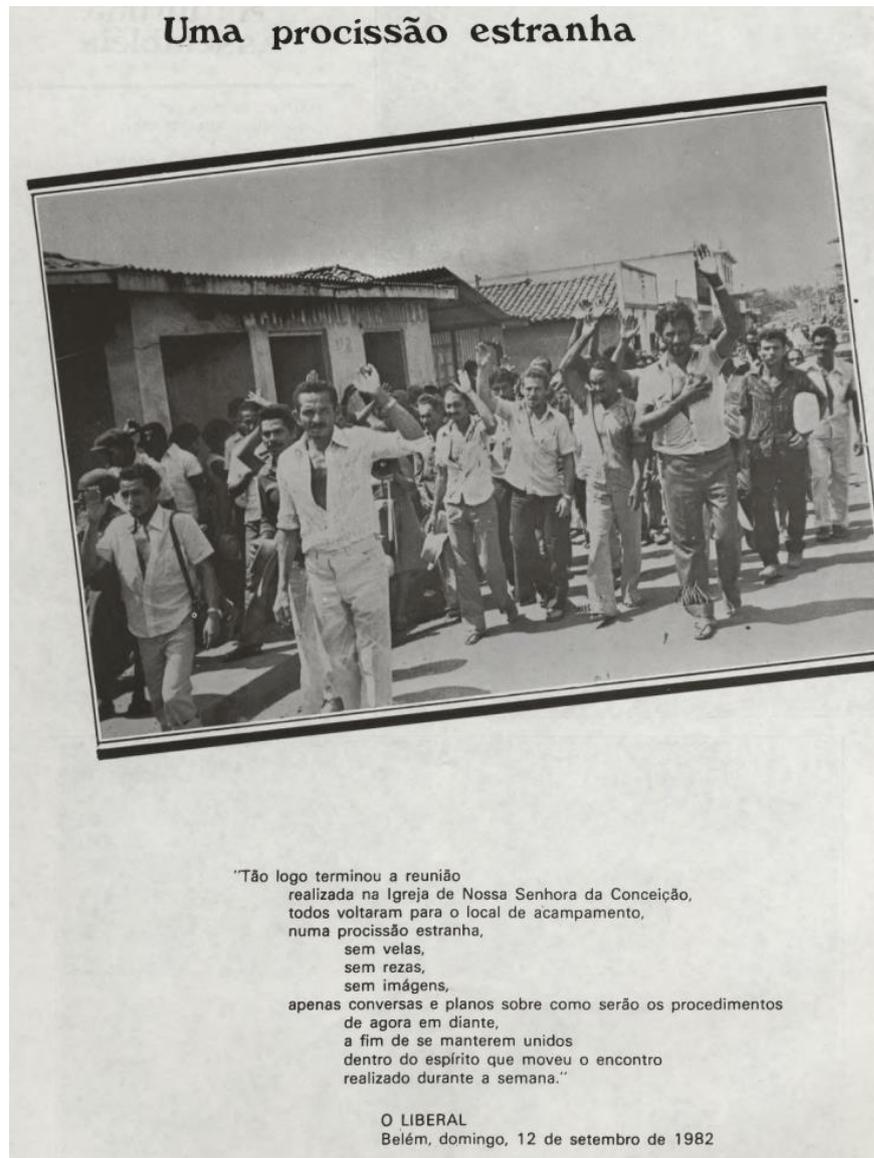
Figura 12: Fotografia da marcha pelas ruas de Tucuruí



Fonte: A arca de Tucuruí (MAB)

Para além de estabelecer o tom que se seguiria do ponto de vista das cobranças por parte dos camponeses expropriados, mesmo que não tenham conquistado suas reivindicações e não tenham conseguido frear a implantação da usina, movimentos como este acampamento alicerçaram a coesão e a organização social do grupo de resistência (Figura 13).

Figura 13: Fotografia do ato final durante o acampamento a SPI da ELETRONORTE



**Fonte:** A arca de Tucuruí (MAB)

Deve-se pontuar que os movimentos de resistência observados no estudo nasceram no contexto de luta contra os avanços de implantação da usina, mas não podem ser vistos como realizações restritas ao enfrentamento das ações de ataque exógenas. Tais movimentos ganham a dimensão de processos inerentes à produção e reprodução do espaço social, conformando novas identidades críticas.

Weitzman (2018), ao estudar as organizações formadas pelos grupos atingidos pela UHE – Tucuruí, foi capaz de identificar essa capacidade de reinvenção das populações em seus próprios movimentos de resistência, em seu contexto social específico, o que, segundo

o autor, confronta a ideia de uma padronização para as respostas de populações atingidas por grandes intervenções desenvolvimentistas.

Sigaud (1992) afirma que os resultados de intervenções como a implantação de barragens, com potencial poder de afetar as condições sociais de produção, não estão circunscritos ao fato em si, sendo na verdade frutos da mediação efetuada pelas relações históricas que as populações afetadas cultivam com o território, apontando que as diferentes relações, nas diferentes realidades, vão tornar os resultados distintos, afastando a possibilidade de generalização dos processos.

Considerando, então, a perspectiva da capacidade de produção/reprodução de vulnerabilidades por parte de processos que atendem aos interesses do capital e sua visão desenvolvimentista, observamos que os movimentos de resistência estudados não trazem como elemento principal as fragilidades, presentes ou produzidas, mas sim revelam a capacidade de enfrentamento desenvolvida pelos grupos em luta. Como observado por Sevalho (2018) ao mapear a construção do conceito de vulnerabilidade no campo da saúde, a composição conceitual abrange risco e formas de enfrentamento.

## 5.6. COLONIALIDADE NA IMPLANTAÇÃO DA UHE - TUCURUÍ

Para vislumbrar o pensamento decolonial como elemento analítico da realidade deve-se ter primeiramente em conta, que, resumidamente exposta como os mecanismos resultantes do processo de colonialismo, a colonialidade é composta por aparatos sociais, econômicos, culturais e ambientais que permitem sua propagação no tempo e no espaço sobre os grupos que foram expostos ao colonialismo. Transpõe-se, assim, a ideia de que o fim do colonialismo é mero marco histórico datado pela vigência das administrações coloniais. Hall (2009) postula que o pós-colonialismo marca uma mudança de uma estrutura de poder para outra, e tal mudança não carrega um ar de sucessão e sim de acúmulo, pois acontece sem que se percam as bases fortemente fundamentadas no colonialismo.

Devemos, neste sentido, retomar a ideia apresentada por Maldonado-Torres (2007), que avalia o colonialismo como uma relação política e econômica de poder entre dois povos, onde um teria sua soberania usurpada. A colonialidade é um cenário resultante deste processo que norteia as novas relações entre países e nações, não se limitando a relações formais de poder, e as estruturas de opressão herdadas do colonialismo operam através do mercado capitalista global e da ideia de raça.

O segundo passo é compreender a força incorporada à ideia de decolonialidade em sua essência, que está relacionada aos processos de resistência e luta pela superação da colonialidade em todos os seus aspectos, para além da ideia limitada de superação do colonialismo enquanto superação da conjuntura colonial. As mudanças ocorridas na estrutura de poder se dão em um viés de aperfeiçoamento e adaptação às mudanças sociais, valendo-se de toda sua estrutura colonial.

O terceiro aspecto que merece destaque na análise, e que ficou evidente no caso estudado, é a capacidade das estruturas coloniais operarem para além de uma perspectiva puramente eurocentrada, adaptando-se às novas relações e divisões do poder global, e como bem destacou Maldonado-Torres (2007), colocarem-se à disposição dos interesses do mercado capitalista global.

É importante resgatar o que aponta Grosfoguel (2008), que a ideia de uma relação “colonial” não pode estar fixa somente ao “colonialismo clássico” na base da modernidade ocidental, e sim pode ser encaixada como referência ao que ele denomina de “situações coloniais” em uma contextualização no presente. Tais situações são configuradas a partir da presença ou não de administrações coloniais, desde que sejam evidenciados elementos de opressão/exploração, de grupos étnico-raciais dominantes sobre grupos étnicos/racializados subordinados.

O caso de implantação da UHE-Tucuruí mostra, e guarda, as digitais de distintas etapas da colonialidade na região Amazônica. Os movimentos iniciados no avanço europeu sobre as américas abriram caminho para os continuados processos de exploração e vulnerabilização, que foram fundamentais para a instrumentalização das políticas desenvolvimentistas executadas a partir dos anos 1960. O imaginário do território rico, preservado e misterioso, que deveria encantar o interesse humano já estava posto e incorporado, mas à disposição do capital internacional.

Tal afirmação é sustentada pelo fato de que a implantação da usina teve como principal motivação atender as demandas energéticas de grandes projetos do capital internacional. E, embora não fosse especificamente da Europa o controle do processo de Tucuruí, este refletiu a estrutura do poder capitalista global e sua distribuição no contexto da época.

Neste sentido deve-se se destacar a postulação de Mignolo (2017) sobre as três fases da modernidade que vão nortear a nova ordem global entre 1500 e 2000. As fases diretamente lideradas por países europeus, denominadas de Ibérica e católica, aproximadamente de 1500 e 1750, e a do “coração da Europa”, de 1750 a 1945, e aquela em

que se encontra o contexto de implantação da UHE-Tucuruí, a fase americana estadunidense de 1945 a 2000, marcada pelo imperialismo dos Estados Unidos da América, por um mundo policêntrico e interconectado pelo mesmo tipo de economia. É como se os mecanismos estabelecidos pelo colonialismo europeu tivessem gestado um filho, o capitalismo, e tivessem deixado de herança diversas condições materiais, sociais, econômicas e psicológicas para sua propagação.

Grosfoguel (2008) define que o mundo vive atualmente um contexto de ‘colonialidade global’ tendo os Estados Unidos da América como centro, lançando mão de estruturas que possibilitam o controle global, como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial, e seu poder bélico representados pelo Pentágono e pela Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.

Alves e Acioli (2020) ao dissertarem sobre o grupo Modernidade/Colonialidade, apontam que o processo de colonialidade continua direcionando aspectos como olhares, saberes e existências na América. Há um estabelecido desprezo pelas culturas tradicionais e seus valores, pautado por estruturas hegemônicas, garantidas pela tríade da colonialidade: poder, ser e saber, que subsidia processos de desterritorialização.

Os componentes do grupo afirmam que a ideia de civilizar os povos primitivos da América continuou sendo a prática ideológica e política na modernidade. Desse modo, os domínios entrelaçados, que remontam ao controle da economia, do território, da autoridade, do gênero e sexualidade, do conhecimento e subjetividade, foram construindo cenários de colonialidade em que colonizados passaram a reproduzir o discurso de colonizadores. (ALVES E ACIOLI, 2020 p.60).

Para pensar os processos decoloniais de superação da dominação há que se compreender como a colonialidade se estabeleceu e se propaga. A partir do pensamento decolonial podemos identificar os elementos fundamentados nas bases coloniais e como eles são manifestados na realidade estudada, e para tanto identificamos os aspectos centrais constituintes das colonialidades do poder, do saber, do ser (Tabela 5).

Tabela 5: Aspectos de manifestação da colonialidade

<b>Colonialidade</b>		
<b>Poder</b>	<b>Saber</b>	<b>Ser</b>
Caráter econômico-político	Caráter epistêmico	Caráter ontológico

**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador com base em Castro-Gomez (2012), Quijano (2000, 2009), Mignolo (2003, 2017), Maldonado-Torres (2007, 2008).

Vale, na perspectiva da análise realizada nesta pesquisa, reforçar a afirmação de Mignolo (2017, p. 10) que nos serve como direcionamento: “O pensamento e a ação descoloniais começam pela analítica dos níveis e dos âmbitos em que poderá ser eficaz no processo da descolonização e libertação da matriz colonial” (MIGNOLO, 2017 p.10).

### 5.6.1. Colonialidade do poder

Tendo em vista que a colonialidade opera através de diversos aspectos da existência social, que interligados garantem a sustentação do modelo de produção/reprodução dos processos de exploração e vulnerabilização, é possível, diante da realidade analisada, identificá-los com maior ou menor intensidade compondo as estruturas de poder envolvidas no processo da implantação da UHE – Tucuruí (Tabela 6).

Tabela 6: Estruturas que compõe a colonialidade do poder

<b>Estruturas de poder</b>				
<b>Controle</b>				
Economia	Controle da natureza	Autoridade	Gênero e sexualidade	Conhecimento e subjetividade

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em Quijano (2000, 2009), Mignolo (2003, 2017).

A divisão que ocorre na hierarquia dos poderes é extremamente marcante no caso de Tucuruí. Observamos que, abaixo do poder do capital estrangeiro que direcionava as demandas do projeto, havia ainda uma clara divisão entre grupos compostos por elites nacionais, e em última instância grupos compostos por elites locais. Tais instâncias de poder cumpriam seus papéis na operação de produção/reprodução dos processos de exploração e vulnerabilização, a exemplo das empreiteiras beneficiadas pelo regime ditatorial militar e grupos de políticos e empresários locais.

Quijano (2000) identifica que esta configuração de divisão de poder entre capital internacional e elites nacionais e locais são características de uma estrutura colonial. Assim,

grupos não pertencentes às “raças” mais oprimidas, mas que também se subordinavam aos poderes superiores externos internacionais, foram obrigados a ser tributários, ou seja, intermediários na cadeia de dominação e transferência de valor e riquezas da “periferia colonial” para o eurocentro.

Globalmente, no entanto, como foi sempre a própria condição da existência do capitalismo, as ‘classes sociais’ foram diferenciadamente distribuídas entre a população do planeta com base na colonialidade do poder. No ‘eurocentro’, o que dominam são Capitalistas. Os dominados são os assalariados, as classes médias, os camponeses independentes. Na ‘periferia colonial’, os dominantes são os Capitalistas Tributários e/ou Associados Dependentes. Os dominados são escravos, servos, pequenos produtores mercantis independentes, assalariados, classes médias, camponeses. Esta classificação social diferenciada entre o centro e a periferia colonial foi o mecanismo central da engrenagem de acumulação global em benefício do centro. De facto, foi o que permitiu produzir, manter e custear a lealdade dos explorados/dominados ‘brancos’ perante as ‘raças’, sobretudo na ‘periferia colonial’, mas também dentro do ‘centro’, como acabou de acontecer sobretudo nos Estados Unidos (QUIJANO, 2009 p.110).

Quijano (2000) aponta que o controle do trabalho, e de seus recursos, meios e produtos, é a base sobre a qual se articulam as relações de poder e, ao mesmo tempo, o determinante do conjunto e de cada uma delas. Em Tucuruí o aspecto econômico, elemento evidentemente motivador do projeto, para atendimento à demanda de geração de energia, estende-se obviamente à exploração de recursos naturais em função dos interesses do capital internacional, e a reprodução social dos camponeses expropriados foi intensamente reconfigurada a partir do controle sobre o trabalho, elemento existencial vital.

Para Quijano (2009), um pilar para a propagação da colonialidade reside na dominação e na exploração da natureza, tornada mercadoria. Mignolo (2017) enfatiza que a natureza, primeiramente pensada como apenas um anexo do aspecto econômico, dispõe de significância suficiente que a colocam como um quinto elemento da colonialidade, sem, no entanto, perder a profunda relação com a economia.

A “natureza” – amplamente concebida – se transformou em “recursos naturais”, enquanto a “natureza” como substantivo concreto que nomeia o mundo físico e não humano – se tornou no Novo Mundo a base para o cultivo de açúcar, tabaco, algodão etc. Em outras palavras, o conceito passou a se referir à fonte dos recursos naturais (o carvão, o óleo, o gás) que abasteciam as máquinas da Revolução Industrial. Ou seja, a “natureza” se tornou repositório para a materialidade objetivada, neutralizada e basicamente inerte que existia para a realização das metas econômicas dos “mestres” dos materiais. O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em nossa presunção de que a “natureza” é o fornecedor de “recursos naturais” para a sobrevivência diária (MIGNOLO, 2017 p.7).

A ideia de domínio da natureza a partir de um viés desenvolvimentista em prol dos interesses do capital internacional, sob a forma de um discurso de progresso, funciona como pedra angular dos processos de exploração dos recursos naturais, que por sua vez estão fortemente ligados a todos os processos de produção/reprodução dos contextos de vulnerabilização observados. Todos estes elementos geraram grandes rupturas nos modos de vida, a exemplo da expropriação de suas terras, que também eram espaços de trabalho. As mudanças forçadas de atividades obrigaram camponeses a se deslocarem para outros ambientes, perdendo sua dinâmica própria de sobrevivência.

A mercantilização das vidas e dos corpos e a negação da subjetividade é prática constante nos modelos desenvolvimentistas, quando falamos de Amazônia, e diversas são as experiências que evidenciam isso. Moreira e Pereira (2020) relatam que os projetos de colonização na Amazônia historicamente se negaram a considerar as populações locais e seus modos de vida, reconhecendo tão somente o que da natureza proporcionasse potencial de mercado.

No dizer de Quijano (2009):

Já ficaram anotadas muitas das implicações mais importantes da hegemonia do eurocentrismo nas relações culturais, intersubjectivas em geral no mundo do capitalismo colonial/moderno. Aqui, vale apenas anotar o seguinte:

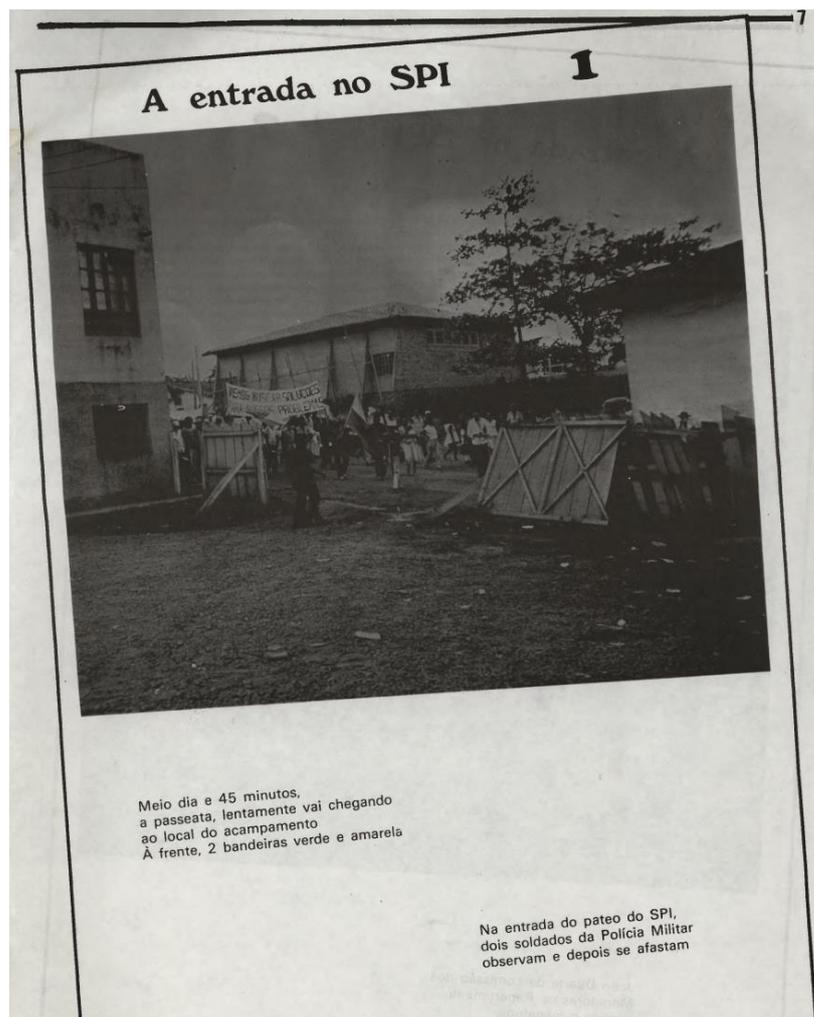
1) Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objectivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados ... 2) Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectuais e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjectivas com os dominados (QUIJANO, 2009 p.211).

Não foi possível, no material pesquisado, observar características mais específicas dos processos de opressão estudados que envolvesse a questão de gênero, além das marcas da composição patriarcal característica da sociedade moderna ocidental. Tal afirmação não deve ser tomada como um atestado de inexistência deste tipo de opressão ou colonialidade nas estruturas locais de dominação.

Soma-se no cenário investigado a capacidade de coerção e propagação dos interesses hegemônicos exógenos. A pesquisa identificou a coerção e intimidação como elementos fortemente presentes nas negociações entre a ELETRONORTE e camponeses, tendo grande impacto nos processos de expropriação, sobretudo no início das tratativas, quando as populações oprimidas não apresentavam resistência de forma organizada. Foram encontrados relatos de casos em que as comissões de negociação da ELETRONORTE acompanhavam-se por forças policiais e homens armados, e sobre isso há um emblemático

momento relatado no documento “a Arca”, produzido pela organização do expropriados, quando durante a ocupação do Escritório do Serviço de Patrimônio Imobiliário (SPI) da ELETRONORTE guardas da Polícia Militar do Pará fazem a guarda da entrada na tentativa de coibir a ocupação, porém recuam diante da multidão (Figura 14).

Figura 14: Ocupação do SPI da ELETRONORTE



Fonte: A arca de Tucuruí (MAB).

O controle da autoridade é mais um dos mecanismos por onde a colonialidade opera, e no caso estudado, o poder de controle pode ser evidenciada na operação da dominação em nome da autoridade do conhecimento, seja o científico ou aquele relacionado aos trâmites jurídicos e direitos envolvidos no processo, inscrito nas alegações de justificativas dos atos cometidos pela ELETRONORTE. Mignolo (2017) aponta que o conhecimento é uma ferramenta fundamental e poderosa para o controle da autoridade.

Pensando a forma pela qual o projeto da usina de Tucuruí foi conduzido, e a representação construída pela ELETRONORTE e pelo próprio Estado em relação aos camponeses expropriados, percebe-se que desde sempre o poder se estabeleceu de modo a subalternizar a população. As representações construídas pelos detentores do poder sempre envolviam ideias que posicionavam os expropriados como pessoas que deveriam se despojar do que é seu e se submeter diante de necessidades extremas surgidas para atender a causa do progresso. Os sistemas de opressão assim operam a hierarquização social e a colonialidade em nome dos projetos desenvolvimentistas.

A colonialidade do poder se vale da estratégia de classificação hierarquizada fundada no colonialismo. Como revela Mignolo (2003), classificar os diferentes povos através de “faltas ou excessos” é um método que inferioriza gradativamente o outro oprimido, perpetuando a dominação. Assim a colonialidade do poder, em sua legitimação, se projeta para a cultura e para o saber.

### **5.6.2. Colonialidade do saber**

O caráter epistêmico da colonialidade está posto a partir da construção de uma narrativa de um conhecimento central e primordial, presente no avanço da sociedade moderna ocidental, universalizado de modo a se sobrepor a todos os saberes alternativos. A estrutura de hierarquização entre culturas e indivíduos se estabelece por meio da noção de que o branco, europeu, é o legítimo representante do estágio civilizatório mais avançado, e a partir desta lógica os saberes validados apresentam-se como superiores frente a todos os demais conhecimentos, marginais, tradicionais, locais.

Aqueles que detêm o conhecimento hegemônico se valem de seu poder e razão, e, desta maneira, operam a estrutura de opressão garantindo a produção/reprodução das vulnerabilidades.

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens. (PORTO-GONÇALVES, 2005 p.3).

Ao discorrer sobre a ideia de modernidade, Castro-Gómez (2005) aponta que para garantir o que ele denomina de “governamentalidade” é central que todos os aspectos da vida, sejam eles sociais e/ou biológicos, dos sujeitos e do mundo ao seu redor, estejam sob o controle de quem é aquele guiado pelo conhecimento, e que, por sua vez, está intrinsecamente relacionado às perspectivas da ciência e da técnica mais avançadas.

Apesar de parecer óbvio, como forma de diminuir as dúvidas ao máximo para o leitor, é importante destacar que na presente pesquisa o que utilizamos como elemento analítico não foram os conhecimentos assumidamente hegemônicos, mas sim a lógica contraposta à colonialidade do saber. Assim observamos no caso estudado a colonialidade do saber fortemente manifestada na negação do conhecimento do outro, no caso, dos grupos que foram expropriados. Percebe-se isso pela invisibilização de suas opiniões em qualquer um dos documentos estudados onde pontua a posição da ELETRONORTE acerca da implantação da UHE - Tucuruí.

Não se registra no material pesquisado a consulta prévia da população acerca do projeto. A ausência da consulta deve ter, na prática, incorrido em diversos desfechos graves como a perda da oportunidade de melhor dimensionar os locais para o rio ser barrado, ou estimar o que seria alagado e destruído, o que levou a erros de execução e perda de recursos.

Outro aspecto que deve ser relacionado a uma colonialidade do saber diz respeito à grande dificuldade de compreensão da parte dos expropriados sobre contratos e leis envolvidos no processo. O material funcionou como um amontoado de armadilhas propositalmente posicionadas de forma a desfavorecer a população, com linguajar e significados inacessíveis para quem não detinha conhecimento específico sobre os termos do mundo jurídico e burocrático. A utilização da linguagem como instrumento de opressão e produção/reprodução de vulnerabilidades, como no caso do domínio dos contratos e leis, é clara demonstração do poder do uso da produção intelectual dominante segundo uma lógica colonial. Quando são negados os saberes e opiniões dos expropriados nas ações da ELETRONORTE, quando estes são tomados como parte secundária no processo, por considerar não haver relevância em suas posições, a colonialidade do saber exerce seu papel de dominação.

O saber científico reforça a opressão ao produzir hierarquizações. Em uma perspectiva epistemológica, Mignolo (2003a) aponta que esta forma de considerar o conhecimento está ligada a como as culturas do conhecimento acadêmico lidam com a diferença colonial, manejando saberes e línguas como instrumentos de subalternização.

Para Mignolo (2003b), fazendo referência a elementos relacionados a conhecimento e sabedoria, a concepção de ciência não pode ser pensada de forma separada da linguagem. O autor aponta que as distintas línguas não são apenas fenômenos culturais que englobam identidades, e afirma que “dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser” (MIGNOLO, 2003b p.633).

### **5.6.3. Colonialidade do ser**

A colonialidade do ser é o aspecto da colonialidade manifestada no “ser colonizado”, submetido a pressão da fusão de poder e pensamento transformados em instrumentos de exclusão e opressão, sendo em suma um produto da modernidade (MALDONADO-TORRES, 2007).

Partindo da ideia formulada por Maldonado-Torres (2007) de que existe uma colonialidade do ser, buscou-se observar o caso da implantação da UHE – Tucuruí nesta perspectiva. Tomando-se como base para de análise a constatação de que as populações camponesas guardam a característica de se reproduzir socialmente em sua relação com o trabalho e com meios de produção atrelados aos recursos naturais, a exemplo da terra para os agricultores e as águas para os pescadores.

Os processos desencadeados pela implantação da usina geraram grandes rupturas nos modos de vida, a exemplo da expropriação de terras, que também eram seu espaço de trabalho. As mudanças forçadas de atividades fizeram muitos camponeses se descaracterizar do ponto de vista cultural. A perda dos meios de sobrevivência não tem apenas significado econômico, é também destruição identitária.

A implantação da usina fez surgir a transformação existencial compulsória: lares foram desfeitos, laços interpessoais foram rompidos, famílias foram interrompidas, pescadores passaram a plantar, agricultores viraram comerciantes, e assim por diante. O comprometimento da saúde e da vida provocado pelo projeto desenvolvimentista evidencia em Tucuruí a violenta e dramática colonialidade do ser.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos ocorridos na implantação da UHE – Tucuruí figuram como um claro exemplo de como as lógicas de poder estão posicionadas no Brasil, exaltando seu papel subalterno aos interesses do capital estrangeiro, produzindo contextos sociais violentos, desiguais, segregados e vulnerabilizados.

Com relação à operação dos poderes em uma esfera local, evidenciou-se a subserviência das elites locais aos interesses externos, a partir de concessões em troca de tal submissão. A estrutura de colonialidade, além de permear o setor privado está também incorporada na esfera pública, configurado um emaranhado de relações complexas, com intervenções estatais extremamente seletivas em prol dos interesses do setor privado.

No contexto do papel subalterno do território brasileiro a região amazônica sofre com diversas incursões exploratórias desde a colonização europeia, que redefiniram seu espaço social. A lógica desenvolvimentista é característica marcante nos diversos processos aos quais a região foi submetida, como nas ações executadas ao longo do Programa de Integração Nacional que ajudaram a gestar a usina de Tucuruí.

O contexto de um governo ditatorial, como foi o governo civil-militar instituído após o golpe de 1964, foi extremamente propício para a propagação das estruturas de exploração, pois a abordagem violenta coibia a possibilidade de clareza nas ações, o que permitiu o favorecimento de interesses e grupos aliados que foram beneficiados em diversas instâncias. No caso da UHE – Tucuruí o empenho da ditadura militar em atender os anseios do capital internacional e beneficiar grupos locais aliados foi mascarado sob um discurso vazio de patriotismo e desenvolvimento, tal postura, inscrita em uma lógica colonial, contribuiu para diversos problemas e erros de condução trágicos. A exemplo da pressa em concluir o projeto e da opção de diminuir os custos com a prospecção do avanço da água, o que gerou alagamentos em áreas que sequer estavam originalmente previstas, trazendo consequências irreparáveis para a população.

O descaso para com as populações locais foi marcante no projeto de Tucuruí. A desconsideração em relação aos aspectos histórico-culturais deixou as populações, já vulnerabilizadas, à mercê das decisões e da violência político-institucional do poder público. Reafirme-se, então, o contingente de migrantes que ali haviam chegado em busca de uma vida melhor. As populações a montante da barragem eram caracterizadas em sua maioria por migrantes nordestinos, e em menor grau do sul e centro-oeste do país, enquanto as

populações a jusante eram, em sua maioria, compostas por grupos compreendidos como “tradicionais” da região.

É relevante ressaltar ainda a presença, entre os expropriados, de grupos indígenas e quilombolas, cujo envolvimento foi invisibilizado, não ficando aparecendo nos documentos analisados, suscitando que tal temática deve ser melhor explorada em estudos futuros.

A organização dos expropriados como movimento de luta foi fundamental em diversos aspectos para a conformação de resistência diante das arbitrariedades e injustiças cometidas, e, neste sentido, é possível perceber mínimas conquistas dos movimentos populares. Dentre estes resultados conquistados podemos destacar a memória social como instrumento de enfrentamento, que apesar de não surtir um impacto tão intenso a curto prazo, foi fundamental para manter a luta a longo e médio prazos. A força da memória da luta coletiva tem a capacidade de se contrapor a uma narrativa histórica hegemônica dominante e institucional dos fatos ocorridos, permitindo a análise do contraditório, na busca de como realmente ocorreu a experiência da UHE – Tucuruí.

A implantação da UHE – Tucuruí foi um processo extremamente violento e traumático, quer nos aspectos culturais, ambientais e econômicos, contribuindo para a descaracterização da realidade social local e para a intensificação da histórica vulnerabilização das populações atingidas. Mesmo diante das fortes pressões o papel das populações camponesas não pode ser tomado como estático e apenas receptor dos impactos.

A temática de saúde não foi um tema central para a ELETRONORTE durante a operação da implantação da UHE – Tucuruí, nem mesmo no aspecto biomédico de compreensão da saúde. Quando realizadas, as ações relacionadas a saúde pública estavam limitadas à ações pontuais de contenção de determinados problemas específicos, como no caso da explosão reprodutiva de mosquitos do gênero *Mansonia* provocada pela instalação do reservatório a partir do barramento do rio Tocantins.

Questões como a expansão da malária, a contaminação por mercúrio, o uso de agrotóxicos nocivos à saúde, as diversas doenças de veiculação hídrica, a crescente mortalidade infantil, foram tratadas de forma isolada, avaliadas, certamente, como parte inerente da “paisagem” local. Atente-se, então, para o fato de que a naturalização da vulnerabilidade das populações oprimidas compõe a colonialidade. Vistas no contexto do processo estudado, as ações sanitárias executadas parecem de fato se voltar exclusivamente para a manutenção das relações capitalistas ativas para a consecução do projeto desenvolvimentista.

Considerando as sociedades camponesas como tendo sua reprodução social intrinsicamente atrelada à terra e ao trabalho, entendemos que o rompimento de tal relação foi extremamente impactante sobre a reprodução social da saúde.

A colonialidade é elemento presente em todos os momentos e processos históricos, requeitando e retemperando os ingredientes básicos do colonialismo. Como apresentado ao longo do trabalho foi possível observar que a tríade da colonialidade, poder, saber e ser estava totalmente em operação no caso da implantação da usina de Tucuruí. Neste aspecto, a utilização da reflexão pós-colonial e principalmente da decolonial representou interessante eixo epistemológico de análise.

No que diz respeito à determinação social da saúde, o pensamento decolonial representa instrumento criticamente revelador. Como anteriormente apresentado, o presente trabalho buscou um diálogo entre dois pensamentos extremamente relevantes para a ciência latino-americana, a determinação social da saúde, na perspectiva da saúde coletiva, e o pensamento decolonial.

Mesmo reconhecendo a importância do pensamento decolonial como forma de superação das mazelas do colonialismo, especialmente no Sul do mundo, e suas contribuições para a perspectiva da determinação social da saúde, alguns aspectos podem, entretanto, limitar a aproximação pretendida na pesquisa. O materialismo histórico figura como forte base de sustentação da perspectiva crítica da determinação social, e, embora o pensamento decolonial o considere como aporte crítico valioso, lhe faz reparo em relação ao determinismo economicista sobre elementos como a cultura. Diga-se então, que a crítica ao eurocentrismo e à descolonização da ciência são radicalizadas no pensamento decolonial, e o materialismo histórico é suporte teórico de origem europeia.

Sendo assim, mesmo com as limitações apontadas, pensar a determinação social da saúde aliada ao pensamento decolonial, é promissor. A determinação social em sua práxis, quando se vale das explicações das realidades sociais a partir de uma perspectiva decolonial, parece ser otimizada em sua compreensão dos contextos de saúde coletiva, bem como das diferentes formas e relações que o poder estabelece.

De tal forma, pensamos que, por um lado, o trabalho de pesquisa realizado traz revelações críticas sobre o processo de implantação da UHE – Tucuruí, e por outro indica instrumentos epistemológicos de análise ainda pouco utilizados e promissores. Enfatize-se, então, a contextualização da reflexão em uma ciência que se contrapõe à normalização hegemônica.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 275 p.
- ACSELRAD, H. a. “Memória técnica” das grandes barragens: Considerações sobre a aplicação da noção de memória a fatos técnicos. *Novos Estud. CEBRAP - SÃO Paulo*, V.38, n.02. p. 389-408, Mai.– Ago. 2019.
- ACSELRAD, H. Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 158-192. 2010.
- ACSELRAD, H. b. O papel da escrita na construção de causas públicas: uma análise do acervo de documentos produzidos por grupos de atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 39, n.81, 2019.
- AGUIAR, A. M. L.; PEZARICO, G.; QUELUZ, G. L.; BERNARTT, M. L. Agricultura familiar: a heterogeneidade da racionalidade camponesa em diálogo com as práticas no sudoeste do Paraná. *Synergismus scyentifica UTFPR, Pato Branco*, 06 (1). 2011.
- ALBERTI, V. Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 11f.
- ALBERTI, V. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, durante o II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996.
- ALBORNOZ, S. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. Carajás: a guerra dos mapas. Repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-Consulta “Carajás: desenvolvimento ou Destruição?”. Acervo do Instituto Sócio Ambiental – ISA. 1993.
- ALVES, V. L. S.; ACIOLI, M. D. Um olhar decolonial sobre a territorialidade dos pescadores tradicionais do Angari. *Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí, Unijuí*, n.53, p. 55-65, jul./dez. 2020.
- AMORIM, M. F. C. L.; DOURADO, D. C. P.; BISPO, D. A. A convivência das racionalidades camponesa e econômica num assentamento do MST: semeando questões sobre o trabalho. *Gestão e sociedade*. Belo Horizonte, v.5, n.12, p. 270-292 .set./dez. 2011.
- ARAÚJO, I. M. M.; OLIVEIRA A. G. R. C. Interfaces entre a saúde coletiva e a ecologia política: vulnerabilização, território e metabolismo social. *Saúde em Debate*, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, Rio de Janeiro. v.41, n.2, pp. 276-286, Jan/Jun, 2017.
- ARCA DOS MORADORES DA ÁREA DO RESERVATÓRIO BARRAGEM DE TUCURUÍ. Set. 1982/jan. 1983.
- ARREDONDO, A. Análisis y reflexión sobre modelos teóricos del proceso salud enfermedad. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 254-261, 1992.

- AULA, I. BRAUNSCHWEILER, H.; MALIN, I. The watershed flux of mercury examined with indicators in the Tucuruí reservoir in Pará, Brazil. *The Science of the Total Environment* 175 (97-107), 1995.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BARATA, R. B. Iniquidade e saúde: a determinação social do processo saúde-doença. *REVISTA USP*, São Paulo, n.51. p. 138-145. , Set/Nov 2001.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luis Antero Neto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BECKER, B. K. a. Amazônia: desenvolvimento e soberania. In: REZENDE F, TAFNER P, organizadores. *Brasil: O Estado de uma nação*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; p.199-250, 2005.
- BECKER, B. K. b. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados* 19 (53), p. 71 – 86, 2005.
- BECKER, Bertha. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Revista Parcerias Estratégicas*, n. 12, set. 2001.
- BELCHIOR. *A Palo Seco*. Rio de Janeiro. PolyGram: 1976. LP (2:56).
- BENTES, E.S; SANTANA, A.C.; ALMEIDA, O.T.; SANTANA, A.L. A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará. *Novos Cadernos NAE*. v. 17 n. 2, p. 167-187, dez. 2014.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Editora UFMG, 1998. 395 p.
- BORDE, E.; HERNÁNDEZ-ÁLVAREZ, M.; PORTO, M. F. S. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, V. 39, N. 106, P. 841-854, jul-set 2015.
- BORGHI, C. M. S. O.; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO, G. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. *Trab. Educ. Saúde, Brasil*. Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 869-897, set./dez. 2018.
- BRASIL. *Balanco Energético Nacional: Relatório Síntese 2022, base 2021*. Ministério de Minas e Energia. Brasília. 2022.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 74.279, de 11 de julho de 1974. Outorga à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do Rio Tocantins.
- BRASIL. Decreto nº 78.659, de 1º de novembro de 1976. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra e benfeitorias, necessárias à implantação do canteiro de obras, e demais unidades de serviço, bem como à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A - ELETRONORTE, localizadas no Estado do Pará.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8o da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964. Cria o conselho de defesa dos direitos da pessoa humana.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 que aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

BREILH, J. Las tres 'S' de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación de la vida y de la salud. In: NOGUEIRA, R. P. (org.). Determinação social da saúde e Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. p. 87- 125.

BREILH, J. Uma Perspectiva Emancipadora da pesquisa e da ação baseadas na determinação Social da Saúde. In: "Taller Latinoamericano de Determinantes Sociales de la Salud", Cidade do México. Universidade Autônoma do México, Set. / Out. 2008, Disponível em <<http://www.alames.org/documentos/ponencias.pdf>>.

CAJIGAS-ROTUNDO, J. C. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidade y ecocapitalismo. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

CAMARGO, S. A. F.; PETRERE JR, M. Análise de risco aplicada ao manejo precaucionário das pescarias artesanais na região do Reservatório da UHE-Tucuruí (Pará, Brasil).

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):6114

CAMPOS, P. H. P. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255 - 286, jan./abr. 2019.

CAPRA, F. A teia da via: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, Caetés, 1997.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. A industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 39, n. 3, P. 513-538, Jul.-Set, 2009.

CARDOSO, E. S. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. *Revista Pegada*, v. 10 (2). p. 1-14, dez. 2009.

CASTELLANOS, P. L. Análisis de situación de salud de poblaciones. In: MARTINÉS-NAVARRO, E. T. et al. *Vigilancia Epidemiológica*. Madrid: McGraw-Hill, Iterramericana, 2004.

CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. BARATA, R. B (org.). *Condições de Vida e Situação de Saúde*. Saúde Movimento, 4. Abrasco, Rio de Janeiro. 1997.

CASTELLANOS. P. L. Sobre el concepto de salud enfermedad Descripción y explicación de la situación de Salud. *Bol. Epidemiológico OPS*. vol. 10, nº 4. 1990.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA – ELETROBRÁS. CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL SA – ELETRONORTE. *Eletronorte 25 anos Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - MEMÓRIA DA ELETRICIDADE*, 1998. 238p.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA – ELETROBRÁS. CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL SA – ELETRONORTE. *Eletronorte 30 anos de pura energia brasileira. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - MEMÓRIA DA ELETRICIDADE*, 2004. 218p.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1 ed. 1978.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CINTRA, I.H.A.; MANESCHY, M.C.A.; JURAS, A.A.; NUNES, R.S.; OGAWA, M.M.; *Pescadores artesanais do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí (Pará, Brasil)*. *Rev. Ci. Agr.*, v.54, n.1, p.61-70, Jan/Abr 2011.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. *Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens: Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil)*. RELATÓRIO FINAL, Cape Town-África do Sul, Nov. 2000. 297 p.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). *As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil*. Relatório Final. OMS. 2008, 216 p.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE CDSS. *Redução das desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais*. Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Portugal, OMS. 2010, 36 p.

COMISSÃO REPRESENTATIVA DO MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. *Documentos de protestos e exigências dos trabalhadores rurais e famílias expropriadas pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE*. Documento nº IV dos

expropriados. 1983. Disponível em: <<https://memoriasocialtucurui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

CONFALONIERI, U. E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. *Estudos Avançados*, v.19, n.53, 2005.

CORRÊA, S. R. M. O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”. *Rev. NERA*. Ano 12, n. 15, p 34-65, Jul/Dez 2009.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino americanas*. Colección SurSur, CLACSO. Buenos Aires. 2005. 130 p.

COUTO. R. C. S. Saúde e Hidrelétricas na Amazônia: O caso Tucuruí-PA. *Anais: II Encontro Ciências Sociais e Barragens*. 2007. Disponível em: <[http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos\\_antigos/st5\\_10.pdf](http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_antigos/st5_10.pdf)>. Acesso em: 03, setembro de 2019.

COUTO. R. C. S. Saúde e projetos de desenvolvimento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

CRUZ, M.N.; CAÑETE, V.R. Do protagonismo à invisibilidade de saberes e práticas: Pescadores artesanais de Tucuruí (Pará) e o Parque Aquícola Breu Branco III. Disponível em: <[http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1021213\\_30\\_06\\_2015\\_16-5131\\_4562.PDF](http://eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1021213_30_06_2015_16-5131_4562.PDF)>. Acesso em: 15/10/2017.

CUNHA, A. M. O paradigma do estado desenvolvimentista e o “retorno” da política industrial. In DATHEIN, R. *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015.

CURVINA, E. J. S.; MOREIRA, E. S. Os impactos da hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá: memórias do deslocamento compulsório. III Encontro de Pós-graduação. PROPIT-UNIFESSPA, Marabá-Pará. 2018.

DATHEIN, R. *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015.

DAVID P. *História Oral: Metodologia do Diálogo*. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 157-170, janeiro-junho, 2013.

DIMENSTEIN, M.; CIRILO NETO, M. Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei. 15(1), p. 1-17, Jan/Mar, 2020.

DÓREA JG, BARBOSA AC, SILVA GS. Fish mercury bioaccumulation as a function of feeding behavior and hydrological cycles of the Rio Negro, Amazon. *Comp Biochem Physiol C Toxicol Pharmacol*. 142(3-4): 275-83. 2006.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino americanas*. Colección SurSur, CLACSO. Buenos Aires. 2005. 130p.

ELETROBRAS. UHE Tucuruí: Estudo de caso (entrevistas). *Arquitetura Ambiental S/C LTDA*. Rio de Janeiro. 1992.

EVANS, P. a tríplice aliança – as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

- FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. EDUFBA, 2008. 193p.
- FLEURY-TEIXEIRA, P. Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 380-387, 2009.
- FEARNSIDE, P. M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. v.2. Manaus: INPA, 2015.
- FEARNSIDE, P.M. Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam. *Environmental Management* 24(4): 483-495. 1999.
- FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.
- FIGUEREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. Algumas considerações sobre o Desenvolvimento Rural a partir da perspectiva sistêmica. *Anais. VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção*, SBSP, Fortaleza, 2007.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In DATHEIN, R. *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015
- FORATTINI, O. P. 2002. *Culicidologia Médica*. v.2. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, c. 24. 860 p.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FREITAS, C. M.; GIATTI, L. L. Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(6), p.1251-1266, jun, 2009.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, FIOCRUZ. *Malária*. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/taxonomia-geral-7-doencas-relacionadas/malaria>>. Acesso em: 14/01/2022.
- GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAÚJO, M. Da noção de determinação social à dedeterminantes sociais da saúde. *Brasil. Saúde debate*, Rio de Janeiro, V.41, N. 112, P. 63-76, jan./mar. 2017.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 206 p.
- GONÇALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida, *Rev. Katál*, Florianópolis v. 10 n. esp. p. 83-92, 2007.
- GOMES, Â. de C. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 271 p.
- GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar. Tabula Rasa*, n. 9, p. 61-72, 2008.

- GORZ, André. *Estratégia. Operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Mar. p.115-147, 2008.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 11 ed. 2006.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.
- HARVEY, D. O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II). *Lutas Sociais*. n. 15/16, 2006: 21-34.
- HARVEY, D. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por Desapossamento. *Lutas Sociais*. n. 13/14, 2005: 09-21.
- HARVEY, D. *Os limites do capital*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HENRICH, D.; OFFE, C.; SCHLUCHTER, W. Max Weber e o projeto da modernidade. In: GNEUSS, C.; KOCKA, J. *Max Weber – einsymposion*. Munique, DTV, 1998.
- IANONE, M. Estado e concentração de capital no nacional-desenvolvimentismo. *Desenvolvimento e Debate*. v.7, n.1, p.113-131, 2019.
- KITAHARA, S.E.; OKADA, I.A.; SAKUMA, A.M.; ZENEBON, O.; JESUS, R.S.; TENUTA FILHO, A. Mercúrio total em pescado de água-doce. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 20: 267-273. 2000.
- LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. ColecciónSurSur, CLACSO. Buenos Aires. 2005. 130 p.
- LATOUCHE, S. *A ocidentalização do mundo. Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996.
- LATRUBESSE, E. M.; ARIMA, E. Y.; DUNNE, T.; PARK, E.; BAKER, V. R.; D’HORTA, F. M.; WIGHT, C.; WITTMANN, F.; ZUANON, J.; BAKER, P. A.; RIBAS, C. C.; NORGAARD, R. B.; FILIZOLA, N.; ANSAR, A.; FLYVBJERG, B.; STEVAUX, J. C. Damming the rivers of the Amazon basin. *Nature* n.546, p.363–369, 2017.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et. all. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).
- LEINO, T.; LODENIUS, M. Human hair mercury levels in Tucuruí area, state of Pará, Brazil. *The Science of the Total Environment* 175: 119-125, 1995.
- LEOPOLDI, M. A. P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54), In: GOMES, Â. de C. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 271p. 1994.
- LIBERATORI, L. J. A memória política como estratégia de conformação e ação do Movimento de Atingidos pela Barragem de Tucuruí. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)*. v.7, n.2, Jul – Dez. 2018.
- LIMAVERDE, A.M.; CAMPOS, R.C. Redução seletiva aplicada à especiação de mercúrio em peixes: uma adaptação do método de Magos. *Química Nova*, 22(4): 477-482. 1999.

LOPES, D. N. M. Mercúrio total em peixes do rio Jaguaribe – Jusante do tique de Itaiçaba/CE Fortaleza, p. 12-38. 2012.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. Estudos avançados. V.19 (54), 2005.

LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital: Estudo sobre a Interpretação Económica do Imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. Zahar. Rio de Janeiro. 1970.

MAGALHÃES, S. Exemplo Tucuruí: Uma política de relocação em contexto. In: As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo, Comissão Pró Índio, p.111-120. 1988.

MAGALHÃES, S. B. Tucuruí - uma análise da visão do estado sobre o campesinato. Boi. Mus. Para. Emitia Goeldi, sér. Antropol 8(1), 1992.

MALDONADO-TORRES, N. “Sobre la colonialidade del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

MALDONADO-TORRES, N. Descolonización y el giro des-colonial. Sobre la decolonialidade del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-

MANTEGA, G; MORAES, M. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MAURO, J.B.N.; GUIMARÃES, J.R.D.; MELAMED, R. Mercury methylation in a tropical macrophyte: influence of abiotic parameters. *Applied organometallic chemistry*, 13: 1-6. 1999.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MEMÓRIA DOS ATINGIDOS DE TUCURUÍ. Documentos do Movimento. Disponível em: <<https://memoriasocialtucurui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MIGNOLO, W. Colonialidade o lado mais escuro da modernidade. *RBCS* Vol. 32 n° 94 junho, 2017.

MIGNOLO, W. a. Histórias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal. 2003.

MIGNOLO, W. b. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistémica”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências’* revistado. Porto: Edições Afrontamento. 2003.

MILHOMEN, E.O.; OLIVEIRA, C.S.B.; SILVEIRA, L.C. L.; CRUZ, T.M.; SOUZA, G.S.; JUNIOR, J.M.F.C.; PINHEIRO, M.C.N. A ingestão de pescado e as concentrações de

mercúrio em famílias de pescadores de Imperatriz (MA). 2016. REV. BRAS EPIDEMIOLOGIA Jan-Mar. 19(1): 14-25. 2016.

MINAYO, M. C. S. (ORG). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Malária. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria>>. Acesso em: 14/01/2022.

MOREIRA E. S.; PEREIRA, A. R. Government and Popular Participation in the Brazilian Eastern Amazon Region. International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS). v.7, Issue.4, p.2456-1908. Apr. 2020.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Ata de reunião de negociações ocorridas na SPI da ELETRONORTE – Tucuruí. 1982.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Ata da reunião entre a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE e a Comissão Representativa dos Colonos Expropriados da Área de Influência do Reservatório de Tucuruí. 1984. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. II assembleia dos Lavradores do município de Itupiranga. 1979. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Carta dos expropriados a ELETRONORTE. 1980. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Documento de Denúncias e reivindicações dos três municípios atingidos pela construção da barragem de Tucuruí. 1984. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Documento de Denúncias e reivindicações da população de Repartimento e adjacências, atingida pelo projeto do Reservatório da UHE Tucuruí. 1981. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

COMISSÃO REPRESENTATIVA DO MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Documentos de protestos e exigências dos trabalhadores rurais e famílias expropriadas pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE. Documento nº IV dos expropriados. 1983. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Documento de Denúncias e reivindicações dos trabalhadores rurais relocados da área do reservatório da UHE Tucuruí para a colônia do Mojú PA 263, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE. 1982. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Esclarecimento a população atingida pela hidroeétrica de Tucuruí - Pará. 1982. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruui.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Manifesto do povo do Repartimento e das áreas inundadas. 1980. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruí.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

MOVIMENTO DOS EXPROPRIADOS. Relatório de avaliação do Movimento dos Desapropriados pela barragem de Tucuruí. 1984. Disponível em: <<https://memoriasocialtucuruí.org/documentos-do-movimento/>>. Acesso em: 03/03/2021.

OLIVEIRA, E.; DUARTE, L. M. G. Economia Camponesa a Agricultura Familiar: Evolução do Uso da Biodiversidade do Cerrado. IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, H. M. P.; TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. A Amazônia em Milton Santos: região, globalização e meio técnico científico informacional. In PEZZUTI, J.; RAMOS, C. A. Desafios Amazônicos. Belém: NAEA. 2016.

OLIVEIRA, R. M. de; VALLA, V. V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 2001.

PAIM, J.S.; ALMEIDA-FILHO, N. de. Análise da Situação de Saúde: o que são Necessidades e Problemas de Saúde. In: PAIM, J.S.; ALMEIDA-FILHO, N. de. Saúde Coletiva Teoria e Prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. 720p.

PAIM, J.S.; ALMEIDA-FILHO, N. Saúde coletiva: “uma nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? Revista de Saúde Pública, Vol. 32, Nº 04, p. 299-316, Jun. 1998.

PARÁ. Relatório da comissão parlamentar de inquérito da Assembleia legislativa do Estado do Pará, constituída pela resolução de 08 de abril de 1991. Que teve como tema investigar e propor providências em relação a agressão ambiental, os danos econômicos e a queda da qualidade de vida causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. 1991.

PASSOS CJS, MERGLER D. Human mercury exposure and adverse health effects in the Amazon: a review. Cad. Saúde Pública, n.24 (Supl. 4). p.503-520. 2008.

PEREIRA, A. R. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. 2013.

PINHEIRO, S. L. G. O Enfoque Sistêmico e o Desenvolvimento Rural Sustentável: um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v.1, n.2, p. 27-37, Abr.- Jun., 2000.

PINTO, J. N. A. Acesso à terra, experiências de vida e saúde no meio rural amazônico: estudo de caso no Assentamento Palmares II. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), como requisito parcial de obtenção do título de doutor em Saúde Pública. 2020.

PINTO, L. F. A história da Albrás, grande desconhecida. Política. [www.gramsci.org](http://www.gramsci.org). Janeiro 2010. Disponível em: <[https://www.acesa.com/gramsci/texto\\_impresao.php?id=1185](https://www.acesa.com/gramsci/texto_impresao.php?id=1185)>. Acesso em: 10, janeiro de 2022.

PINTO, P. D. Levantar e derrubar o mastro: os impactos da construção da Hidrelétrica de Marabá nas festividades do Divino Espírito Santo, Vila Espírito Santo, Marabá-PA. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. 2021.

POMPEU, J. C. V.; RODRIGUES, D. S.; DAMASCENO, A. Trabalho, identidade e produção de saberes de pescadores artesanais no contexto da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí-Pará: análise a partir de uma comunidade ribeirinha amazônica. B. Téc. Senac, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p.173-186, jan./abril 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(10):4071-4080, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of world-systems research*. Nova Iorque. Vol. 2, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas*. LANDER, E (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. p.107-126. 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: *Epistemologias do Sul*.

RAVENA, N.; CARDOSO, A. C. D.; SANTOS, R. C. G.; PERES, J. L. P. Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira. *Revista NAU Social* - v.09, n.17, p. 33-45, nov. 2018 / Abr. 2019.

RIBEIRO, U. F.; LEOPOLDO, P. R. Colonização ao Longo da Transamazônica: Trecho Km 930 – 1035. *Revista Científica Eletrônica de Agronomia*. ano II. n3. Jun. 2003.

SALOMÃO, I. C. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. *Nova Economia*. v.27 n.3 p.421-442, 2017.

SANTOS E.C.O.; CÂMARA, V.M, BRABO, E.S.; LOUREIRO, E.C.B.; JESUS, I.M.; FAYAL, K. Avaliação dos níveis de exposição ao mercúrio entre índios Pakaanóva, Amazônia, Brasil. *Cad Saúde Pública*; 19(1): 199-206. 2003.

SANTOS. B. S; MENESES, M. P. (org). Edições Almedina. AS, Coimbra, Portugal. Janeiro 2009. p.73 -117.

SABROZA, P. C. Concepções de Saúde e Doença. In: SANTOS, E.M. dos. *Dimensão técnico-operacional: Unidade didático-pedagógica: modelo lógico do programa*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.

SAMAJA, J. A reprodução social e a saúde: elementos teóricos e metodológicos sobre a questão das 'relações' entre saúde e condições de vida. Salvador: Casa da Qualidade Editora, 2000.

SAMAJA, J. Parte I – Fundamentos Epistemologia e epidemiologia. Rio de Janeiro. Editora Ficoruz, 1998.

SANTANA, A.C.; BENTES, E.S.; HOMMA, A.K.O.; OLIVEIRA, F.A.; OLIVEIRA, C.M. Influência da Barragem de Tucuruí no Desempenho da Pesca Artesanal, Estado do Pará. RESR, Piracicaba-SP, v. 52, n. 02, p. 249-266, Abr-Jun. 2014.

SANTOS, B. S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um de outro. Rev. Travessias Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Coimbra, Vol. 6/7, p.15 – 36, 2008.

SANTOS, S. C.; NACKE, A. Povos indígenas e desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 8, v3. P. 71-84. Out. 1988.

SANTOS, R. W. C.; NEVES, I. S. A colonialidade na Amazônia brasileira e suas atualizações na produção audiovisual: o vídeo institucional “a usina hidrelétrica de Belo Monte”, In: XII Congresso latinoamericano de investigadores de la comunicaci3n. Lima, agosto 2014.

SANTOS, S. M. S. B. M. Lamento e dor: Uma análise socioantropol3gica do deslocamento compuls3rio provocado pela constru3o de barragens. 2007. Tese de doutorado apresentada, em co-tutela, Ao Programa de P3s-Gradua3o em Ci3ncias Sociais da Universidade Federal do Par3 como requisito parcial para obten3o do t3tulo de Doutor em Ci3ncias Sociais - 3rea de Concentra3o, Antropologia; e 3 Universidade Paris 13, como requisito para obten3o do t3tulo de Doutor em Sociologia.

S3-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas te3ricas e metodol3gicas. Revista Brasileira de Hist3ria & Ci3ncias Sociais, Ano I, n. I, jul. 2009.

SCATOLIN, F. D. Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paran3. Porto Alegre. Disserta3o apresentada ao Programa de P3s-Gradua3o em Economia, da Universidade Federal do rio Grande do Sul. Como requisito para obten3o do grau de mestre em Economia. 1989.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.. M3todos Participativos e Agricultura Familiar. Cadernos de Estudos Sociais, v. 20, n.2, Recife, p.269 – 288, jul/dez, 2004.

SCHRAMM, F.R. Pensamento complexo e sa3de p3blica. In: Moreira CA, Ramos CL, Bodstein RCA & Hortale VA (orgs). A Pesquisa em Sa3de P3blica. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, p. 85-103, 2010.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. Cadernos EBAPE. BR. v.4, n.4, dez. 2017.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrel3tricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: L. Pinguelli et. alli. (eds.). Impactos de Grandes Projetos hidrel3tricos e nucleares. Aspectos econ3micos, tecnol3gicos, sociais e ambientais. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, p. 83 - 166, 1988.

SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. Rev. bras. Ci. Soc. v.7 n.18 Rio de Janeiro, fev. 1992.

SILVA, L. G. S. Hist3ria e meio ambiente: a pequena pesca mar3tima no Brasil. Revista de Sociologia e Pol3tica, Curitiba, 10 (11). p. 219-231, 1998.

SILVA, J. P. Tempo de trabalho e imaterialidade na teoria social de André Gorz. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n.70, p. 101-113, Jan-Abr. 2014.

SEVALHO, G. A colonização do saber epidemiológico: uma leitura decolonial da contemporaneidade da pandemia de COVID-19. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 11, p. 5629-5638, 2021.

SEVALHO, G. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. Interface, Botucatu. Comunicação Saúde Educação. 22(64), p.177-188, 2018.

SOLAR, O; IRWIN, A. Rumo a um modelo conceitual para análise e ação sobre os determinantes sociais de saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2005.

SOUZA, C. L.; CAÑETE, V. R. Pesca esportiva e pesca artesanal: lazer e sobrevivência na Hidrelétrica de Tucuruí (PA). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.8, n.5, p. 614-633, Nov 2015/Jan 2016.

SOUZA, M. Transamazônica: integrar para não entregar. Nova revista amazônica – v.8. n.01. Abr. 2020.

TADEI, W. P., B. M. MASCARENHAS. M. G. Podestá. Biologia de anofelinos amazônicos. VIII. Conhecimentos sobre a distribuição de espécies de Anopheles na região de Tucuruí - Marabá (Pará). Acta Amazonica 13(1): 103-140. 1983.

TADEI, W. P., V. M. SCARPASSA, I. B. Rodrigues. Evolução das populações de Anopheles e de Mansonia, na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pará). Ciência e Cultura 43(7) (supl.): 639-640. 1991.

TADEI W.P. 1987. Relatório Eletronorte. Biblioteca do INPA.

VIANA, R. L.; FREITAS, C. M.; GIATTI, L. L. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.1, p.233-246, 2015.

VICENTIN, G.; MINAYO, C.G. Saúde, ambiente e desenvolvimento econômico na Amazônia. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, 8(4), p.1069-1085, 2003.

WEITZMAN. R. “Documentos” e “procedimentos técnicos”: saberes e métodos em disputa na UHE-Tucuruí. Revista Antropolítica, n.46, Niterói, 1. sem. 2019.

WEITZMAN, R. Organizações de atingidos pela UHE-Tucuruí: Regimes de verdade e constituição de ações coletivas. Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV). v.7, n.2, p.5-40, Jul/Dez. 2018.

WILLIAMS, R. Cultura e materialismo. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora.UNESP. 2011. 420 p.